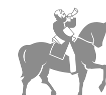
O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Quarta-feira 17 de ABRIL de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47664
estadão.com.br

RAIMUNDO PACCÓ / EFE



Grupo que chegou morto ao Brasil em barco à deriva é da África

A Polícia Federal investiga como embarcação sem motor ou vela, onde estavam corpos de 9 africanos, parou na costa do Pará. A rota ainda é um mistério. As vítimas tinham documentos de Mauritânia e Mali, regiões com forte emigração para a Europa. __A17

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA

Vereadores são presos por infiltrar PCC em licitações municipais

Operação do MP investiga suspeita de fraudes em contratos de prefeituras e Câmaras Municipais de São Paulo. Advogado de André do Rap também foi detido. __A6

R$ 200 milhões

é o valor dos contratos sob investigação do MP por suspeita de fraude

Judiciário __A10

CNJ derruba afastamento da juíza Gabriela Hardt, da Lava Jato

Colegiado reintegrou juiz titular da 13.ª Vara de Curitiba e manteve afastamento de dois desembargadores do TRF-4.

Texto vai à Câmara __ A15

Senado reage ao STF e aprova projeto que pune porte de droga

__ Caberá ao policial distinguir se portador é usuário ou traficante

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte de drogas foi aprovada ontem em dois turnos pelo Senado, em mais uma reação da Casa ao Supremo Tribunal Federal. O STF analisa processo sobre o tema e tem entendimento em linha oposta à do texto votado pelos senadores. A PEC – de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) – incorpora à Constituição artigo que considera crime tanto a posse como o porte de drogas, e em qualquer quantidade. Caberá ao policial, segundo emenda de autoria de Rogério Marinho (PL-RN), distinguir entre usuário e traficante. Na primeira votação, ontem, foram 53 a favor e 9 contra. Na segunda, 52 a 9. O texto vai agora à Câmara dos Deputados.

> ***"Proposta de Emenda à Constituição não cria crime. O Supremo não vai se curvar a isso"***
> **Desembargador Marcelo Semer**

Coluna do Estadão __A2

Lira vai abrir até cinco CPIs na Câmara

Vera Rosa __A7

O recado de Alcolumbre ao STF

E&N Dias de tensão __B1 e B2

Disparada do dólar traz riscos para a Selic e a inflação, dizem economistas

Moeda americana fechou dia cotada a R$ 5,26, maior valor desde março de 2023. No ano, valorização é de 8,56%.

Saúde __A21

Busca por alergista subiu 42% em 3 anos no País; covid pode ter influência

Consultas médicas na especialidade chegaram a 3 milhões em 2022. Estudos apontam alta de doenças alérgicas.

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

E&N Caminho da praia __B14

Mogi-Bertioga é concedida a grupo privado

Contrato de 30 anos prevê cobrança de pedágio e abrange trechos das Rodovias Padre Manoel da Nóbrega e Mogi-Dutra.

C2 Literatura __C1



CLEMENT PASCAL/THE NEW YORK TIMES

Em 'Faca', Rushdie diz como viu a morte

Conflito no Oriente Médio __A12

Novas sanções contra o Irã tendem a ter efeito reduzido

Campeonato Brasileiro __A22

CBF afasta três árbitros por falhas na primeira rodada

Aquecimento global __C6 e C7

Tecnologias para 'reprojetar' meio ambiente se popularizam

Notas e Informações __A3

O papelão do Itamaraty lulopetista

Má-fé do governo ficou explícita na nota pusilânime sobre ataque do Irã contra Israel.

A tragédia das crianças pobres

Tempo em SP
22° Mín. 27° Máx.



ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Arthur Lira vai abrir até cinco CPIs na Câmara após escalada da crise com o governo Lula

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avisou, na reunião do colégio de líderes de ontem, que vai abrir até cinco Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). O gesto escala ainda mais a crise entre o líder do Centrão e o Palácio do Planalto, após Lira chamar o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) de "incompetente". Existem oito pedidos de instalação de CPIs parados na Câmara, e o presidente da Casa busca um entendimento sobre a ordem de instalação. A dúvida é se haverá obrigatoriedade de seguir a preferência pelas datas em que os pedidos foram protocolados ou se é possível furar a fila. Temidas pelo governo, CPIs dificultam a tramitação de projetos na Câmara e forjam um ambiente de denúncias no Congresso em pleno ano eleitoral.

● **EXEMPLO.** Um dos pedidos de CPI prontos para acolhimento trata sobre abuso de autoridade de ministros do TSE e do STF. A abertura dessa comissão seria um gesto de Lira aos pares que pressionam por um freio aos poderes do Judiciário, principalmente após a prisão do deputado Chiquinho Brazão, suspeito de mandar matar Marielle Franco.

● **SÓ ASSIM.** A área de segurança pública, um calcanhar de Aquiles do governo Lula, também tem CPI na lista. O pedido para apurar denúncias do crime organizado é motivo para preocupação no Planalto, principalmente depois da fuga inédita num presídio federal ocorrida este ano.

● **RASTEIRA.** Uma decisão do ministro Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) ampliou a crise governista com Arthur Lira. O petista exonerou um primo de Lira da superintendência do Incra de Alagoas e pôs de interino um nome que tem simpatia do MST.

● **SURPRESA.** Teixeira e Lira estavam conversando sobre a troca desde sexta-feira passada. As tratativas eram para encontrar um nome de consenso, e só então anunciar a troca no comando.

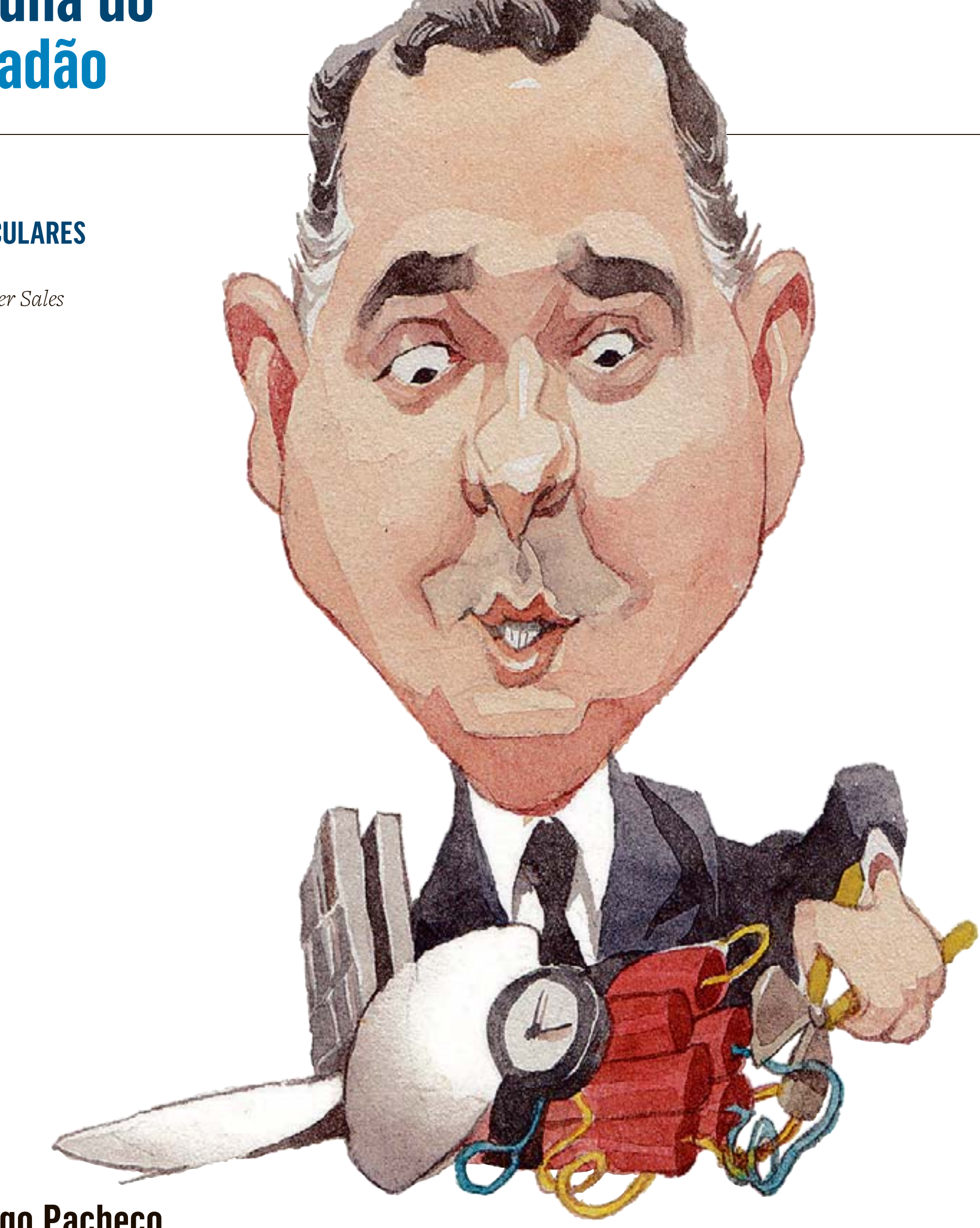
● **CONDIÇÕES.** Teixeira nega retaliação. Ele disse à *Coluna* que Lira poderá indicar outro nome para a superintendência, mas impôs critérios. "Sugeri a ele que ofereça nomes com perfil de diálogo com movimentos sociais e agricultura familiar." A condição, interpretam aliados de Lira, cria dificuldades para que seja feita uma nova indicação pelo deputado.

● **COINCIDÊNCIA?** Em meio à crise, a Câmara aprovou ontem à noite a urgência de um projeto que proíbe invasores de terra de receber o Bolsa Família. A proposta é do deputado Zucco (PL), ex-presidente da CPI do MST, que se reuniu com Lira horas antes. A bancada do agro passou o dia na expectativa por essa votação.

SINAIS PARTICULARES



por Kleber Sales



Rodrigo Pacheco,
presidente do Senado

● **BEIJA-MÃO.** O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, foi ao Senado para uma visita de cortesia aos antigos pares. Ex-senador, Prates entrou no plenário e cumprimentou o presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD). O presidente Lula, a quem Prates pediu reunião há quase duas semanas, no entanto, não está em Brasília.

● **PAZ.** Pacheco foi quem desarmou a ofensiva do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre Prates. O presidente da Petrobras ganhou sobrevida após conquistar apoio de líderes no Congresso.

VODCAST 'DOIS PONTOS' | O episódio de hoje é sobre economia verde

WERTHER SANTANA/ESTADÃO



Arthur Ramos
Sócio do Boston Consulting Group

"O Brasil está entre os melhores locais do mundo para produzir energia renovável. Trabalhar do lado da demanda e da oferta é bastante importante."

Luciana da Costa
Dir. Transição Energética/BNDES

"O Brasil tem o protagonismo. Dar mais certo na transição energética significa reindustrializar o País em bases verdes, e diminuir nosso gap social e regional."

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

O papelão do Itamaraty lulopetista



A má-fé da diplomacia do governo Lula ficou explícita na nota pusilânime que o Itamaraty soltou a respeito do ataque do Irã contra Israel, na qual não condenou o agressor

Na hipótese benevolente, a nota pusilânime por meio da qual o governo de Lula da Silva reagiu ao ataque do Irã a Israel no fim de semana passado mostra que a política externa brasileira está entregue a rematados ineptos. Na hipótese mais realista, considerando o alinhamento entusiasmado do Brasil sob Lula ao movimento antiocidental liderado por tiranias diversas, entre as quais o Irã, trata-se de mais uma prova de má-fé da diplomacia lulopetista.

Como se sabe, o Irã atacou Israel diretamente pela primeira vez na história, disparando mais de 300 drones e mísseis. O ataque, frustrado pelo sistema de defesa de Israel e pelo apoio de forças americanas, francesas, britânicas e de alguns países árabes, inaugurou um imprevisível capítulo nos conflitos da região. Por esse motivo, vários governos imediatamente condenaram, sem meias palavras, a agressão iraniana, e é provável que o regime dos aiatolás sofra novas sanções.

Enquanto isso, o governo brasileiro achou que era o caso de dizer apenas que acompanhava "com grave preocupação" os "relatos de envio de drones e mísseis do Irã em direção a Israel". Mesmo para os padrões lulopetistas, é incomum tanto cinismo condensado numa única frase. Primeiro, tratou uma informação concreta como "relato". Depois, chamou o ataque de "envio", como se fossem cartas e encomendas por correio, e não mísseis disparados contra outro país. Por fim, nenhuma palavra de condenação ao agressor, o Irã – ao contrário, a nota brasileira conseguiu a proeza sugerir que foi a ação de Israel em Gaza que causou o "alastramento das hostilidades à Cisjordânia e a outros países, como Líbano, Síria, Iêmen e, agora, Irã". É como se, passe o leitor, todos esses países e territórios fossem vítimas – menos Israel, claro.

No dia seguinte, ao tentar se justificar, o chanceler Mauro Vieira ofendeu a inteligência alheia sugerindo que a nota havia sido produzida quando "não tínhamos claro a extensão ou o alcance das medidas". Ora, no momento em que o Brasil se manifestava, as chancelarias do mundo inteiro já conheciam perfeitamente bem a extensão e a gravidade do ataque – inclusive o fato de que, não fossem a eficiência israelense e a ajuda de aliados e de países árabes, um sem-número de civis teria sido atingido. Ou seja, o Irã fez exatamente o que o governo Lula acusa tão furiosamente Israel de fazer, a ponto de comparações hiperbólicas com o nazismo: um ataque desproporcional e indiscriminado que poderia dizimar milhares de civis e precipitar a região no caos. Mas isso não mereceu reparos por parte do Itamaraty do sr. Vieira.

Quando oito oficiais da Guarda Revolucionária do Irã foram mortos provavelmente por Israel num ataque a um anexo consular na Síria, o Itamaraty foi rápido em condenar as mortes de "funcionários diplomáticos". Como se sabe, os mortos eram integrantes da guarda pretoriana dos aiatolás responsáveis por coordenar as milícias de Teerã que praticam terrorismo mundo afora e oprimem populações do Oriente Médio, incluindo os palestinos de Gaza. Nem sequer a solidariedade com o povo iraniano é sincera. Se fosse, o Brasil não teria se abstido de votar na ONU pela continuação das investigações de violações dos direitos de mulheres, crianças e minorias pela teocracia xiita.

É constrangedor ver um diplomata de carreira com as credenciais de Vieira sujeitar-se a dar lustro ao tratamento privilegiado que o presidente Lula confere a ditaduras companheiras. Como se sabe, o Itamaraty do sr. Vieira, fiel à doutrina do chanceler *de facto* Celso Amorim, tem dificuldades de condenar o Hamas como terrorista, a agressão criminosa da Rússia contra a Ucrânia e a truculência chavista contra os venezuelanos.

Quando a torpeza moral se infiltra até a raiz dos cabelos, mesmo arremedos de platitudes humanitárias são vis. Vieira disse que "o Brasil condena sempre qualquer ato de violência" – desde que não parta dos companheiros do tal "Sul Global".●

A tragédia das crianças pobres

Com quase metade das crianças na pobreza, segundo o IBGE, o Brasil tem falhado no cumprimento de seus objetivos de desenvolvimento e precisa refazer suas escolhas

Uma evidência do quanto o Brasil tem falhado na melhoria do presente e na construção do futuro são as estatísticas relacionadas à infância e à pobreza. Uma publicação do IBGE expõe esse duplo e perturbador fracasso: segundo dados referentes a 2022, quase metade das crianças brasileiras vive em situação de pobreza. São 49,9% das crianças de 0 a 5 anos e 48,5% das crianças de 6 a 14 enquadradas na linha de pobreza definida internacionalmente, isto é, US$ 2,15 por dia. O patamar se torna ainda mais grave quando se sabe que é na primeira infância – período que abrange os primeiros seis anos completos de vida – que ocorrem o amadurecimento do cérebro e o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, conquistas reconhecidamente prejudicadas quando se dão em situações de pobreza e vulnerabilidade.

Tais números constam do documento *Criando sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G-20*, publicado no contexto da presidência brasileira no G-20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia. Ao reunir estatísticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 – o plano global estabelecido na ONU para que tenhamos em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações –, vê-se que a pobreza do Brasil afeta mais os jovens. Zero-5, 6-14 e 15-17 são as faixas de idade com os piores resultados entre dez grupos populacionais analisados pelo IBGE. O problema não se resume à pobreza monetária, mas também à chamada pobreza multidimensional, que abrange indicadores relacionados a trabalho, educação, saúde, segurança pública, habitação, nutrição e assistência.

Ainda que tais índices apresentem leve melhora se comparados a 2021, e mesmo que a taxa brasileira de pobreza tenha se reduzido de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022, são níveis incompatíveis com o patamar de riquezas do Brasil e com quaisquer ambições de dignidade e oportunidade mínimas para os brasileiros. E não estamos sozinhos: de acordo com o Unicef, em termos globais, cerca de 50% das pessoas em situação de extrema pobreza são crianças, apesar de representarem somente um terço da população do planeta.

Os dados demonstram, contudo, a insuficiência brasileira no cumprimento de seus objetivos de desenvolvimento, a começar pela superação da pobreza. Não é de hoje que os maiores especialistas no assunto vêm sublinhando a necessidade de aperfeiçoamento das políticas de transferência de renda e de uma maior atenção à superação de problemas estruturais que nos permita remover a chaga da pobreza. Estudo recente que tem entre seus autores o economista Ricardo Paes de Barros, um dos pais do programa Bolsa Família, avaliou, por exemplo, a qualidade do Cadastro Único, a partir do qual o governo define quem receberá recursos de programas sociais. Desatualizado nos últimos anos, o chamado CadÚnico faz mais de cem perguntas para as pessoas, mas a definição de quem receberá e o quanto receberá é feita com base em apenas uma variável: a renda declarada.

Esse e outros problemas levam à dispersão dos recursos, que nem sempre chegam a quem mais precisa. É de Paes de Barros a avaliação corrente sobre o mau direcionamento dos recursos, algo mais perverso do que a própria carência de dinheiro. Mas como o documento do IBGE lembra, a desagregação dos dados para os indicadores ODS permite captar a população em situação de vulnerabilidade e as desigualdades, para então combatê-las por meio de políticas públicas. E assim se olhar para um dos princípios da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás. É uma vergonha nacional constatar que, sim, estamos deixando parte dos brasileiros para trás, precisamente metade de nossas crianças – justamente a fatia da população que ajudará a pavimentar o futuro do País.

Não é vergonha voltar atrás e buscar o que se esqueceu, como ensina um provérbio africano. Devemos nos lembrar disso diante dos números da pobreza, sobretudo de crianças.●

ESPAÇO ABERTO

A iluminação pública na reforma tributária

Eduardo Diamantino e Vitor Fantaguci Benvenuti

Com a recente aprovação da reforma tributária, muito vem se falando a respeito da criação de mais tributos, extinção daqueles já existentes, tributação de jatinhos, iates, heranças e outros temas mais polêmicos. Em meio a tantas novidades, as alterações em relação à Contribuição para Custeio do Serviço da Iluminação Pública (Cosip) passaram despercebidas, apesar da sua grande relevância.

Aproveitando as mudanças promovidas pela reforma tributária, os municípios conseguiram mobilizar o Congresso Nacional para inserir, na Constituição federal, a previsão de que a Cosip também seria destinada ao custeio de "sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos".

Na prática, houve uma ampliação das destinações possíveis para a receita da Cosip, que agora não ficará restrita apenas ao serviço de iluminação pública. Além disso, manteve-se a previsão já existente de que a contribuição pode ser cobrada diretamente na fatura de energia elétrica, o que otimiza a arrecadação e diminui a inadimplência – um cenário ideal para os municípios.

Para justificar as alterações, anunciou-se que o objetivo seria promover a modernização do País, transformando os municípios brasileiros em "cidades inteligentes". Contudo, talvez não seja esse o resultado que a população verá daqui a alguns anos.

Primeiro, porque o efeito prático da mudança certamente será o aumento do valor atualmente cobrado a título da contribuição municipal. Afinal, havendo uma destinação mais abrangente, é natural que a arrecadação tributária seja majorada para cobrir os novos custos.

Segundo, porque os tribunais brasileiros já vinham entendendo, mesmo antes da reforma tributária, que o cidadão residente em logradouro sem iluminação pública deve, sim, pagar a Cosip (conforme decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no julgamento do Processo n.º 0301360-47.2018.8.24.0057). Por essa lógica, ainda que o cidadão resida num local com altos índices de criminalidade e não seja instalada nenhuma câmera de segurança naquele logradouro, ele deverá pagar a contribuição municipal.

> *As controvérsias do passado e do presente foram superadas numa nova investida, agora com o discurso de que a Cosip possibilitará a modernização das cidades brasileiras*

Em terceiro lugar, já vimos casos de municípios que não demonstraram a aplicação adequada da receita obtida com a Cosip. Em Campo Grande, capital sul-mato-grossense, por exemplo, o problema se tornou relevante a ponto de motivar a aprovação de lei suspendendo a cobrança sob o fundamento de que, embora existissem mais de R$ 50 milhões arrecadados pela Cosip, a população continuava enfrentando a falta de iluminação em diversos pontos da cidade e a prefeitura não estaria comprovando a aplicação dos recursos.

Em 2019, a falta de comprovação da destinação dos valores arrecadados voltou à tona e motivou o ajuizamento de Ação Civil Pública pelo Ministério Público, em que se pleiteou a suspensão da cobrança da Cosip.

É razoável, portanto, a percepção de que os tributos recolhidos não têm sido revertidos em benefícios à população.

Vale lembrar que a origem da Cosip é igualmente problemática. A contribuição surgiu como uma forma de aumentar a arrecadação tributária municipal sem tocar em temas mais sensíveis à população, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). Em vez de majorarem as alíquotas dos impostos municipais, o que certamente chamaria mais a atenção dos contribuintes, as prefeituras optaram por instituir uma *taxa* para custeio da iluminação pública.

O sistema tributário brasileiro, no entanto, exige que as taxas se refiram a um serviço público específico e divisível, que permita a individualização do beneficiário daquele serviço. Tendo em vista que o serviço de iluminação pública não permite a identificação e individualização do cidadão beneficiado, o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou jurisprudência, ainda na década de 1990, de que a cobrança é inconstitucional, por entender que "o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa".

Com o objetivo de driblar o entrave imposto pelo Supremo naquela ocasião, as prefeituras sensibilizaram o Congresso Nacional para que fosse aprovada a Emenda Constitucional n.º 39/2002, criando uma "contribuição" (e não mais "taxa") com a mesma finalidade de custear a iluminação pública – cobrança que perdura até os dias atuais.

As controvérsias do passado e do presente foram superadas numa nova investida, agora com o discurso de que a Cosip possibilitará a modernização das cidades brasileiras, com câmeras de segurança espalhadas pelas ruas e monitoramento preventivo para combate à criminalidade.

O otimismo exacerbado que marcou toda a tramitação da reforma tributária projetou um futuro dissociado da realidade, uma vez que as cidades brasileiras não superaram sequer os problemas de infraestrutura, saneamento básico e transporte. A sabedoria popular diz que sonhar não custa nada, mas a reforma tributária mostrou que este sonho também pode custar caro. ●

SÃO ADVOGADOS

FÓRUM DOS LEITORES

Política econômica

Diálogo

Fernando Haddad disse que seguirá buscando diálogo com o Congresso Nacional para ampliar as receitas. Não seria melhor ele ampliar o diálogo com o presidente Lula e o seu partido para cortar gastos?

Vital Romaneli Penha
Jacareí

Governo perdulário

Sabíamos que com um governo perdulário o arcabouço fiscal jamais sairia do *calabouço*. O governo jogou a toalha para 2027, dívida pública cresceu quase R$ 1 trilhão em pouco mais de um ano e o Congresso legisla em causa própria. Tenho pena de meus descendentes, por essa herança.

Beatriz Campos
São Paulo

Indústria

O atraso brasileiro

Em relação à matéria *Montadoras avaliam 'importar' linhas de produção aposentadas no exterior* (**Estadão**, 15/4, B6), subsidiar a compra do que já é claramente obsoleto em outros países é realmente o que se pode esperar deste governo federal, que representa como poucos o atraso do Brasil. Se estes equipamentos já estão sendo aposentados no exterior, então como servirão para exportação? Provavelmente, vão apenas abastecer o nosso mercado interno com mais produtos tecnologicamente defasados, contribuindo só para aumentar ainda mais o lucro empresarial e contando, mais uma vez, com a chancela oficial da administração atual para isso. Vejo, ao fim, um governo fraco e pouco criativo para propor políticas concretas para o desenvolvimento do Brasil e que prefere, por alguma razão, manter as mesmas políticas fracassadas e ultrapassadas de proteção de mercado, subsídio, isenções e crédito fácil para o setor industrial, com os resultados esperados de sempre. Até quando? Tristes trópicos.

Fernando T. H. F. Machado
São Paulo

Operação Lava Jato

Decisão monocrática

Mais uma medida monocrática provoca reação nos meios jurídicos e na sociedade. O corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, afastou a juíza Gabriela Hardt e mais três magistrados do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, no Paraná. A alegação é de suposta "existência de indícios de cometimento de graves infrações disciplinares". Traduzido para melhor Português, é a continuação do desmonte da Operação Lava Jato. Quem mandou ousar desvendar a corrupção e pôr na cadeia corruptos confessos? A Lava Jato entrou em nossas casas durante anos a fio e nos deixou estupefatos com os relatos e as investigações, mas infelizmente não passou de uma série de ficção, que não vai ter segunda temporada.

Luiz Gonzaga Tressoldi Saraiva
Salvador

O mensageiro

Temos acompanhado a eficiente e determinada escavação dos pecados de Deltan Dallagnol, Sergio Moro e, agora, Gabriela Hardt, que substituiu Moro na Lava Jato em Curitiba. Não tenho dúvidas de que podem ter errado e *rompido as quatro linhas* no afã de atingir o que achavam que seria justiça. Mas e o cadáver – as inequívocas impressões digitais de crime cometido – que está fedendo, mas nossos doutos togados do STF teimam em tapar o nariz para não reconhecer? Confissões, dinheiro desviado identificado, bens em nome de "amigos", condenações em cortes menos sujeitas a pressão política, etc. O importante são as firulas jurídicas ou os fatos? Executemos o mensageiro, mas vamos ignorar a mensagem? Pobre Brasil.

Eduardo Aguinaga
Rio de Janeiro

Amazônia

O asfaltamento da BR-319

Na notícia do **Estadão** de 15/4 (A12) sobre a proposta de asfaltamento da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, o professor de Engenharia de Transportes Augusto Rocha, da Universidade Federal do Amazonas, diz que há conhecimento técnico e tecnologia para que não se repita o que ocorreu com a construção da Transamazônica. Mas, até hoje, o que vemos é falta de infraestrutura, de pessoal e de interesse político para fiscalizar e punir de forma efetiva invasões, assassinatos, desmatamentos e exploração ilegal dos recursos naturais. Precisamos inverter essa realidade, a começar por engavetar a proposta do Ministério dos Transportes, e não a meta de desmatamento zero. Devemos, primeiro, mostrar ao mundo que somos capazes de manter o desmatamento zero, e só depois poderemos mostrar ao mundo como se faz uma rodovia sustentável. A nossa sobrevivência está em jogo e o tempo está acabando. Escutemos a ciência.

Arthur A. C. Treuherz
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

No Brasil, abrir igreja é fazer um país

Renata Nagamine e Aramis Luis Silva

Quando os dados do Censo 2022 sobre usos do domicílio saiu, chamou a atenção o número de "estabelecimentos religiosos": segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 580 mil. Para dimensionar esse número, jornais o compararam com a quantidade de escolas e hospitais existentes no País, mostrando que os "estabelecimentos religiosos" os superavam numericamente.

Um painel com o georreferenciamento de organizações e associações religiosas no Brasil lançado na sequência pelo Observatório da Religião e Interseccionalidades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) mostra que, destes 580 mil "estabelecimentos religiosos", cerca de 123 mil estão inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e estão ativos perante a Receita Federal. O mapa torna visível um achado do projeto temático *Religião, direitos e secularismo*, concluído em 2022: abrir igreja é um dos modos de "fazer religião" no Brasil.

A proposição pode parecer estranha. No Brasil, é comum acreditar que religião é algo que se tem. Também é comum acreditar que esse algo é uma crença, um conjunto de preceitos adquiridos sobre a ordem do mundo ou de conhecimentos transmitidos pela tradição. Da matriz católica que produziu o que convencionalmente se percebe como religião no País vem outro senso comum: a centralidade do dogma.

A Antropologia nos leva a pensar que temos uma crença na crença. Nossas pesquisas de campo em dois sucessivos projetos temáticos no Cebrap nos levam a pensar, por sua vez, que parte dos autodeclarados religiosos é alheia àquela crença. Para eles, religião seria um modo de fazer e viver o mundo.

Entre estes, muitos regularizam seus "estabelecimentos religiosos", por meio da adoção de uma forma jurídica que os torna reconhecíveis pelo Estado brasileiro. As duas formas à disposição deles são organização e associação religiosa. Para adotar qualquer uma delas, o "estabelecimento" precisa tomar uma série de medidas práticas: obter alvará de funcionamento na prefeitura, constituir diretoria, adotar estatuto social, dar-se um nome (razão social), entre outras.

Não por acaso, encontramos com facilidade na internet escritórios de contabilidade especializados na assessoria de organizações e associações religiosas. "Fazer igreja" é uma atividade que requer toda uma tecnologia, um saber prático, que vai

> ***Processo que torna o mapa brasileiro pontilhado de núcleos religiosos nos possibilita visualizar a produção de espaços sociais ao longo do tempo***

muito além da pregação e do aconselhamento. Como a organização ou associação religiosa precisa atualizar sua situação cadastral periodicamente, passa a atualizar balanço contábil e prestar contas perante os órgãos do Estado.

A pesquisa do observatório ainda fornece elementos para compreender uma dimensão pouco comentada do "fazer religião" no Brasil. Se, por um lado, está claro que abrir igreja é um modo de fazer religião, como argumenta Paula Montero, por outro, é preciso examinar como a produção destes espaços sociais impacta a constituição do território nacional.

O processo que torna o mapa brasileiro pontilhado de núcleos religiosos nos possibilita visualizar a produção de espaços sociais ao longo do tempo. O pontilhado aumenta a partir dos anos 1980 e se intensifica a partir dos anos 2000, com um aumento vertiginoso entre 2008 e 2011.

O Observatório da Religião e Interseccionalidades ainda não divulgou sua classificação das organizações e associações por vertentes religiosas. Mas uma busca por termos possibilita visualizar que esse aumento é concentrado em denominações como a Assembleia de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Batista.

Se confirmado no decorrer da pesquisa, o acentuado aumento da abertura formal de organizações e associações nos últimos anos do segundo mandato de Lula desafiará adeptos da narrativa de perseguição religiosa a mostrar como ela ocorreu. Será difícil sustentar que foi pela oposição de qualquer tipo de obstáculo à abertura e manutenção de espaços de culto.

Também é importante refletir sobre uma dimensão menos discutida do crescente pontilhado do mapa do Brasil: a relação entre religião e ocupação territorial a partir dos anos 1980. Ela indica a importância da Constituição de 1988 na abertura formal e informal de igrejas, logo, na produção de espaços sociais.

Uma dimensão da produção destes espaços é que, por meio dela, a terra física formalmente demarcada como território do Brasil ganha sentido para a sociedade. Nesse sentido, "fazer igreja" é tanto um modo de "fazer religião" quanto um modo de "fazer um país".

Não é preciso acreditar. É possível ver no Painel com Georreferenciamento de Organizações e Associações Religiosas, que torna visível a ocupação do território a oeste e em alguns corredores fluviais amazônicos.

Se, por um lado, as apresentações gráficas que o observatório traz evidenciam a proposição de que a religião se faz "fazendo igreja", por outro, essa proposição não nos ajuda a compreender as oscilações grandes, súbitas e contrárias dos números no Brasil no intervalo que vai de 2008 a 2015. Para compreendê-las, pode ser útil lembrar que "fazer igreja" é um modo, não o único modo, de "fazer religião" no Brasil. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PESQUISADORA DE PÓS-DOUTORADO NO NÚCLEO DE RELIGIÕES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO DO CEBRAP (FAPESP, PROCESSO N.º 2022/16449-6); E PESQUISADOR DO CENTRO DE IMAGINAÇÃO CRÍTICA

TEMA DO DIA

MP / DIVULGAÇÃO



Conexões polítcas

MP investiga ligação do PCC com Câmaras e prefeituras e faz operação contra fraudes

Força-tarefa do Ministério Público e da Polícia Militar abriu a Operação Muditia no rastro do PCC. As empresas sob suspeita fecharam, com diferentes prefeituras, contratos públicos que somam mais de R$ 200 milhões. ●



Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Quem diria que o crime e a política andam juntos. Que novidade."
PHE CAMARGO

● "Quem sabe agora aparecem os verdadeiros 'proprietários' do PCC."
CLÉRISTON SOUZA BOMFIM

● "R$ 200 milhões deve ser apenas a ponta do iceberg. Que dureza."
CLAYTON FIGUEIREDO

● "Há mais de 20 anos o PCC domina o transporte público na Grande São Paulo. Alguns deputados não me deixam mentir."
ILSON TERENA



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

@KATO78



Paladar



Evento celebra a arte japonesa do fazer, servir e dividir. ●
https://bit.ly/4alowOY

Saúde



Oito fatores que podem causar lapsos de memória. ●
https://bit.ly/4aYAnaC

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CONEXÕES POLÍTICAS

Vereadores são presos por infiltrar PCC em licitações de municípios paulistas

Operação do MP investiga suspeita de fraudes em contratos públicos de R$ 200 milhões em prefeituras e Câmaras Municipais do Estado; advogado de André do Rap também é detido

PEPITA ORTEGA

Três vereadores foram presos ontem sob suspeita de envolvimento em um esquema de fraude em contratos de R$ 200 milhões de prefeituras e Câmaras Municipais de São Paulo. Segundo os investigadores, o alvo da Operação Muditia – deflagrada pelo Ministério Público estadual e pela Polícia Militar – foi um grupo apontado como elo do Primeiro Comando da Capital (PCC) com administrações e legislativos municipais. Um advogado do líder da facção criminosa André do Rap também foi detido.

Ao todo, 13 investigados foram presos e mais de 40 endereços foram vasculhados. Entre as licitações sob suspeita estão negócios celebrados em Guarulhos, São Paulo, Ferraz de Vasconcelos, Cubatão, Arujá, Santa Isabel, Poá, Jaguariúna, Guarujá, Sorocaba, Buri e Itatiba. Os vereadores detidos são Flávio Batista de Souza (Podemos), de Ferraz; Luiz Carlos Alves Dias (MDB), de Santa Isabel; e Ricardo Queixão (PSD), de Cubatão.

Durante as diligências, os investigadores apreenderam 22 celulares, 22 computadores, quatro armas de fogo, R$ 3,5 milhões em cheques e R$ 600 mil em espécie, além de US$ 8,7 mil. As ordens judiciais cumpridas ontem partiram da 5.ª Vara Criminal de Guarulhos, na Grande São Paulo.

Procuradas, as defesas dos presos na operação não haviam se manifestado até a noite de ontem. Entre as prefeituras e as Câmaras dos municípios citados, apenas a Câmara de Santa Isabel respondeu à reportagem. A Casa informou que colabora com as investigações. "Quanto aos mandados de prisão, informamos que não fomos cientificados. Aguardamos o deslinde das investigações, e nos colocamos à disposição da Justiça para maiores esclarecimentos."

'PARCEIRAS'. O grupo sob investigação fazia uso de empresas "parceiras", controladas por pessoas ligadas ao PCC ou por laranjas. Assim, contratações atendiam a interesses da facção, "que tinha influência na escolha dos ganhadores de licitações e repartia os valores ilicitamente auferidos".

"O PCC deliberava sobre a 'sorte' dos contratos, quando havia divergências entre as empresas. Competia ao crime decidir", disseram os promotores do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público. Ainda de acordo com a investigação, as empresas sob suspeita atuavam de forma recorrente para frustrar a competição nos processos de contratação de mão de obra terceirizada no Estado, em diversas prefeituras e Câmaras Municipais onde havia "facilidades compradas".

PIX. O Ministério Público informou que a apuração mira indícios de "corrupção sistemática", praticada por agentes públicos e políticos, e de fraudes documentais e lavagem de dinheiro. Segundo a Promotoria, agentes públicos são suspeitos de cobrar e receber, por meio de transferências Pix e "sem qualquer constrangimento", propinas para favorecer empresas vinculadas ao PCC em prefeituras e Câmaras Municipais do Estado. A investigação teve início após serem constatadas irregularidades em um contrato da prefeitura do Guarujá, no litoral paulista, para prestação de serviços terceirizados de limpeza. A Promotoria identificou indícios de desvios em contratos com simulação de competição nos últimos cinco anos.

Os promotores ressaltaram que tanto a operação de ontem como a deflagrada na semana passada (Fim da Linha) – investigação sobre lavagem de dinheiro do PCC via empresas de ônibus que mantêm contratos com a Prefeitura de São Paulo – mostram que o PCC atua hoje em áreas que vão muito além do tráfico de drogas e crimes violentos.

"De longe, já não corresponde mais à verdade", afirmaram os promotores do Gaeco. "Há uma sofisticação na atividade da organização criminosa, o que demanda articulação maior na transmissão de informações e atuação conjunta."

ANDRÉ DO RAP. Outro detido ontem, o advogado Áureo Tupinambá de Oliveira Fausto Filho é, segundo a Promotoria, um dos representantes em ações na Justiça de um dos líderes do PCC, André de Oliveira Macedo, o André do Rap.

A suspeita que recai sobre o advogado – que aparece listado como comissionado da Câmara Municipal de Cubatão – é a de envolvimento com servidores e políticos para praticar desvios de recursos públicos. André do Rap está foragido desde 2020, quando foi solto por decisão do então ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello. Na época, o ministro Luiz Fux, que era presidente do STF, cassou a decisão de Marco Aurélio, mas o traficante não foi mais localizado pela polícia. ●

MP-SP



Dinheiro apreendido durante operação da Promotoria e da PM

Diligências

22 aparelhos celulares foram apreendidos ontem durante as diligências

22 computadores também foram recolhidos pelos investigadores

R$ 3,5 mi foi o valor em cheques encontrados durante a operação

R$ 600 mil foi o valor, em espécie, apreendido, além de US$ 8,7 mil

R$ 200 mi é o valor dos contratos sob investigação fechados com prefeituras e Câmaras Municipais

Rota prende acionista de empresa de ônibus acusado de lavagem

A Justiça decretou a prisão de mais dois acusados de envolvimento no esquema de lavagem de dinheiro – por meio de empresas de ônibus da capital – ligado ao PCC. O esquema foi desmontado pela Operação Fim da Linha, deflagrada na semana passada. Os dois são acionistas da empresa UPBus.

Um deles foi preso ontem por policiais das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota). Trata-se de Alexandre Salles Brito, o "Buiu", que exibe em sua ficha acusações de assalto a banco e ligação com o PCC. Ele foi capturado em um apartamento na Vila Nilton, em Guarulhos, na Grande São Paulo, e conduzido pelos policiais da Rota até o 1.º Distrito Policial do município.

A Justiça também decretou a prisão de Décio Gouveia Luiz, o "Décio Português", outro acionista da empresa e homem de confiança de Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, chefe do PCC. Até a noite de ontem, Décio Luiz estava foragido.

Ao mesmo tempo, o juiz Leonardo Valente Barreiros, da 1.ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa, Lavagem de Bens e Valores da Capital, acolheu a denúncia do Gaeco, instaurando processo contra 19 acusados. ● MARCELO GODOY

É 'intolerável' crime desafiar Estado, diz chefe do MP

O novo procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, afirmou que é "intolerável" aceitar que o crime organizado continue desafiando o Estado. Nomeado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) para comandar o Ministério Público estadual no próximo biênio, Paulo Sérgio Costa tomou posse ontem e prometeu intensificar a atuação da instituição nos tribunais superiores contra teses que, segundo ele, dificultam o combate ao crime.

"O MP é parte. O nosso lado é o da sociedade, é o lado da vítima. O réu, com todos os direitos humanos e respeitos que deve ter, tem que ser firmemente apontada a sua responsabilidade, e levado aos tribunais superiores para que a sua condenação seja mantida e não gere na sociedade essa sensação de impunidade. Isso desanima as forças policiais, o Ministério Público e o sistema de Justiça", discursou.

Paulo Sérgio Costa ficou em terceiro lugar na lista tríplice da categoria. Além do apoio do antecessor, Mário Sarrubbo, ele teve o apoio do secretário de Governo, Gilberto Kassab – nome forte da gestão Tarcísio –, e do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). ● RAYSSA MOTTA



Vera Rosa *E-mail: vera.rosa@estadao.com ; Twitter: @VeraRosa61*

O recado de Alcolumbre ao STF

O aumento dos atritos entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) preocupa o Palácio do Planalto e a própria Corte. A apreensão, porém, vai muito além das críticas do empresário Elon Musk, dono do X, que chamou o ministro do STF Alexandre de Moraes de "ditador brutal". O foco da atenção, agora, está no Senado e nas disputas que virão.

Favorito para comandar a Casa de Salão Azul, a partir de fevereiro de 2025, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) já mandou um recado aos magistrados. Avisou que, se o STF não der "um passo atrás", a situação pode chegar até mesmo à abertura de impeachment contra algum magistrado.

A escalada de ataques ao Supremo foi o prato principal do jantar desta segunda-feira, 15, entre o presidente Lula e os ministros Gilmar Mendes, Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino. Lula chegou à casa de Gilmar, anfitrião do encontro, acompanhado do titular da Justiça, Ricardo Lewandowski, e do chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias. Vinte e quatro horas depois, num enfrentamento ao STF, o Senado aprovou a criminalização do porte de drogas.

A preocupação do presidente, neste momento, não é apenas com a sua reeleição, mas com o fortalecimento da direita no Senado, em 2026, quando haverá a renovação de 54 das 81 cadeiras da Casa. Detalhe: é o Senado, e não a Câmara, que tem a prerrogativa de dar início a um processo de impeachment contra ministros do STF.

> *Atritos preocupam Lula e favorito para comando do Senado vê risco de impeachment de magistrados*

Se aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro conseguirem fazer maioria no Senado, o STF estará em maus lençóis. Lula, por sua vez, teme que o acirramento dos ânimos deixe o País ingovernável. É por isso que ele orientou o PT a sacrificar candidatos nas eleições deste ano em nome de alianças para aumentar a bancada de senadores, em 2026.

A campanha dos bolsonaristas no palanque, aliás, terá como mote a reação ao "ativismo judicial", com críticas ao que muitos chamam de "censura" do STF nas redes sociais. "Podemos chegar a um entendimento e ter paz para todos os lados", disse o presidente do PL, Valdemar Costa Neto. "Foi um erro termos entrado nessa questão do Musk."

A cúpula do PL também vai apoiar o retorno de Alcolumbre ao comando do Senado. Enquanto a disputa para a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na Câmara está indefinida, do outro lado tudo caminha para um "acordão", envolvendo até o PT.

Diante dessa agonia que não termina, seria bom Moraes anunciar logo todas as punições dos responsáveis pelo vandalismo do 8 de janeiro de 2023. Isso se não quiser deixar a onda golpista contaminar o sistema e os culpados virarem salvadores da Pátria mais adiante. ●

REPÓRTER

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Congresso

Câmara acelera projeto que pune invasor de terra

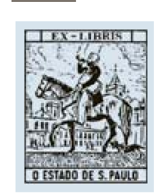
A Câmara aprovou ontem requerimento de urgência para a tramitação de projeto de lei que prevê sanções a invasores de propriedades rurais. Foram 293 votos a favor, 111 contra e uma abstenção. A proposta tem como alvo o Movimento dos Sem Terra (MST) e é considerada um recado dos parlamentares ao Planalto.

Com a urgência aprovada, o texto pulará a etapa de análise em comissões e poderá ser votado diretamente no plenário. O líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), tentou impedir a votação, mas não conseguiu.

Anteontem, o MST disse que invadiu 24 áreas no País. As invasões foram registradas em Sergipe, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Bahia, Pará, São Paulo, Goiás, Ceará, Rio e Distrito Federal. Os atos fazem parte do chamado "Abril Vermelho". ● IANDER PORCELLA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A ministra oficiosa



Janja se apresenta como 'articuladora' de políticas públicas e diz que Lula lhe dá 'total autonomia'



A julgar pelo que disse em recente entrevista à BBC, a primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, decidiu autonomear-se, certamente com a anuência do marido, como "articuladora" do governo de Lula da Silva. "Meu papel é de articuladora, que fala sobre política pública", informou Janja candidamente, numa reportagem sobre as funções exercidas por primeiras-damas na América Latina. Além de estar convicta de que precisa "ressignificar" o papel de primeira-dama, Janja disse mais: "(*Lula*) me dá total autonomia para eu fazer o que faço", sem hierarquia entre ambos.

Pois fazer o que faz parece ser o grande problema da primeira-dama e seu esforço desmedido para exercer influência política e desempenhar papel prático no governo – tarefa para a qual não tem mandato concedido nem pelos eleitores nem pela legislação vigente. Pelo que Janja faz e da maneira como faz, o País corre o risco de ter uma espécie de poder paralelo nas mãos da primeira-dama, lastreado em sua condição singularíssima de cônjuge de Lula, borrando os limites entre o público e o privado.

Antes fosse, portanto, uma demonstração meramente retórica do ativismo político de Janja, ou antes se resumisse a uma tentativa de promover o debate sobre o papel de primeira-dama, historicamente associado a estereótipos. Não. O que Janja admitiu foi a tradução, em palavras, do que tem materializado em atos: imiscuir-se em assuntos do governo, interferir na ação de ministérios, direcionar escolhas de políticas públicas e demonstrar poder, pura e simplesmente.

Seus tentáculos políticos avançam inclusive em poder de veto em áreas como economia, defesa e comunicação. Ademais, Janja rapidamente aprendeu a cosmologia palaciana, segundo a qual a ocupação dos espaços físicos é também uma forma de exercício do poder: a primeira-dama é hoje um anteparo entre o gabinete presidencial e os visitantes, incluindo ministros que precisam despachar com o chefe.

Não se deseja aqui que Janja restrinja suas atividades à "organização de chás de caridade", como sublinhou na entrevista. Nem se discute sua autonomia para exercer, na intimidade, o papel de primeira-conselheira do presidente ou a disposição de Lula para ouvi-la em assuntos para os quais deseja saber sua opinião. Tampouco a liberdade da primeira-dama para debater, publicamente, temas em que supostamente inspire conhecimento. Mas convém pedir bom senso.

Certamente há um caminho do meio entre o papel decorativo e o excessivo ativismo. Não à toa, recentes tentativas de definir cargos e protagonismos excessivos para primeiras-damas esbarraram em resistência e recuos em diferentes países. Foi o caso do Chile de Irina Karamanos, mulher do presidente Gabriel Boric, e da França de Brigitte Macron, mulher de Emmanuel Macron.

Acreditando ter prerrogativas para tanto, Janja já representou Lula numa visita ao BNDES para debater projetos do Fundo Amazônia e atropelou o rito de conversas da equipe econômica ao fazer um pedido expresso para redução dos juros do cartão de crédito. Como Janja é em tese indemissível, porque primeira-dama não é cargo, seria bom que ao menos não competisse com os ministros formalmente nomeados e remunerados para auxiliar o presidente.●

Câmara

Glauber Braga expulsa membro do MBL aos chutes

O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) expulsou ontem um integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) da Câmara aos chutes. Após o fato, Braga ainda discutiu com deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP), que é cofundador do MBL. A confusão terminou no Departamento de Polícia Legislativa.

O fotógrafo Lula Marques, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), capturou o momento inicial da discussão entre Braga e o ativista do MBL Gabriel Costenaro. Durante o embate, o parlamentar do PSOL acusou Costenaro de violência doméstica contra uma ex-parceira. O representante do MBL alegou ter vencido um processo por difamação relacionado ao caso.

A discussão persistiu por aproximadamente dois minutos, atingindo seu ápice quando Costenaro fez insinuações sobre a mãe de Braga, que está doente. Depois disso, o membro do PSOL acompanhou Costenaro até a saída da Câmara e o agrediu com chutes.

"Esse sujeito do MBL tem histórico de agressão a mulheres", disse Braga sobre Costenaro. "É a quinta provocação dele. Na quarta vez ele ameaçou a mãe de um militante nosso com mais de 70 anos dizendo que sabia onde ela morava. Já existe boletim de ocorrência sobre isso. Não me arrependo de nada do que fiz. Não vou recuar para fascista de MBL."

Kataguiri foi ao departamento policial para apoiar seu colega do MBL e acabou se envolvendo em um tumulto com Braga. Os parlamentares tentaram iniciar uma briga física, mas foram contidos pelos policiais legislativos. No X (antigo Twitter), Kataguiri acusou Braga de agressão e tentativa de agressão, afirmando que vai entrar com um pedido de cassação do mandato do deputado do PSOL. ● ZECA FERREIRA

Agência Estado S.A.
CNPJ 62.652.961/0001-38
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Senhores acionistas,
Apresentamos as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Estamos a disposição para prestar os esclarecimentos julgados necessários.
São Paulo, 17 de Abril de 2024. A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	7.531	5.160
Contas a receber	10.120	7.182
Impostos a recuperar	2.343	2.410
Partes relacionadas	4.376	103.417
Despesas antecipadas	664	724
Outras contas a receber	338	479
Total circulante	**25.372**	**119.372**
Não circulante		
Partes relacionadas	57.745	
Depósitos judiciais	19.347	17.322
Outras contas a receber	102	234
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.507	3.394
	79.701	**20.950**
Imobilizado	6.333	4.716
Intangível	1.118	862
	7.451	**5.578**
Total não circulante	**87.152**	**26.528**
Total do ativo	**112.524**	**145.900**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	32.133	23.147
Arrendamentos	691	840
Fornecedores	10.654	9.142
Obrigações trabalhistas	8.014	9.483
Contas a pagar e outros	1.145	637
Dividendos a pagar	10.963	4.413
Adiantamentos de clientes	3.476	182
Partes relacionadas	1.009	1.292
Programa de parcelamento fiscal	547	493
Imposto de renda e contribuição social a pagar	498	
Provisões para contingências	595	2.427
Total circulante	**69.725**	**52.056**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	15.304	25.086
Arrendamentos	392	864
Programa de parcelamento fiscal	684	1.110
Provisões para contingências	746	80
Dividendos a pagar	10.000	
Outras provisões e obrigações	199	255
Total não circulante	**27.325**	**27.395**
Total do passivo	**97.050**	**79.451**
Patrimônio Líquido		
Capital social	11.597	11.597
Reserva de lucros	3.877	54.852
Total do patrimônio líquido	**15.474**	**66.449**
Total do passivo e patrimônio líquido	**112.524**	**145.900**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Receita operacional líquida	167.860	157.072
Custos das vendas e dos serviços prestados	(80.549)	(71.330)
Lucro bruto	**87.311**	**85.742**
Despesas operacionais		
Vendas	(25.449)	(26.864)
Administrativas	(20.721)	(26.039)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.438	(2.328)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido	**42.579**	**30.511**
Receitas financeiras	590	1.013
Despesas financeiras	(10.534)	(7.228)
Variações cambiais	(159)	(214)
Resultado financeiro líquido	**(10.103)**	**(6.429)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**32.476**	**24.082**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.737)	(6.527)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(887)	96
Lucro líquido do exercício	**23.852**	**17.651**
Lucro líquido do exercício por ação - R$	**1,59**	**1,17**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO
Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**23.852**	**17.651**
Ajustes		
Depreciações e amortizações	1.393	1.703
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	8.515	5.232
Variações monetárias de contingências	6	1
Variações monetárias do programa de parcelamento fiscal	150	183
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	271	95
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8.624	6.431
Provisão para contingências	(1.176)	(973)
	17.783	**12.672**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(3.209)	(939)
Impostos a recuperar	67	1.444
Despesas antecipadas	60	2.015
Outras contas a receber	273	(154)
Partes relacionadas	(12.264)	(34.769)
Depósitos judiciais	(2.025)	(4.541)
Fornecedores	13.951	3.644
Obrigações trabalhistas	(1.469)	1.451
Adiantamentos de clientes	3.294	
Contingências	4	302
Outras contas a pagar	(1.015)	(2.122)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.239)	(6.526)
	(9.572)	**(40.195)**
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	**32.063**	**(9.872)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e de intangível, inclusive capitalizados	(3.007)	(1.196)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(3.007)**	**(1.196)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	11.211	41.315
Amortização de empréstimos e financiamentos	(32.961)	(27.447)
Programa de parcelamento fiscal	(522)	(470)
Dividendos pagos	(4.413)	(2.965)
Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades de financiamentos	**(26.685)**	**10.433**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.371**	**(635)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.160**	**5.795**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**7.531**	**5.160**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.371**	**(635)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1° de janeiro de 2022	**11.597**	**2.319**	**39.790**		**53.706**
Lucro líquido do exercício				17.651	17.651
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos				**17.651**	**17.651**
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio				(4.908)	(4.908)
Destinação para reserva de lucros			12.743	(12.743)	
Em 31 de dezembro de 2022	**11.597**	**2.319**	**52.533**		**66.449**
Lucro líquido do exercício				23.852	23.852
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos				**23.852**	**23.852**
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio			(52.533)	(22.294)	(74.827)
Destinação para reserva de lucros			1.558	(1.558)	
Em 31 de dezembro de 2023	**11.597**	**2.319**	**1.558**		**15.474**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**23.852**	**17.651**
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**23.852**	**17.651**

CONTADOR – Fernando B. de Barros Junior – CRC 1SP253036/O-4

Cortes de despesas

Tarcísio fala em ‘enxugar’ fundações; reestruturação deve afetar TV Cultura

Governo de São Paulo planeja readequar gastos; medidas devem alcançar também recursos para a saúde e para jovens infratores

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

O governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) quer reestruturar três fundações em uma tentativa de cortar gastos e aumentar receitas. As medidas são tratadas como continuidade das ações para diminuir o tamanho do Estado aprovadas ano passado na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Entre elas, a privatização da Sabesp.

Estão na mira a Fundação Padre Anchieta (FPA), a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, conhecida como Fundação Casa, e a Fundação para o Remédio Popular (Furp). A palavra de ordem é dar eficiência ao gasto público e abrir espaço para realizar investimentos.

Procurado, o governo afirmou que realiza estudos e análises constantes sobre as estruturas estatais para “aprimorar a prestação de serviço à população e a otimização do gasto público”. No caso da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, o vice-presidente da emissora, Enéas Pereira, disse ao **Estadão** haver “uma tentativa de fazer uma intervenção na TV Cultura”.

A declaração foi dada após a proposta de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) feita por um vice-líder do governo, Guto Zacarias (União Brasil), que quer investigar as despesas e a eleição do conselho curador da fundação. O deputado nega que se trate de questão ideológica.

FUNCIONÁRIOS. Interlocutores do governador dizem que não há plano para extinguir a entidade, mas que é necessário tornar a estrutura mais enxuta e eficiente – uma das queixas de Tarcísio é com a quantidade de funcionários. Ele também quer que a fundação aumente as receitas próprias.

A Fundação Padre Anchieta tem 743 funcionários via regime CLT, além de parcela de contratados como pessoa jurídica. A instituição afirma que quando a atual direção assumiu, em 2019, o orçamento era formado por 70% de recursos aportados pelo Estado e 30% de receitas próprias e que o quadro agora é mais equilibrado. A fundação empenhou R$ 250 milhões em despesas em 2023, dos quais R$ 132 milhões vieram de recursos próprios (53%) e R$ 118 milhões (47%) custeados pelo Estado. O orçamento para 2024 prevê despesas totais de R$ 213 milhões, sendo R$ 96 milhões (45%) em receita própria e R$ 117 milhões (55%) do governo.

No momento, R$ 12,9 milhões deste valor estão contingenciados pela administração estadual. A verba pode ser descongelada se a arrecadação melhorar. “De acordo com o desempenho da receita, o contingenciamento será gradativamente liberado e os recursos utilizados ao longo do exercício financeiro. Até o momento, já foram descontingenciados R$ 2,3 bilhões”, disse a Secretaria da Fazenda.

> ***“(O governo) realiza estudos e análises constantes sobre as estruturas estatais a fim de aprimorar a prestação de serviço à população e a otimização do gasto público”***
> **Governo de São Paulo**
> **Em nota**

MEDICAMENTOS. Após quase ser extinta durante o governo João Doria, a Furp também deve passar por mudanças. O laboratório farmacêutico do governo de São Paulo foi criado em 1968 e produz medicamentos para hospitais, entidades filantrópicas e secretarias municipais e estaduais de saúde.

O governador manifestou intenção de privatizar a entidade em jantar com deputados estaduais no início do mês, conforme a revista *Veja*. Ao **Estadão**, parlamentares confirmaram que Tarcísio sinalizou mudanças. O orçamento do órgão, que é subordinado à Secretaria de Estado da Saúde, é de R$ 207 milhões neste ano.

JOVENS. A Fundação Casa foi incluída em setembro do ano passado no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) de São Paulo. A ideia é propor um modelo de parceria público-privada. A instituição presta assistência a jovens de 12 a 21 anos que foram condenados pela Justiça a medidas como internação – privação de liberdade – e semiliberdade.

“A gente tem que fechar as fundações Casa. Não tem condição de mantê-las”, disse Tarcísio em conversa com servidores que pediam para ele preservar a entidade durante uma agenda na região de Presidente Prudente no início de março. O orçamento da instituição é de R$ 1,7 bilhão. A reportagem procurou a Furp e a Fundação Casa, mas não obteve resposta até a noite de ontem. O governo de SP afirmou que “busca ampliar as oportunidades de investimento, geração de emprego e desenvolvimento socioeconômico no Estado”. ●

Conselho Nacional de Justiça

Barroso ataca ato de corregedor que afastou magistrados da Lava Jato: ‘Perversidade’

CNJ revoga afastamento de Gabriela Hardt e de Danilo Júnior, mas mantém decisão relativa a desembargadores da 8.ª Turma do TRF-4

PEPITA ORTEGA

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luís Roberto Barroso, classificou ontem o afastamento da juíza Gabriela Hardt – que atuou como substituta do ex-juiz Sérgio Moro na 13.ª Vara Federal de Curitiba – e de três integrantes do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região como ação “ilegítima, arbitrária e desnecessária”. As medidas cautelares foram decretadas anteontem pelo corregedor Luís Felipe Salomão, na véspera do julgamento de condutas dos principais nomes da Lava Jato no Paraná.

Por maioria de votos, o CNJ revogou o afastamento de Gabriela e do juiz Danilo Pereira Júnior, atual titular da 13.ª Vara Federal de Curitiba. De outro lado, o conselho manteve o afastamento dos desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz e Loraci Flores De Lima, do TRF-4.

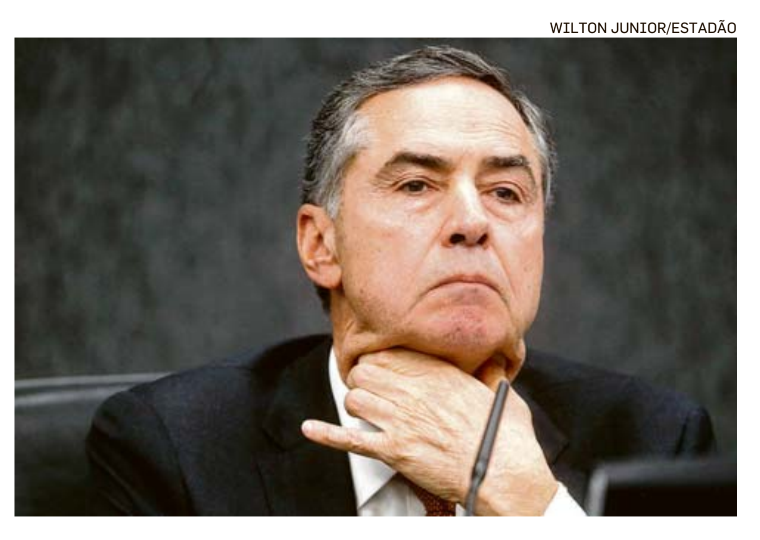
Eventual abertura de procedimentos administrativos disciplinares contra os juízes e os desembargadores na mira da corregedoria será debatida em uma próxima sessão do CNJ. A instauração dos procedimentos foi sugerida por Salomão, mas Barroso pediu mais tempo para analisar o caso. Ele disse que não teve tempo de analisar as mais de mil páginas dos processos. O presidente do CNJ se comprometeu a devolver o caso à pauta da próxima sessão do colegiado.

‘INJUSTIÇA’. Em seu voto, Barroso defendeu a revogação do afastamento dos magistrados. “Se chancelarmos isso, estaremos cometendo uma injustiça, se não uma perversidade”, afirmou. Segundo ele, o afastamento de magistrados só pode ocorrer quando estejam “inequivocadamente comprovadas” faltas graves, sendo necessária decisão colegiada, com maioria absoluta para a decretação da medida.

“Nada justifica que essa medida tivesse sido tomada monocraticamente”, disse Barroso, destacando que não havia nenhuma urgência, no caso, que não pudesse aguardar 24 horas – em referência ao julgamento marcado para ontem. “Sem ironia, entendo que tal decisão contrariou frontalmente decisão do Supremo Tribunal Federal”, continuou.

Minutos antes, Salomão havia ressaltado, para fundamentar o afastamento dos magistrados do TRF-4, que o descumprimento reiterado de decisões do STF era “o caos”.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Barroso na sessão do CNJ: para ele, juízes têm ‘reputação ilibada’

Para Barroso, é “sumário, prematuro e desnecessário” o afastamento de magistrados com “reputação ilibada”. “Não são juízes que chegam ao CNJ com prontuário, uma fama, histórico negativo.” O subprocurador-geral da República, José Araújo Sá, defendeu a revogação dos afastamentos e disse não ver hipótese para as medidas.

> **Presidente do CNJ**
> **Barroso: decisão de Salomão foi ‘ilegítima, arbitrária e desnecessária’ na véspera do julgamento**

No caso de Gabriela Hardt, o ponto principal para seu afastamento foi a homologação de um acordo que previa destinação de R$ 2,5 bilhões de multa da Petrobras a uma fundação que seria gerida por procuradores da Lava Jato – homologação proferida em 2019, mas que acabou não sendo colocada em prática. Araújo Sá ponderou que “não se pode dizer de pronto que seria uma destinação ilícita encaminhar valores para possível fundação no que diz respeito a ações educativas de combate a corrupção”.

Barroso destacou que cinco anos se passaram. “Não é contemporâneo para tornar urgente o afastamento. Dizem que ela (*Gabriela Hardt*) tem reputação ilibada. Fui advogado 30 anos, todo mundo sabe quem é quem. Essa moça não tinha absolutamente nenhuma mácula sobre a carreira dela para ser sumariamente afastada”, disse o presidente do CNJ, que também comanda o Supremo Tribunal Federal.

SUSPEIÇÃO. O juiz Danilo Pereira Júnior e os desembargadores Thompson Flores Lenz e Flores De Lima são julgados pela declaração de suspeição do juiz Eduardo Appio, ex-titular da Lava Jato em Curitiba e crítico dos métodos da operação. O processo que levou à suspeição de Appio foi declarado nulo pelo ministro Dias Toffoli, do STF, que encaminhou o caso ao CNJ para apuração. Thompson Flores é ex-presidente do TRF-4. Para Salomão, “descumprir decisão de qualquer tribunal por órgão inferior já é corroer o sistema da democracia”. “Descumprir decisão do STF então, aí é o caos.”

O corregedor chegou a propor a abertura de um procedimento administrativo disciplinar também contra o ex-juiz e atual senador Sérgio Moro (União Brasil-PR). Mais tarde, porém, decidiu desmembrar o caso de Moro, que será analisado em outra oportunidade. O ex-juiz da Lava Jato reagiu ontem ao relatório de Salomão. “Mera ficção”, ironizou ele, em nota. ● COLABOROU LAVÍNIA KAUCZ

Reação ao STF

OAB aprova proposta que defende anulação de julgamento se defesa não fizer sustentação oral

A Ordem dos Advogados do Brasil aprovou a proposta que será enviada ao Congresso para assegurar o direito às sustentações orais. O texto prevê tornar a sustentação obrigatória em “todas as fases decisivas do processo judicial, sob pena de nulidade das decisões”, sobretudo no STF. ●

Plataforma

X avisa ao Supremo que entregou ao Congresso dos EUA cópia de decisões sigilosas de Moraes

A defesa do X (ex-Twitter) no Brasil enviou documento ao ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes informando que entregou ao Congresso dos Estados Unidos cópias de decisões sigilosas do magistrado que pediam cancelamento de perfis, entre outras medidas. ●

Ataque à democracia

PF faz diligências em oito Estados e bloqueia R$ 40 milhões na Operação Lesa Pátria

A Polícia Federal deflagrou ontem a 26.ª fase da Operação Lesa Pátria para vasculhar 18 endereços de investigados por financiar, fomentar e promover os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. As diligências foram realizadas em oito Estados. A operação bloqueou valores de até R$ 40 milhões. ●

Crise no Oriente Médio

EUA e UE apertam cerco ao Irã, mas isolamento dificulta novas sanções

Teerã já convive com sanções, restringindo as alternativas do Ocidente; rivalidade americana com Rússia e China também cria válvula de escape para o regime iraniano

WASHINGTON

Israel aumentou ontem a pressão por novas sanções ao Irã, ao enviar carta a 32 países exigindo punição pelo ataque iraniano do fim de semana. EUA e União Europeia prometeram apertar o cerco, mas esbarram em dificuldades para encontrar novas medidas contra um país isolado e já atolado em sanções.

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, garantiu ontem que o governo americano prepara um novo pacote de sanções, mas não deu detalhes. Ela sugeriu que as medidas poderiam envolver mais restrições às exportações de petróleo iraniano.

A medida, porém, tende a pressionar o preço dos combustíveis em um ano eleitoral, um movimento arriscado para o presidente americano, Joe Biden, que enfrenta uma disputa apertada pela Casa Branca contra o republicano Donald Trump, em novembro.

COMPONENTES. Outra medida analisada pelos EUA é cortar o acesso iraniano a componentes militares usados na construção de armas, como os drones que atacaram Israel no fim de semana. No entanto, como lembrou Yellen, a Casa Branca já impôs sanções a mais de 500 indivíduos e entidades do Irã nos últimos três anos, deixando poucas alternativas. "Espero que tomemos medidas adicionais contra o Irã nos próximos dias", disse Yellen.

Um dos obstáculos enfrentados pelos EUA e seus aliados é a facilidade do Irã em driblar as sanções com o apoio de países que já são alvo de restrições americanas ou que vivem às turras com Washington, como é o caso de Rússia e China, que também fornecem armas ou tecnologia ao Irã.

O fato de os EUA terem se retirado do acordo nuclear com o Irã, em 2017, durante a presidência de Donald Trump, também deixa o Ocidente com pouca margem de manobra. Os iranianos se aproximam cada vez mais da capacidade de produzir uma arma atômica, sem sentir a necessidade de mudar de rota. "A dissuasão israelense e americana contra o Irã fracassou", disse John Bolton, ex-conselheiro de Segurança Nacional de Trump.

RESPOSTA. "Analistas temem haver atualmente menos mecanismos para influenciar o Irã, especialmente se o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, responder ao ataque iraniano com uma ofensiva", escreveu o colunista David Sanger, do *New York Times*. "Uma das maiores preocupações é o Irã ter todo incentivo para ir adiante com seu programa nuclear."

No sábado, o Irã lançou mais de 300 mísseis e drones contra Israel, que diz ter abatido 99% deles. O ataque foi uma resposta ao bombardeio do dia 1.º, quando os israelenses destruíram a seção consular da Embaixada do Irã em Damasco, matando 12 pessoas, entre elas 7 comandantes da Guarda Revolucionária.

O governo iraniano deu o caso por encerrado, mas prometeu voltar à carga caso Israel respondesse com um novo ataque, como prometeu o gabinete de guerra do governo israelense. Ontem, diplomatas pressionaram Netanyahu a moderar a retaliação, buscando evitar uma escalada e um confronto mais amplo.

EQUILÍBRIO. O desafio de americanos e europeus é encontrar maneiras de punir o Irã sem alimentar a guerra no Oriente Médio. O Conselho de Relações Exteriores da UE se reuniu ontem em Bruxelas para discutir alternativas para acalmar as tensões.

A ministra das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, viajou ontem para Israel para tentar convencer os israelenses a equilibrar a resposta ao Irã. "É fundamental que todos trabalhemos juntos para reduzir a tensão na região", disse.

Israel, no entanto, pressiona por mais sanções – além de uma resposta militar. O chanceler israelense, Israel Katz, disse ontem ter enviado cartas a 32 países pedindo mais sanções ao programa de mísseis do Irã e exigindo que a Guarda Revolucionária seja declarada organização terrorista. "O Irã deve ser parado agora, antes que seja tarde demais", afirmou Katz.

Contenção
Risco de ataque retaliatório de Israel é incendiar ainda mais a crise no Oriente Médio

Embora tenha citado cartas a 32 países, o chanceler de Israel marcou 34 em seu comunicado no X (ex-Twitter). A lista inclui os 27 membros da UE, EUA, Canadá, Austrália, Índia, Japão, Argentina e Paraguai – mas não o Brasil.

O risco de um ataque retaliatório é incendiar ainda mais a crise. Ontem, o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, afirmou que responderá de forma severa a qualquer ação militar de Israel. "Declaramos de maneira firme que a menor ação contra os interesses do Irã vai provocar uma resposta severa, extensa e dolorosa contra todos os seus autores", disse Raisi. ●

NYT, AP, EFE e AFP

Penalidades em vigor

● Início
Desde a Revolução Islâmica, o regime iraniano foi alvo de uma série de sanções impostas por vários países, especialmente os EUA, e organizações internacionais. As primeiras foram anunciadas por Washington logo após a tomada da Embaixada dos EUA, em 1979.

● Ranking
Desde então, o Irã foi o país que mais foi alvo de sanções internacionais e bilaterais no mundo, até ser ultrapassado pela Rússia, após a invasão Ucrânia, comandada por Vladimir Putin, em fevereiro de 2022.

● Setores
Os setores afetados pelas sanções são as indústrias de armas, nuclear, de energia, petróleo e naval. O Banco Central, o sistema bancário, o comércio internacional, o setor de seguros também sofrem restrições, assim como empresas estrangeiras que negociam com o Irã e indivíduos ligados à Guarda Revolucionária.

● Impactos
Ao longo dos anos, as sanções tiveram impacto na economia e entre a população. A inflação disparou, assim como a taxa de desemprego entre os jovens iranianos. A falta de acesso a peças de reposição dos EUA também sucateou a frota aérea comercial do Irã.

Republicanos tentam separar Israel de Ucrânia para aprovar ajuda

WASHINGTON

O presidente da Câmara dos EUA, o republicano Mike Johnson, elaborou uma nova estratégia para tentar liberar o envio de ajuda para Israel: separar os israelenses de Taiwan e Ucrânia, para superar o impasse e facilitar a aprovação dos recursos ainda esta semana.

Pressionado pelo ataque do Irã a Israel, no fim de semana, Johnson deu o primeiro sinal de que pretende aprovar os US$ 95 bilhões em assistência a aliados aprovados pelo Senado há dois meses. Os republicanos, no entanto, resistem a mandar mais dinheiro para a Ucrânia, o que vem travando o pacote americano.

A ideia agora é fatiar a ajuda. Na sexta-feira, é esperado que os deputados votem separadamente sobre os recursos para Israel, Ucrânia e Taiwan. Além disso, Johnson deve levar ao plenário um projeto para apreender bens russos, uma exigência dos republicanos.

"Vamos analisar projetos de lei separados nesta semana para financiar nosso aliado Israel, apoiar a Ucrânia em sua guerra contra a agressão russa, fortalecer nossos aliados no Indo-Pacífico e aprovar medidas adicionais para contrariar nossos adversários", afirmou Johnson.

A ajuda dos EUA está parada em um Congresso dividido, depois que Johnson, aliado do candidato republicano à presidência Donald Trump, bloqueou o pacote de segurança que foi pedido pelo presidente americano, Joe Biden, e aprovado pelo Senado.

IMPASSE. A Casa Branca, no entanto, afastou qualquer projeto de lei que tenha assistência apenas para Israel. "Um projeto independente não ajudaria Israel nem a Ucrânia", afirmou ontem a porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, indicando que Biden deve manter a pressão para que a Câmara aprove os US$ 60 bilhões para os três aliados dos EUA.

Ainda não está claro, no entanto, se a aposta de Johnson será bem-sucedida. Enquanto os republicanos mais conservadores não querem liberar dinheiro para Ucrânia, os democratas mais progressistas têm criticado o apoio dos EUA a Israel – ou seja, a aprovação dependeria de um complexa mistura bipartidária. O Partido Republicano tem uma estreita maioria na Câmara e o cargo de Johnson tem sido desafiado por republicanos radicais, que ameaçam destituí-lo. ● NYT

Negociação
Casa Branca descarta qualquer projeto de lei que tenha assistência apenas para Israel

Visita ao Brasil

Chanceler de Milei defende Mercosul, mas pede reformas

Na Fiesp, Diana Mondino nega que seu governo queria ruptura com bloco e diz que potencial pode ser expandido

CAROLINA MARINS

A ministra das Relações Exteriores do governo de Javier Milei, Diana Mondino, se reuniu ontem com empresários brasileiros e reafirmou que o governo argentino não quer a ruptura de relações ou o fim do Mercosul. Na sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a chanceler defendeu mudanças no bloco, ponderando que os países, juntos, têm mais força.

Questionada por empresários sobre a possibilidade de o Mercosul ser "remodelado" depois de declarações de Milei, Mondino disse que "isso não é verdade". "Trabalhamos com Brasil, Paraguai e Uruguai por uma modernização, um choque de adrenalina", afirmou.

"O Mercosul tem 32 anos e nunca se modificou, enquanto o mundo mudou. É fundamental que tenhamos muitíssimo mais elementos. Por exemplo, o mero fato de levar bens de um país a outro, hoje, no Mercosul, não é considerado, e não temos nenhum tratamento preferencial entre países do Mercosul", afirmou Mondino.

Segundo a ministra, o bloco regional teria ainda mais potencial caso se voltasse a outros setores não contemplados atualmente e se investisse na possibilidade de fazer convênios com outros países.

A chanceler defendeu o acordo entre Mercosul e União Europeia, que tem sido negociado há anos e se tornou uma forte agenda do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ela, embora o pacto tenha caminhado muito lentamente, ele permite aos países do bloco integrar-se com grandes compradores do mercado europeu.

'ESTORVO'. O futuro do Mercosul foi uma das primeiras preocupações do governo brasileiro quando Milei assumiu. Durante a campanha, o argentino indicou que viraria as costas à região e chamou o bloco de "estorvo" durante os debates presidenciais. O tom, porém, foi amenizado após a posse. Dias antes de o libertário assumir a presidência, Mondino viajou de surpresa a Brasília, onde fez o primeiro gesto amigável ao Mercosul ao lado do chanceler brasileiro, Mauro Vieira.

> **Plano motosserra**
> **Ministra argentina também falou em defesa das reformas econômicas e de Estado feitas por Milei**

Sem fazer declarações à imprensa, a ministra usou sua passagem por São Paulo – depois de ter se reunido com Vieira e o vice-presidente Geraldo Alckmin, em Brasília – para defender as reformas econômicas e de Estado conduzidas por Milei na Argentina.

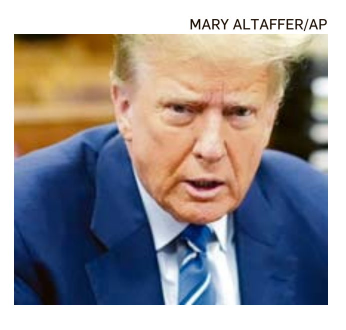
Sua exposição ao setor empresarial brasileiro teve como foco garantir que as relações entre Brasil e Argentina se mantenham fortes, apesar dos comentários recentes do presidente argentino. Em Brasília, Mondino disse que a Argentina não pretende interferir em assuntos internos do Brasil, três dias depois de Milei dizer ao magnata Elon Musk, dono do X, que daria "a ajuda que ele precisasse" diante do embate contra o Supremo Tribunal Federal. ●

Caso criminal

Julgamento de Trump escolhe primeiros jurados

Os primeiros sete jurados para o julgamento de Donald Trump foram escolhidos ontem, depois que advogados interrogaram os membros do júri sobre suas postagens nas redes sociais, opiniões políticas e vidas pessoais para decidir se poderiam julgar o ex-presidente. O caso é o primeiro de quatro criminais aos quais Trump responderá. ●

MARY ALTAFFER/AP



Holanda

Prefeita de Amsterdã quer regular drogas pesadas

A prefeita de Amsterdã, Femke Halsema, disse que a regulação do uso de drogas pesadas, como cocaína e ecstasy, é o único meio para combater o narcotráfico e seus "efeitos desastrosos" para a juventude holandesa. A maior cidade da Holanda se tornou nos últimos anos a principal porta de entrada de cocaína da Europa. ●

Invasão de embaixada

Lula cobra pedido de desculpas do governo do Equador ao México

Em cúpula virtual da Celac, presidente diz que ataque à sede da representação mexicana é perigoso para toda a região

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou ontem, durante uma cúpula virtual da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), um pedido de desculpas do Equador ao governo mexicano pela invasão da Embaixada do México em Quito, no dia 5. Segundo o brasileiro, o episódio é inaceitável e perigoso para toda a região.

A invasão foi ordenada pelo governo equatoriano para prender o ex-vice-presidente do país Jorge Glas, asilado no local desde dezembro. "Medida dessa natureza nunca havia ocorrido, nem nos piores momentos de desunião e desentendimento registrados na América Latina e no Caribe. Nem mesmo nos sombrios tempos das ditaduras militares em nosso continente", disse Lula.

O presidente também pediu que os países da região atuem para não haver episódios semelhantes e apoiou a proposta da Bolívia de formar uma comissão para acompanhar a situação de saúde de Glas enquanto os membros da Celac debatem um possível salvo-conduto para o ex-vice-presidente deixar o Equador.

O governo brasileiro, como a maioria dos países da região, rechaçou imediatamente a ação do governo equatoriano. Lula também criticou o episódio em uma conversa com o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador.

A invasão é criticada por violar o direito internacional que protege as missões e o corpo diplomático. O presidente do Equador, Daniel Noboa, justificou a ação como proteção à "segurança nacional e dignidade de um povo que rejeita qualquer tipo de impunidade" – uma referência às condenações de Glas por corrupção.

> ***"Nem mesmo nos sombrios tempos das ditaduras militares em nosso continente (houve invasão de uma embaixada)"***
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente do Brasil**

Em reação, o México cortou relações diplomáticas com o Equador e apresentou uma queixa à Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, pedindo que o país seja suspenso das Nações Unidas.

Lula elogiou o recurso do governo mexicano à CIJ e disse que a participação da Celac para a normalização da relação dos dois países é fundamental. "Absolutamente nada justifica a cena a que assistimos em Quito. Nosso desafio agora é o de encontrar caminhos para a reconstrução da confiança e do diálogo."

O Equador invadiu a embaixada para prender Glas, procurado pela Justiça do país por crimes relacionados a corrupção, incluindo propinas da Odebrecht. A ação foi vista como um reflexo da política de Noboa, em busca de apoio interno.

REAÇÕES. Glas foi condenado em 2017 a 8 anos de prisão por participar do esquema de subornos da construtora Odebrecht e libertado em 2022 por um recurso legal. A decisão de prendê-lo de novo aconteceu após o Tribunal Constitucional do Equador ratificar decisões anteriores.

A ação, porém, ignorou o direito de inviolabilidade da embaixada. Após a prisão de Glas, ao menos 18 países da América Latina, 10 da Europa, além de EUA e Canadá, repudiaram a ação. A ONU, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comunidade do Caribe (Caricom), a União Europeia e outras organizações internacionais também fizeram o mesmo. ●

Venezuela anuncia fechamento de embaixada em Quito

O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou ontem o fechamento de sua sede diplomática no Equador, depois da invasão da polícia equatoriana da Embaixada do México em Quito para prender o ex-vice-presidente Jorge Glas.

Maduro anunciou sua decisão em seu discurso na cúpula virtual da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), cuja presidência temporária é exercida por Honduras.

O ditador venezuelano deu ordem ao encarregado de negócios – chefe da missão diplomática venezuelana no Equador –, Pedro Sassone, para retornar ao país "até que o direito internacional seja expressamente restaurado".

Segundo Maduro, a invasão foi um "ato de barbárie" e criticou o presidente do Equador, Daniel Noboa. "Foi um desprezo absoluto por todo o marco jurídico", afirmou Maduro.

● AFP e EFE

Mais rigidez contra drogas

Contra STF, PEC que pune porte de droga é aprovada no Senado

Caberá ao policial distinguir entre usuário e traficante; texto segue para Câmara dos Deputados

LEVY TELES

O Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte de qualquer quantidade de droga, em mais uma reação protagonizada pela Casa ao Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte analisa um processo sobre o tema com entendimento contrário ao texto votado pelos senadores.

A PEC incorpora à Constituição artigo considerando tanto o posse e como o porte de drogas ato ilícito em qualquer quantidade como crime. Caberá ao policial, segundo emenda de autoria de Rogério Marinho (PL-RN), distinguir entre usuário e traficante. A Casa fez a votação em dois turnos no mesmo dia. Na primeira votação, foram 53 a favor e 9 contra; na segunda, 52 a 9. O texto, que precisava de 49 votos para ser aprovado, será analisado agora pela Câmara.

Com a diferenciação feita, a PEC abre a possibilidade de o usuário receber penas alternativas à prisão e tratamento contra dependência química. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é autor da proposição.

GOVERNO. Trata-se ainda de mais uma derrota que o Senado impõe ao PT, partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso também aconteceu, por exemplo, nos projetos de lei do marco temporal e da "saidinha", já aprovados pelo Congresso Nacional. O PT orientou voto contrário à proposta e ficou isolado. Formalmente, o governo liberou a bancada. "O governo não orienta porque é uma questão praticamente de consenso", argumentou Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo. Ele disse que votaria individualmente contra.

O PDT e o PSB, partidos mais fiéis aliados da base governista, seguiram caminho contrário e orientaram voto favorável à PEC. Acompanharam o voto favorável das siglas o PSD, o PL, o União, o PP, o Republicanos, a oposição e a minoria. O MDB e a maioria liberaram a bancada.

CONSEQUÊNCIAS. Petistas dizem que haverá superlotação de prisões com o endurecimento das regras. "Transferir para terceiros, um agente público, se aquele cidadão é traficante ou dependente, é gerar um sistema que vai colocar muita gente inocente e sem necessidade na prisão", disse Rogério Carvalho (PT-SE).

Na atual legislação, o artigo 28 da Lei de Drogas diz que o usuário que portar drogas deve ser advertido, prestar serviços à comunidade ou comparecer a um programa ou curso educativo. É esse exato artigo que o Supremo avalia a constitucionalidade. Neste momento, o STF julga um caso que pode descriminalizar o uso da maconha. O placar está 5 a 3 a favor, com divergências entre os ministros sobre uma dosimetria, isto é, um cálculo de quantidade da droga que diferenciaria o usuário de um traficante.

Os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, por exemplo, dizem que a quantidade limite é de 60 gramas. O crime de tráfico é passível de 5 a 15 anos de prisão, mais multa.

OPOSIÇÃO. A oposição capitaneia o enfrentamento ao Supremo, como aconteceu no caso da interpretação do marco temporal – que define o dia 5 de outubro de 1988 como linha de corte para a demarcação dos territórios indígenas – em lei. Os integrantes desse grupo argumentam, especialmente, que a maconha é uma "porta de entrada" para drogas mais pesadas.

"É fundamental fortalecer a legislação frente aos impasses causados por recentes interpretações judiciais", afirmou Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado, em uma das emendas que tratam do texto. "Consideramos que a decisão sobre descriminalização e fixação de limites deve ser enfrentada pelo Poder Legislativo. Essa medida legislativa reforça a prerrogativa deste Poder."

O que o Supremo avalia
Estabelecer quantidade específica para diferenciar o usuário de um traficante; votação está 5 a 3

"É um momento que essa Casa toma lugar e repudia a invasão da Suprema Corte do Brasil às atribuições desta Casa", disse Magno Malta (PL-ES).

NAS AMÉRICAS. O Monitor de Políticas de Drogas nas Américas, do Instituto Igarapé, aponta que quatro países nas Américas regulam a maconha para fins recreativos: Canadá, Dominica, Uruguai e Estados Unidos, onde mais de 20 Estados legalizaram esse consumo, com quantidades que variam conforme o marco regulatório local. No Uruguai, a compra de até 40 gramas por mês de maconha, em farmácias especializadas, foi legalizada em 2013.

Na Europa, Portugal é sempre citado como exemplo de uso regulamentado. No dia 1.º, ocorreu a descriminalização parcial na Alemanha. ●

Saiba mais

Para especialistas, no fim debate volta ao Supremo

● A questão política
Apesar de o Senado ter conseguido avançar na PEC, a medida deve ficar como recado ao Judiciário e aos eleitores. Isso porque a decisão que o STF está prestes a proferir considera que não é possível punir a autolesão, caso em que se enquadraria o consumo próprio de entorpecente. "Se o Supremo concluir dessa forma, será obrigado a entender que a PEC é inconstitucional", avaliou o desembargador Marcelo Semer, autor do livro *Sentenciando o Tráfico: O papel dos juízes no grande encarceramento*, em entrevista ao *Vodcast* Dois Pontos, do Estadão. Ou seja, mesmo com PEC aprovada, a palavra final voltará ao STF. "Isso vai ser importante para os senadores fazerem suas campanhas, porque eles querem que seus nomes circulem como grandes defensores do rigorismo, mas não vai chegar na decisão. PEC não cria crime. Penso que o Supremo não vai se curvar a isso", ressaltou Semer.

● A questão de diferenciar usuários e traficantes
A legislação atual sobre o tema é de 2006. Ela possui artigos distintos para usuários e traficantes, mas não oferece um parâmetro objetivo para que essa diferença seja estabelecida pela Justiça. Juristas ouvidos anteriormente pelo Estadão dizem que a definição da quantidade, em debate no STF, e vetada na PEC, tem potencial de dar mais objetividade às análises dos magistrados, mas apontam limitações, como considerar as circunstâncias em que a droga foi encontrada. Já entidades médicas reforçaram oposição à medida, sob o argumento de ela trazer riscos sociais e à saúde. Grande parte é contrária a deixar tal definição para a polícia.

● O que dizem os médicos
O Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) reforçaram a posição contrária à descriminalização do porte de drogas. Para as entidades, a medida pode resultar no "aumento do consumo, no comprometimento da saúde (individual e coletiva) e no fortalecimento do narcotráfico".

Sistema carcerário

Lewandowski vai à Câmara e defende 'saidinha' de presos

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, participou ontem de audiência na Comissão de Segurança Pública da Câmara. Logo no início da sessão, deputados de oposição cobraram explicações dele sobre o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que acabava com as "saidinhas" de presos. Mesmo assim, o presidente da comissão, Alberto Fraga (PL-DF), afirmou logo no início da sessão que Lewandowski deve ter um tratamento diferente do seu antecessor. "Fique tranquilo porque Vossa Excelência não será destratado", prometeu o deputado.

O ministro da Justiça optou por destacar aos deputados que o presidente manteve a maior parte das mudanças promovidas pelo Congresso. De acordo com Lewandowski, o Palácio do Planalto "sancionou 90% ou mais desse projeto de lei". Ele explicou que o veto se limitou ao trecho que impedia a saída temporária dos presos para visitar os familiares por compreender que a proposta "contraria princípios irrevogáveis da Constituição", como o da dignidade humana. "O veto respeita a nova política penal promovida pelo Congresso Nacional", disse. "O presidente da República é um cristão", prosseguiu. "Estamos defendendo um valor cristão, um valor fundamental da sociedade", completou.

Argumento do governo
Impedir saída temporária de presos 'contraria princípios irrevogáveis da Constituição', diz ministro

Deputados e senadores devem analisar o veto de Lula em sessão do Congresso amanhã. Parlamentares de oposição prometeram derrubar o veto. A expectativa é de que o governo sofra derrota no assunto, sobretudo após o embate entre o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

OUTROS ASSUNTOS. Lewandowski ainda sinalizou com revisão de regras sobre acesso a armas, após cobrança de bancada da bala e da oposição. O ministro da Justiça ainda assumiu que houve erros do governo federal que culminaram na fuga de presos da penitenciária de Mossoró. De acordo com o ministro, foram "várias causas", como equipamentos antigos e quebra de protocolos de segurança. "Foi a única e será a última fuga." ● WESLLEY GALZO E VINÍCIUS VALFRÉ

Educação

Paralisação em universidades e institutos federais vira novo 'fogo amigo' contra Lula

Movimento desgasta governo e expõe divisão com a esquerda e com grupos sindicais; e pode desviar o foco de políticas importantes

ESTADÃO ANALISA

RENATA CAFARDO

Depois da batalha em torno do novo ensino médio, a greve nas universidades federais tem chance de ser a mais nova munição para o fogo amigo da esquerda contra o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na área da educação. Assim como nas brigas sobre itinerários e aumento da formação geral básica para os adolescentes, há reivindicações legítimas nos pedidos de reajuste salarial no ensino superior federal.

Um professor no topo da carreira, com doutorado e dedicação exclusiva à universidade, ganha cerca de R$ 18 mil. Para comparar: o subsídio mais baixo de um juiz federal é de R$ 33 mil, com supersalários que chegam a R$ 170 mil, como mostrou o **Estadão**. Mas nada disso surgiu agora. Seria uma greve por senso de oportunidade porque há canal de diálogo ou intenção de enfraquecer o governo numa área social estratégica?

SEM MERITOCRACIA E PRÊMIOS. Boa parte da esquerda não morre de amores pelo ministro da Educação, Camilo Santana (PT), principalmente quando ele fala em meritocracia e premiação de escolas. Anteontem, a greve que era basicamente de funcionários técnicos e administrativos chegou aos professores em 21 instituições (do total de 69) que tiveram paralisação de aulas.

Greves em universidades são diferentes dos órgãos federais mais distantes da comunidade, têm o potencial de atingir famílias dos estudantes, hospitais universitários em diferentes partes do País. Além disso, expõem gargalos na educação e na ciência, áreas cruciais para o desenvolvimento. A última paralisação de alcance nacional foi em 2016. Os professores pedem agora reajuste de 22%, pagos em três anos, para compensar perdas desde então.

NO PASSADO. Em tempos em que eram classificadas como antros de "balbúrdia", durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), houve perdas de investimentos que deixaram as universidades sem dinheiro nem para conta de luz. Reitores calculam a necessidade de R$ 2,5 bilhões de recomposição, para manter laboratórios funcionando, equipamentos, salas de aula.

No mês passado, Lula anunciou a criação de 100 novos institutos federais, aposta considerada acertada por especialistas para expandir o ensino técnico, mas enquanto a rede atual agoniza. Na semana passada, houve até tentativa de impor proibição de paralisações durante as negociações, vinda de um governo cujo presidente foi um líder sindical histórico. A cláusula, sugerida pelo Ministério da Gestão, foi retirada depois de intensa oposição dos sindicatos.

A RESPONSABILIDADE DE CADA UM. Apesar de as universidades federais serem de responsabilidade do MEC, quem negocia salário com funcionários e professores é o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). E o dinheiro quem decide é a equipe econômica, chefiada por Fernando Haddad (PT), também velho conhecido da educação. Essa ala do governo insiste que para este ano só é possível aumentar valores de auxílios, como alimentação e creche. Grevistas batem o pé contra o que chamam de penduricalhos.

O ônus pode mais uma vez cair no colo do ministro da Educação, titular de uma pasta que vem sendo cobrada para acelerar o ritmo. O novo problema pode ainda desviar o foco de políticas importantes como alfabetização, formação de professores, escola em tempo integral, conexão de escolas, como aconteceu ao longo de 2023 com as infindáveis polêmicas do novo ensino médio (que nem terminou de ser resolvido). ●

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Escola Paulista de Medicina, Unifesp; última paralisação na educação, de alcance nacional, foi em 2016

O que está em jogo

● O que pedem os servidores em greve

Os professores de instituições federais cobram reajuste salarial de 22%, em 3 parcelas iguais de 7,06% em maio de 2024, 2025 e 2026, enquanto servidores técnico-administrativos pedem reajuste maior, de 34%, também dividido em três parcelas, em 2024, 2025 e 2026. Segundo o sindicato da categoria, os porcentuais correspondem às perdas salariais desde o governo do ex-presidente Michel Temer, em 2016, até dezembro de 2023, acrescidas das projeções inflacionárias de 2024 e 2025.

● Qual foi a proposta inicial do governo

A proposta do governo era de que não ocorresse reajuste salarial em 2024, mas tinha como contraproposta o aumento de benefícios e auxílios pagos aos funcionários públicos, sendo o principal deles o auxílio-alimentação, com 52% de aumento, de R$ 658 para R$ 1 mil. Os valores do auxílio-creche e do auxílio-saúde seriam reajustados, conforme proposta do governo, em 51% para todos os servidores públicos federais ativos.

Divisão no governo
Uma ala defende aumento de valor só de benefícios; grevistas chamam de penduricalhos

'O prejuízo é para o Brasil e para os alunos', afirma Camilo Santana

LEVY TELES

O ministro da Educação, Camilo Santana (PT), diz que as greves feitas pelos professores e servidores técnico-administrativos de universidades públicas brasileiras são um "prejuízo para os Brasil e para os alunos". Ele contou que chegou a se reunir com sindicatos das classes no ministério e fez um apelo para que não fosse deflagrada greve.

"Não havia necessidade de fazer greve agora, porque greve é quando não tem mais diálogo", diz Camilo. "O prejuízo é para o Brasil e para os alunos. Queremos evitar isso."

O ministro participou de audiência ontem no Senado. Camilo afirma que há o compromisso do governo em atender às demandas dos grevistas e que uma nova oferta do governo será feita na sexta-feira. "Reconhecemos a necessidade de melhorar os servidores técnico-administrativos", disse o ministro.

Camilo destacou que criou um grupo de trabalho para tratar das reivindicações dos grupos no ministério, reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar do tema e uma proposta já foi encaminhada para análise no ministério da Gestão, chefiado por Esther Dweck. "Vejo com preocupação os institutos federais do meu Estado, a minha universidade chegar a esse momento de paralisação mais uma vez por todas as consequências, que conhecemos e não conhecemos. Faço voto que essa proposta de negociação seja bem sucedido", disse Esperidião Amin (PP-SC).

SISU E MÉDIO. Durante a audiência, Camilo fez comentários sobre outros impasses. Ele voltou a atribuir a um problema interno da equipe a divulgação antecipada do resultado provisório do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em janeiro, sem nomear responsáveis. "A decisão como ministro foi primeiro afastarmos algumas pessoas por isso", afirmou. Segundo o ministro, o MEC adotou novos protocolos de segurança para impedir que o episódio se repita e procurou fazer correções, "para não causar nenhuma injustiça em qualquer aluno que fosse prejudicado com o resultado do Sisu", ressaltou.

Negociação
Uma nova oferta do governo será feita na sexta-feira, segundo o ministro da Educação

Camilo também pediu para que o Senado aprovasse "o mais rápido possível" as mudanças no ensino médio, em tramitação agora no Senado após aprovação na Câmara. ●

Encontro no Pará

Corpos em barco à deriva são da África, mas rota é mistério

Para especialistas, não existe nenhuma corrente direta e viagem é longa e perigosa; embarcação tinha nove mortos

ISABELA MOYA

Nove corpos em uma embarcação à deriva – oito dentro do barco e um próximo a ele – foram encontrados por pescadores na região de Bragança, a 215 km de Belém, no Pará. A Polícia Federal (PF) investiga a identidade e a origem das vítimas e informou que documentos e objetos encontrados sugerem que os tripulantes vieram do continente africano, da região de Mauritânia e Mali.

O barco tem 15 metros de comprimento e 2 metros de largura, e quando a polícia o encontrou, não possuía nenhum mecanismo de propulsão como motor ou vela. O barco teria chegado ao Brasil só flutuando. Também não está claro qual era seu destino original. A Mauritânia é ponto de saída de imigrantes africanos que tentam chegar à Europa.

PF INVESTIGA TRAJETO

INVESTIGAÇÕES APONTAM QUE PESSOAS QUE ESTAVAM NO BARCO SAÍRAM DE MALI E MAURITÂNIA, NO NOROESTE DA ÁFRICA

MAURITÂNIA

MALI

OCEANO ATLÂNTICO

Bragança

Belém

PA

BRASIL

O BARCO CHEGOU A BRAGANÇA, NO PARÁ, A 215 KM DA CAPITAL BELÉM, NO DIA 13, COM 9 CORPOS EM DECOMPOSIÇÃO

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Mas seria possível uma embarcação à deriva sair da África e chegar ao Brasil? Segundo especialistas, é muito pouco provável. Se tiver mesmo partido da Mauritânia, não teria como, diz o professor de Oceanografia da Universidade Federal do Ceará, Carlos Teixeira. Isso porque não há correntes marítimas que saem ao norte da linha do Equador e chegam ao Brasil. O barco até poderia ter pegado uma corrente do norte até o sul da África, e depois outra até o Brasil. O trajeto do sul da África ao Brasil levaria cerca de 180 dias, estima Teixeira. Ainda assim, é uma possibilidade remota, já que o barco teria de enfrentar tempestades.

MOTOR. A ideia de que o barco saiu sem motor ou vela também é pouco provável, na visão de Teixeira e do doutor em Engenharia Naval e Oceânica e professor de Engenharia Naval da UFSC, Ricardo Aurélio. Para Teixeira, o mais provável é que ele tenha saído com alguma forma de propulsão, mas a perdido durante o trajeto. ●

O que será feito agora?

● **Como será possível fazer a identificação dos corpos**
Serão usados critérios do protocolo de identificação de vítimas de desastres da polícia internacional (Interpol). Geralmente aplicado em situações de desastres naturais, ataques terroristas e acidentes aéreos, ele possui quatro fases.

● **Fase 1. Exame do local**
Recuperação de vítimas e bens.

● **Fase 2. Dados post-mortem**
Os restos mortais são examinados por especialistas para detectar o máximo possível de dados biométricos: impressões digitais; informações odontológicas; indicações físicas, como tatuagens e cicatrizes, que possam ser exclusivas da vítima.

● **Fase 3. Dados ante-mortem**
Os familiares mais próximos são entrevistados sobre o parente desaparecido para coletar informações a respeito da pessoa. Dados biométricos também podem ser coletados, principalmente impressões digitais, DNA, dados odontológicos e médicos.

● **Fase 4. Reconciliação**
Uma vez recolhidos os dados das fases anteriores, uma equipe de especialistas compara e reconcilia os conjuntos de informações para identificar as vítimas. A identificação só é possível se houver 100% de correspondência entre os dados da Fase 2 e 3, do DNA e/ou dados odontológicos e/ou impressões digitais.




Getty Images

Guia de boas práticas para o uso do carro elétrico

Tire suas dúvidas para dirigir com tranquilidade e segurança

Os carros elétricos estão cada vez mais presentes nas ruas do Brasil. Segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), esse mercado emplacou, no País, mais de 49 mil unidades nos oito primeiros meses de 2023, praticamente o total registrado em 2022. Mesmo assim, muitas pessoas ainda têm dúvidas sobre o funcionamento desses veículos. Para ajudar você nessa jornada, o Oficina Mobilidade traz algumas dicas. Confira:

1

Como carregar a bateria do carro em casa?
A recarga residencial segue as mesmas recomendações de outros equipamentos elétricos de alta corrente, como ferro de passar roupa, secador de cabelo e ar-condicionado. Em comum, eles possuem tomadas de pino grosso, de 20 A.

Jamais utilize adaptadores de pino grosso para pino fino, a fim de conectar equipamentos de 20 A em tomadas de 10 A. Isso aumenta o risco de curto-circuito. Os proprietários de veículos elétricos devem ter em casa uma tomada de 220 V e 20 A com cabeamento compatível com a potência a ser consumida, além de sistema de aterramento e proteção.



O que é melhor: carga lenta ou ultrarrápida?
A diferença entre as duas operações se resume ao tempo e à necessidade do usuário. Vale lembrar que a recarga ultrarrápida não se encontra disponível em todos os modelos. Durante o desenvolvimento do veículo, a fabricante deve prever essa atividade em seu projeto da bateria e do carregador de bordo.



O que devo saber antes de fazer uma viagem?
Planeje a viagem para saber exatamente onde há eletropostos no meio do caminho.
Se o percurso for longo, provavelmente a bateria não terá autonomia suficiente até a chegada ao destino.
Existem aplicativos que indicam os locais de pontos de recarga. Assim, as paradas podem ser programadas e o passeio vai ocorrer sem a preocupação com uma falta de carga.

Apresentado por

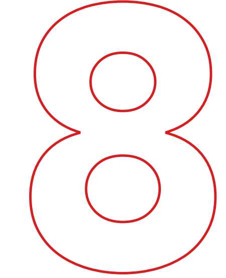


4

Como tirar melhor proveito na cidade e na estrada?
Ao contrário do carro com motor a combustão, o veículo movido a eletricidade é mais econômico na cidade, porque o costumeiro "anda e para" ajuda a recarregar a bateria e, consequentemente, a ampliar a autonomia.

Para o uso urbano, se o carro tiver o "one pedal drive" – que praticamente dispensa o pedal de freio –, habilite o recurso para permitir o reaproveitamento cinético de energia. Isso, porém, exige adaptação do motorista nos primeiros quilômetros.

Na estrada, se possível, deixe o ar-condicionado desligado, mantenha os pneus bem calibrados e as janelas fechadas para diminuir a resistência do ar, providências que vão poupar energia da bateria.



Os pneus dos carros elétricos são diferentes?
Os pneus de veículos elétricos apresentam a mesma estrutura básica em termos de componentes (talões, camada estanque e banda de rodagem). No entanto, algumas modificações ocorrem durante o projeto, como materiais utilizados, desenho e capacidade de carga.

Eles são mais resistentes e recebem reforços estruturais, uma vez que o carro elétrico, geralmente, é mais pesado por conta da instalação da bateria.

Jamais coloque um pneu normal para rodar no carro elétrico, pois sofrerá desgaste prematuro devido ao peso extra. Além disso, tenha em mente que o consumo do pneu pode ser maior por causa do alto torque no caso de dar arrancadas rápidas.



Que fatores afetam a autonomia da bateria?
Ligar o ar-condicionado na potência máxima, fazer arrancadas em busca de desempenho superior e não aproveitar da melhor forma a regeneração impactam diretamente a autonomia da bateria.



Como aproveitar o recurso de regeneração de energia da bateria?
Mantenha o recurso sempre ativado e na opção de máxima regeneração. Algumas fabricantes deixam a cargo do cliente a decisão sobre o uso e a intensidade da regeneração. Mas há modelos que ainda não oferecem tais ajustes.



Que cuidado devo ter com a manutenção do carro elétrico?
A manutenção é diferente da do automóvel a combustão, porque o carro elétrico tem apenas 50 partes móveis, ante 350 do convencional. De toda forma, siga sempre as orientações da fabricante que constam no manual do proprietário em relação aos prazos e ao que observar nas revisões.



O que é preciso mexer ou trocar nas revisões?
O carro movido a bateria dispensa itens como velas, correia, filtros de combustível e de óleo, engrenagens de câmbio e virabrequim, tornando as revisões mais simples e baratas.

Como existe um trabalho de frenagem automática quando o motorista tira o pé do acelerador, o sistema de freio é bem menos exigido, evitando o desgaste das pastilhas.

A revisão inclui inspeção das portas de carregamento e dos rotores e avaliação da bateria. Fechaduras, filtro de ar-condicionado, suspensão, dobradiças e trincos também são vistoriados.

10

Como lavar o carro elétrico?
A lavagem deve ser realizada como se fosse um carro convencional, já que as vedações seguem os padrões de estanqueidade para os componentes elétricos e eletrônicos do sistema de tração.

As baterias são testadas contra inundações e, em caso de acidente, o fluxo de corrente é imediatamente desligado para não haver risco de choque elétrico aos ocupantes.

11

Como rebocar um carro elétrico/híbrido?
Para que o carro elétrico seja rebocado de forma segura, o guincho precisa ser do tipo plataforma.

É importante que as rodas do veículo não encostem no chão, pois elas possuem um sistema de regeneração de energia, que ajuda no recarregamento da bateria. Também é necessário que o veículo esteja em marcha neutra.

Lembre-se de que as recomendações podem variar conforme o fabricante e o modelo do carro elétrico. Por isso, é importante consultar o manual do proprietário. Além disso, as infraestruturas de carregamento estão em constante evolução, exigindo que o motorista se atualize sobre as opções disponíveis em sua região.

Confira outras dicas de manutenção e cuidados com o seu veículo



















PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 16/04

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
0% 25°	50% 27°	90% 22°	19MM	55 a 100%	16°/20°	15°/22°	16°/26°	16°/29°

SOL — NASCENTE: 6h20 / POENTE: 17h51

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	15/04	16h13
CHEIA	23/04	20h48
MINGUANTE	01/05	08h27
NOVA	08/05	00h21

Regiões do Estado de SP

Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)

Região	Chance de Chuva	Volume de Chuva	Temperaturas
RIBEIRÃO PRETO	55%	3.4mm	18°/32°
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	72%	4.6mm	22°/32°
ARAÇATUBA	77%	6.9mm	22°/31°
PRESIDENTE PRUDENTE	74%	8.7mm	21°/28°
MARÍLIA	88%	7mm	20°/28°
BAURU	79%	6.7mm	20°/31°
SOROCABA	98%	10.8mm	19°/30°
SÃO PAULO	98%	17.4mm	20°/31°
LITORAL SUL	93%	15.1mm	23°/29°
ARARAQUARA	55%	5.5mm	20°/32°
CAMPINAS	82%	7.5mm	18°/31°
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	97%	11.7mm	15°/31°
LITORAL NORTE	85%	8.9mm	24°/30°

Ondas: 17/04 — 2,5m / 1,5m / 1m

Precipitação Média — 100mm / 50mm / 25mm / 10mm / 5mm / 2mm / 1mm

TEMPOnaCidade.com.br
TECNOLOGIA SUÍÇA high precision weather

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	70%	13mm	26°C/30°C
BELÉM	65%	8mm	24°C/32°C
BELO HORIZONTE	5%	0mm	19°C/26°C
BOA VISTA	70%	22mm	27°C/33°C
BRASÍLIA	20%	0mm	19°C/25°C
CAMPO GRANDE	80%	21mm	23°C/27°C
CUIABÁ	65%	16mm	26°C/32°C
CURITIBA	70%	9mm	16°C/22°C
FLORIANÓPOLIS	75%	10mm	23°C/26°C
FORTALEZA	70%	10mm	26°C/30°C
GOIÂNIA	25%	0mm	21°C/30°C
JOÃO PESSOA	35%	9mm	26°C/31°C
MACAPÁ	70%	14mm	26°C/29°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	55%	2mm	26°C/30°C
MANAUS	60%	11mm	26°C/32°C
NATAL	65%	14mm	27°C/30°C
PALMAS	20%	0mm	24°C/31°C
PORTO ALEGRE	10%	0mm	16°C/22°C
PORTO VELHO	90%	8mm	25°C/29°C
RECIFE	40%	1mm	26°C/30°C
RIO BRANCO	65%	13mm	25°C/32°C
RIO DE JANEIRO	10%	0mm	24°C/27°C
SALVADOR	90%	17mm	25°C/28°C
SÃO LUÍS	75%	14mm	25°C/29°C
TERESINA	80%	10mm	25°C/32°C
VITÓRIA	10%	0mm	22°C/31°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	19°C/24°C	LOS ANGELES	-4h	11°C/20°C
ATENAS	+6h	18°C/24°C	MADRID	+5h	14°C/23°C
BARCELONA	+5h	15°C/19°C	MIAMI	-1h	22°C/25°C
BERLIM	+5h	6°C/11°C	MONTEVIDÉU	0h	18°C/22°C
BRUXELAS	+5h	5°C/9°C	MOSCOU	+6h	6°C/12°C
BUENOS AIRES	0h	16°C/19°C	NOVA YORK	-1h	13°C/20°C
CARACAS	-1h	22°C/29°C	PARIS	+5h	8°C/13°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	17°C/30°C	ROMA	+5h	16°C/24°C
ESTOCOLMO	+5h	1°C/4°C	SANTIAGO	0h	8°C/21°C
GENEBRA	+5h	6°C/13°C	SYDNEY	+14h	18°C/21°C
JOANESBURGO	+5h	11°C/21°C	TEL-AVIV	+6h	15°C/27°C
LIMA	-2h	19°C/24°C	TÓQUIO	+12h	16°C/22°C
LISBOA	+4h	12°C/27°C	TORONTO	-1h	4°C/14°C
LONDRES	+4h	7°C/12°C	WASHINGTON	-1h	14°C/23°C

Portos, aeroportos e fronteiras

Plano para modernizar forças que agem na GLO não é concluído no prazo

Decreto determinava envio de documento conjunto das pastas de Justiça e Defesa à Casa Civil até fevereiro, o que não aconteceu

VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA

O governo não cumpriu o prazo em que deveria ser apresentado um plano de modernização tecnológica para dar mais eficiência à atuação das polícias federais e das Forças Armadas em portos, aeroportos e fronteiras. A elaboração do documento até fevereiro era uma das determinações previstas no decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que autorizou uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em novembro.

Conforme o último artigo do decreto, os Ministérios da Justiça e da Defesa deveriam apresentar, em 90 dias, "plano conjunto de modernização tecnológica" para ampliar a eficiência da atuação da PF, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Penal Federal, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em portos, aeroportos e fronteiras. Procurado, o governo disse que o atraso se dá por causa da troca de comando no Ministério da Justiça.

A medida que instituiu a GLO foi assinada pelo então ministro Flávio Dino e pelo ministro da Defesa, José Mucio. Dino foi substituído por Ricardo Lewandowski após ser escolhido para uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Os motivos para o atraso dados pelos ministérios trazem informações conflitantes sobre os trâmites para elaborar o plano. Segundo o decreto de Lula, o plano deveria ser remetido à Casa Civil até 1.º de fevereiro. A pasta da Justiça informou que chegou a prever a entrega para 30 de janeiro, o que não ocorreu porque era a reta final da gestão Dino, que ficou no cargo até o dia 31. Disse ainda que Dino "chegou a receber o documento para validação", mas "optou por fazer o repasse ao sucessor", para que Lewandowski "tivesse a oportunidade de avaliar e, eventualmente, readequar as diretrizes".

Troca de ministros
Pasta da Justiça diz que previu envio de plano em 30/1, o que não ocorreu por ser o fim da gestão Dino

Já a Defesa disse que enviou um plano à pasta da Justiça em 1.º de fevereiro, primeiro dia de Lewandowski à frente. "O plano foi assinado pelo ministro da Defesa e encaminhado para assinatura do ministro da Justiça e Segurança Pública."

PEDIDO DE ACESSO. O **Estadão** pediu à Casa Civil acesso aos documentos, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI). Ao negar, a pasta do ministro Rui Costa confirmou que não estão concluídos. Em nota, a pasta da Justiça também disse que pediu prorrogação do prazo à Casa Civil "para que as novas equipes do ministério pudessem avaliar o seu conteúdo, ação que está em fase final de realização". A nota conclui que, "nos próximos dias", áreas técnicas encaminharão o plano para Lewandowski, que o enviará à Casa Civil.

O Ministério da Defesa disse que, no documento que elaborou, constam "materiais e equipamentos que constituem legados de caráter permanente" para a atual GLO, "assim como para futuras operações que forem necessárias em outros portos, aeroportos e áreas de fronteira". Segundo a Casa Civil, o plano poderá ser apresentado até 3 de maio, no limite da validade da GLO, mas novo prazo poderá ser definido em caso de prorrogação da operação. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora se queixa de defeito no bilhete único

Reclamação de Samantha Maria de Brito: "No dia 22 de julho do ano passado, o meu bilhete único apresentou falha na leitura. No dia seguinte, quando fui utilizar, apareceu a mensagem 'sem saldo', porém ele estava carregado no modo mensal integração ônibus+metrô. Quando fui ao posto de atendimento da SPTrans, a atendente falou que o chip havia queimado e que eu deveria pagar a taxa da nova emissão em dinheiro. Informou que o saldo iria demorar 72h para voltar para o meu novo bilhete e que nesse período teria de carregar ele para utilizar. Paguei a taxa e recarreguei o bilhete. No início deste mês, o meu bilhete apresentou falha na leitura de novo. Fui ao posto do Terminal Bandeira e a atendente falou que o chip estava queimado e eu teria de pagar mais uma via. Não é justo eu pagar, e eles fabricarem um bilhete com material de má qualidade que em menos de um ano apresenta defeito."

Resposta da São Paulo Transporte: "A passageira recebeu gratuitamente uma nova via do seu bilhete único, após se dirigir ao posto do Terminal Cidade Tiradentes. O saldo existente no cartão anterior já foi carregado e ela utiliza o novo bilhete normalmente." ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Inundação no Ceará

Fortaleza – Continua no Sul a interrupção do serviço do Telegrapho Nacional. Os postos telegraphicos estão inteiramente submersos nas aguas da grande cheia, pois os rios ainda não começaram a vasar. A cidade de Aracaty está completamente abandonada, devido à cheia do Jaguaribe. Nella já ruiram mais de 40 casas. Grande parte dos habitantes dessa cidade está refugiada no logar chamado Fortinho. A população está sem abrigo e sem alimento, anciosa por receber recursos que o governo do Estado lhe enviou, que devem chegar àquella localidade hoje (...) devido ao aguaceiro, pouco se pôde salvar... ●



CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA



Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

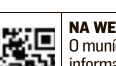
Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

MISSAS
Frederico Ramos Villela – Dia 19, às 18h, na Paróquia Nossa Senhora Mãe de Salvador (Cruz Torta), na Av. Frederico Herman Jr., 105, Alto de Pinheiros (7º dia).
Emilio Latif Kfouri – Dia 19, às 18h30, na Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Moema, na Pç. Nossa Sra. Aparecida, s/n, Moema (1 mês).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:
Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/





NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Saúde

Busca por alergista subiu 42% em 3 anos no País; covid pode ter ajudado

Consultas foram de 2,1 milhões em 2019 a 3 milhões em 2022; especialistas também veem aumento de doenças alérgicas

FERNANDA BASSETTE

A procura por consultas médicas ambulatoriais com alergistas e imunologistas cresceu 42,1% no Brasil entre 2019 e 2022, aponta levantamento do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), feito com base no Mapa Assistencial da Saúde Suplementar, divulgado anualmente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e obtido com exclusividade pelo **Estadão**. Em números absolutos, a busca por profissionais da área saltou de 2,1 milhões de consultas realizadas em 2019 – antes da pandemia – para 3 milhões em 2022.

Na avaliação do superintendente executivo do IESS, José Cechin, a própria pandemia de covid-19 pode ajudar a explicar a maior busca por alergistas e imunologistas: a infecção pelo coronavírus debilita o sistema imunológico e, em muitos casos, os efeitos são duradouros – a chamada covid longa –, o que leva à busca de atendimento com o especialista.

Além disso, avalia Cechin, a alta nesse tipo de consulta também pode estar ligada ao aumento de casos de alergias no mundo e a uma maior conscientização sobre o problema. “O isolamento social durante a pandemia fez com que a maioria das pessoas deixasse de realizar as consultas de rotina. E o isolamento também criou um ambiente propício às alergias, inclusive pelo uso exagerado de produtos de limpeza na tentativa de evitar contato com o vírus”, avalia Cechin.

Mas especialistas dizem que não é só a pandemia a responsável pela alta de consultas com alergistas e imunologistas. Há alguns anos pesquisadores têm observado crescimento na incidência de doenças alérgicas e estimam que até 2050 pelo menos metade da população mundial terá algum tipo de alergia. Essa estimativa foi divulgada no Atlas Global de Alergia da Academia Europeia de Alergia e Imunologia (EAACI) em 2022 e mostra, entre outros fatores, que as alterações climáticas, além da poluição, podem afetar negativamente a saúde de indivíduos suscetíveis a alergias.

MUDANÇA DE HÁBITOS. Segundo Fátima Rodrigues Fernandes, pediatra e alergista, vice-presidente da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai), a falta de contato com biodiversidade pode levar a uma resposta imunitária deficiente na população urbana em comparação com a rural.

Diferentes estudos, diz ela, apontam que a alta da incidência de alergias está ligada à mudança do estilo de vida: nos tornamos mais urbanos, migrando da área rural para a cidade; mudamos de uma dieta natural para uma cada vez mais industrializada, com itens ultraprocessados que recebem aditivos para mudar aspectos como cor, sabor etc. ●

Por poluição e clima
Academia europeia estima que até 2050 metade da população no mundo terá alguma alergia

Reação do organismo a substância ‘perigosa’ causa o problema

Segundo a pediatra e alergista Fátima Rodrigues Fernandes , as alergias são resposta do sistema imunológico a substâncias que entram em contato com o organismo e, em vez de serem reconhecidas como não nocivas, são tratadas como substâncias estranhas e perigosas, causando uma reação exagerada, que é a reação alérgica.

É importante identificar corretamente uma alergia porque cada doença específica da alergia pode estar ligada a algum fator diferente.

O diagnóstico correto envolve exames cutâneos. Outra forma é dosando a presença de anticorpos (imunoglobulinas) no sangue. Também é importante no diagnóstico preciso a recorrência dos eventos – isso é fundamental para diferenciar a alergia de intolerância, por exemplo.

Quando a pessoa é alérgica, toda vez que entrar em contato com a substância considerada estranha pelo organismo, o corpo vai ter uma reação, que pode ser mais ou menos intensa. No Brasil, as alergias mais frequentes são alimentar, dermatite atópica, rinite e asma. Não há estatística oficial sobre prevalência. ●

Aumento de casos de alergia alimentar também preocupa

A alergista pediátrica Renata Rodrigues Cocco, do Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, atua principalmente com alergias alimentares há cerca de 30 anos, e diz que ano a ano observa o aumento de atendimentos no consultório. Ela ressalta que no País as alergias alimentares são as que mais crescem – embora os casos de asma e rinite continuem sendo mais prevalentes.

“O número de casos novos de rinite e asma continua alto, mas se mantém estável. Por outro lado, as alergias alimentares têm crescido exponencialmente. Reconheço isso no meu dia a dia. O número de casos quintuplicou nos últimos cinco anos”, diz. “E não é só o aumento de casos novos, mas também o número de alimentos relacionados a essas alergias; o tempo para remissão do problema; casos relacionados a alimentos que não eram tão prevalentes no nosso meio. Todo dia pego pelo menos um caso novo, crianças cada vez mais novas com quadros cada vez mais graves”, ressalta.

EPIGENÉTICA. Para Renata, uma das principais explicações para o aumento da incidência de alergias em geral no mundo é a epigenética, ou seja, a modificação das funções genéticas que são transmitidas de uma geração a outra. “Temos modificações climáticas, muito mais poluição, um conjunto de doenças da vida moderna que são associadas ao sistema imunológico. E temos cada vez mais pais não alérgicos que têm filhos alérgicos. Talvez esteja ocorrendo uma alteração do gene em vida”, defende.

Hipótese de especialista
Pais podem ter o DNA alterado por má alimentação e transmitir cromossomos aos filhos

O que isso significa? Renata explica: “Que o DNA da mãe que se alimenta mal, às custas de dietas ultraprocessadas, com poucos micronutrientes, que não faz atividade física e vive sob estresse, pode levar a uma alteração de DNA em vida, mudando os cromossomos que ela vai transmitir para a próxima geração”, sugere. ●

Campeonato Brasileiro

Erros na primeira rodada levam ao afastamento de três árbitros

Flávio Rodrigues de Souza, André Luiz Skettino e Yuri Elino vão ter de passar pelo programa de aperfeiçoamento para poderem voltar a atuar em jogos da Série A

LEONARDO CATTO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) afastou ontem três árbitros que apitaram jogos da primeira rodada do Campeonato Brasileiro – eles tiveram atuações polêmicas, confusas e com erros técnicos e disciplinares. Flávio Rodrigues de Souza (Vasco x Grêmio), André Luiz Skettino (Atlético-GO x Flamengo) e Yuri Elino (Corinthians x Atlético-MG) vão passar por aperfeiçoamento e estão fora da segunda rodada, que teve início ontem.

A CBF, no entanto, evita tratar oficialmente o caso como afastamento para não "expor os árbitros". Os três irão passar pelo Programa de Assistência ao Desempenho da Arbitragem (Pada), que envolve treinamentos e testes, até que sejam avaliados com condições de voltar a trabalhar em jogos.

Após a passagem pelo Pada, o retorno será em divisões inferiores. Numa etapa posterior, os árbitros poderão retornar à Série A. De acordo com o portal o portal Uol, o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, cobrou melhorias no desempenho ao presidente da comissão de arbitragem, Wilson Seneme. Uma dos pontos da cobrança é que sejam formados novos árbitros, mais adaptados às novas tecnologias do futebol, como os procedimentos do VAR.

Treinamento prévio
Na duas primeiras semanas de abril, os árbitros passaram por 4 dias de treinos práticos



INGRYD OLIVEIRA/ACG

André Luiz Skettino, durante Atlético-GO x Flamengo; má atuação

A rodada de estreia do Brasileirão foi marcada por polêmicas de arbitragem. Na vitória do Flamengo por 2 a 1 contra o Atlético-GO, no estádio Serra Dourada, o clube goiano reclamou das expulsões de Maguinho e Alix Vinicius, além do vermelho para o técnico Jair Ventura, que aconteceu ainda na fase inicial. O presidente do Atlético-GO criticou as decisões de André Luiz Skettino e chegou a definir a arbitragem como "uma máfia". Já a equipe carioca cobrou um cartão vermelho para Alejo Cruz, que recebeu amarelo após uma entrada forte em Ayrton Lucas.

No empate por 0 a 0 entre Corinthians e Atlético-MG na Neo Química Arena, a polêmica maior foi uma falta cometida por Fagner. O lateral atingiu Guilherme Arana e, em seguida, em uma entrada com a sola da chuteira, Matías Zaracho, e foi advertido pelo árbitro Yuri Elino apenas com cartão amarelo. Battaglia, do Atlético-MG, porém, foi expulso nos acréscimos do primeiro tempo ao receber o segundo amarelo. Os mineiros protestaram bastante reclamaram

Após a partida, o técnico corintiano, António Oliveira, recebeu o cartão vermelho ao apontar erros do árbitro.

A vitória do Vasco por 2 a 1 contra o Grêmio não envolveu polêmicas de expulsões, mas, sim, por pênaltis não marcados. No primeiro lance, Lucas Piton chega a prender a bola entre o braço e o corpo. O VAR acionou o árbitro Flávio Rodrigues de Souza, mas foi mantida a decisão de que não houve penalidade. Em outro lance, já no segundo tempo, Rodrigo Ely chutou um atacante vascaíno em uma dividida dentro da área. Nada foi marcado.

PRAZO INDETERMINADO. Não há prazo para o retorno do trio afastado pela CBF. Dos 10 jogos da primeira rodada do Brasileirão, apenas três contaram com árbitros do quadro da Fifa. Um deles é o próprio Flávio Rodrigues de Souza, que trabalhou na vitória do Vasco sobre o Grêmio. Os outros foram Bráulio da Silva Machado (Fifa-SC) e Rodrigo José Pereira de Lima (Fifa-PE) responsáveis pelas partidas mandadas por Vitória, que perdeu por 1 a 0 para o Palmeiras, e Internacional, que venceu o Bahia por 2 1, respectivamente. ●

Campeonato Brasileiro - 2

Palmeiras volta à sua segunda casa para pegar o Internacional

2ª RODADA DO BRASILEIRÃO



PALMEIRAS: Weverton; Mayke, Gustavo Gómez, Murilo e Piquerez; Aníbal Moreno, Zé Rafael e Raphael Veiga; Lázaro, Endrick e Flaco López.
Técnico: Abel Ferreira.
INTER: Rochet; Bustos, Vitão, Mercado e Renê; Fernando, Mauricio, Thiago Maia e Wanderson; Wesley (Lucca) e Borré.
Técnico: Eduardo Coudet.
Árbitro: Braulio da Silva Machado (Fifa/SC).
Horário: 20h.
Local: Arena Barueri.



O Palmeiras faz hoje a estreia como mandante no Brasileirão, mas vai jogar na sua segunda casa. O jogo das 20h contra o Internacional será na Arena Barueri, pois não havia tempo hábil para desmontar o palco do show que a banda americana Jonas Brothers fez na noite de ontem no Allianz Parque.

Deve continuar em curso a estratégia de Abel Ferreira de rodar o elenco. Em Salvador, onde o time derrotou o Vitória por 1 a 0, não jogaram Gustavo Gómez, Aníbal Moreno, este até então o único atleta do elenco a atuar em todas as partidas da temporada, e Zé Rafael, fora graças a um quadro de virose e ainda uma lombalgia.

A tendência é de que o três retomem suas vagas entre os titulares, bem como o lateral-esquerdo uruguaio Piquerez, que até viajou a Salvador, mas não saiu do banco.

Desta vez outros atletas, como o meio-campista Raphael Veiga, podem ganhar um descanso. ● RICARDO MAGATTI

Brasileirão - 3

Corinthians joga no Sul e Coronado deve ser titular

2ª RODADA DO BRASILEIRÃO



JUVENTUDE: Gabriel; João Lucas, Rodrigo Sam, Zé Marcos e Gabriel Inocêncio; Caíque, Jadson, Nenê e Jean Carlos; Erick Farias e Lucas Barbosa. **Técnico:** Roger Machado.
CORINTHIANS: Cássio, Fagner, Félix Torres, Gustavo Henrique e Hugo; Raniele, Maycon (Fausto Vera) e Rodrigo Garro; Romero, Igor Coronado (Wesley) e Yuri Alberto.
Técnico: António Oliveira.
Árbitro: Bruno Arleu de Araujo (Fifa-RJ).
Horário: 20h.
Local: Estádio Alfredo Jaconi.



Após estrear com empate sem gols com o Atlético-MG, o Corinthians faz hoje sua primeira partida fora de casa. Enfrenta o Juventude, em Caxias do Sul, às 20h.

Igor Coronado pode ser escalado pela primeira vez como titular. O técnico António Oliveira – que não ficará no banco, pois está suspenso pela expulsão no jogo com o Atlético-MG –, estuda essa possibilidade para a equipe ter mais controle de bola e melhorar a qualidade no passe.

A ideia é que o meia jogue junto com o argentino Rodrigo Garro. Com isso, o atacante Wesley pode ser sacado do time.

"A minha posição preferida é de um camisa 10, mas eu posso atuar no meio de campo, pela esquerda, ou, como nos últimos jogos, pelo lado direito. Vou me colocar à disposição do professor para ser utilizado o máximo que puder", disse Coronado. ● BRUNO ACCORSI

Santos

Fábio Carille acerta o time para a estreia na Série B

O Santos estreia na Série B sábado à tarde, contra o Paysandu na Vila Belmiro, e o técnico Fábio Carille está aproveitando a semana livre para corrigir as falhas da equipe e também cuidar da parte física do elenco. Ontem, por exemplo, numa atividade de duas horas, além dos ajustes na movimentação, marcação e jogadas ensaiadas, o treinador santista ainda deu ênfase ao aprimoramento nas cobranças de faltas e escanteios.

Carille ainda espera por reforços. O atacante Maceió, que estava na Portuguesa, e o meia Patrick (Atlético-MG) devem ser integrados já ao elenco. ●

Campeonato Brasileiro

No Rio, São Paulo encara o Flamengo na última chance de Thiago Carpini

Um novo resultado ruim hoje a noite, no Maracanã, deverá decretar o fim da passagem do treinador pelo clube

MARCOS ANTOMIL



SAO PAULO FC



O técnico Thiago Carpini tenta melhorar o rendimento do São Paulo

A noite de hoje promete ser decisiva para os próximos passos na carreira de Thiago Carpini como treinador de futebol. Seu time, o São Paulo, encara o Flamengo às 21h30, no Maracanã, pela segunda rodada do Campeonato Brasileiro. Depois de perder na estreia para o Fortaleza, no MorumBis, um novo revés no Rio deverá encerrar sua passagem como comandante da equipe tricolor.

Mais do que o resultado, o foco está em reabilitar aspectos técnicos e táticos da equipe, a fim de melhorar ao menos o desempenho em campo, além do de alguns jogadores. Apesar do apoio de alguns líderes do elenco, Carpini não conta com a sustentação da equipe. A expectativa era de que ele fosse demitido logo após a derrota para o Fortaleza. A falta de opções no mercado tem sido um problema para a diretoria são-paulina, que tende a escolher um estrangeiro para o comando do time no restante da temporada.

RESULTADO. Derrota no Maracanã é um resultado esperado nas contas do clube tricolor no início do Brasileirão, mas uma atuação convincente se tornou primordial para Carpini. É a única chance que lhe resta. A dificuldade será grande para superar a defesa rubro-negra, que sofreu apenas dois gols em partidas oficiais com seus principais atletas em campo nesta temporada.

Carpini tem dúvidas sobre a formação da equipe. Nos últimos jogos, o São Paulo foi escalado com uma linha de três defensores, mas isso causou prejuízos ofensivos em partidas em que o tricolor tinha a obrigação de comandar o duelo. Contra o Flamengo, o papel se inverte, e o time do Morumbi pode ter como maior foco o sistema defensivo.

Diante da possibilidade de atuar com dois ou três zagueiros, a disputa por posição se concentra entre o defensor Ferraresi e o atacante Ferreirinha, que seria a opção no esquema 4-3-3. Ferreirinha é capaz de dar maior velocidade ao time e fortalecer os contragolpes. Michel Araújo também aparece como um possível substituto ao lateral-esquerdo Welington se Carpini escolher dar maior poder de ataque para a sua equipe.

Um desfalque certo no São Paulo é o meia colombiano James Rodríguez, que está com uma lesão muscular na coxa direita. Longe do auge técnico, o atleta tem aparecido com mais frequência entre os titulares.

"Futebol tem se profissionalizado mais. O imediatismo não mudou muito, mas os clubes estão mais bem preparados nas suas tomadas de decisão, com diretores entendendo que o processo necessita de uma continuidade. Não gosto de me comparar a ninguém, mas as equipes que buscam esse nível de profissionalismo não ficam atreladas apenas ao resultado", afirmou Carpini no último sábado.

MESMO TIME. Pelo lado do Flamengo, a tendência é que o técnico Tite mantenha a escalação que começou o jogo na vitória em cima do Atlético Goianiense fora de casa, por 2 a 1, na estreia do Campeonato Brasileiro.

O início de semana da equipe rubro-negra ficou repleto de polêmica nos bastidores por causa da atuação na arbitragem na primeira rodada. O clube carioca não tem feito boas atuações e tem começado a receber críticas. No domingo, marcou apenas com gols de bola parada, anotados por De la Cruz e Pedro. ●

2ª RODADA DO BRASILEIRÃO

FLAMENGO SÃO PAULO

FLAMENGO: Rossi; Varela, Fabrício Bruno, Léo Pereira e Ayrton Lucas; Pulgar, De la Cruz e Arrascaeta; Luiz Araújo, Pedro e Everton Cebolinha.
Técnico: Tite.
SÃO PAULO: Rafael; Igor Vinícius, Arboleda, Diego Costa e Welington (Michel Araújo); Pablo Maia, Alisson e Galoppo; Ferreirinha (Ferraresi), Luciano e Calleri.
Técnico: Thiago Carpini.
Árbitro: Anderson Daronco (RS).
Horário: 21h30.
Local: Maracanã, no Rio.

CLASSIFICAÇÃO

		PG	J	V	E	D	SG
1º	Athletico-PR	3	1	1	0	0	4
2º	Cruzeiro	3	1	1	0	0	1
3º	Flamengo	3	1	1	0	0	1
4º	Fortaleza	3	1	1	0	0	1
5º	Internacional	3	1	1	0	0	1
6º	Vasco	3	1	1	0	0	1
7º	Palmeiras	3	1	1	0	0	1
8º	Fluminense	1	1	0	1	0	0
9º	RB Bragantino	1	1	0	1	0	0
10º	Criciúma	1	1	0	1	0	0
11º	Juventude	1	1	0	1	0	0
12º	Atlético-MG	1	1	0	1	0	0
13º	Corinthians	1	1	0	1	0	0
14º	Botafogo	0	1	0	0	1	-1
15º	Atlético-GO	0	1	0	0	1	-1
16º	Bahia	0	1	0	0	1	-1
17º	Grêmio	0	1	0	0	1	-1
18º	São Paulo	0	1	0	0	1	-1
19º	Vitória	0	1	0	0	1	-1
20º	Cuiabá	0	1	0	0	1	-4

● Libertadores ● Sul-Americana ● Rebaixamento

2ª RODADA

ONTEM			
	Bahia	x	Fluminense*
HOJE			
19h	Grêmio	x	Athletico-PR
19h	RB Bragantino	x	Vasco
20h	Palmeiras	x	Internacional
20h	Atlético-MG	x	Criciúma
20h	Juventude	x	Corinthians
20h	Fortaleza	x	Cruzeiro
21h30	Flamengo	x	São Paulo
AMANHÃ			
21h30	Botafogo	x	Atlético-GO
A DEFINIR			
	Cuiabá	x	Vitória

*NÃO ENCERRADO ATÉ O FECHAMENTO DA EDIÇÃO

Liga dos Campeões

PSG goleia o Barcelona e avança às semifinais

O Paris Saint-Germain continua vivo na luta pelo inédito título da Liga dos Campeões da Europa. Ontem, o time francês venceu o Barcelona de virada por 4 a 1, se recuperou da derrota em casa no jogo de ida e avançou para as semifinais da competição. Vai enfrentar o Borussia Dortmund.

Favorito para avançar, o Barcelona abriu o placar com o brasileiro Raphinha. A partida mudou aos 29 do primeiro tempo, quando o zagueiro uruguaio Ronald Araujo foi expulso e deixou os espanhóis com dez jogadores. O PSG chegou ao gol antes do intervalo, com Dembélé.

No segundo tempo, o PSG virou aos nove minutos, com Vitinha, e depois fechou o placar com dois gols do atacante Mbappé – um de pênalti, aos 16, e outro aos 44.

O espanhol Luis Enrique, técnico do PSG, destacou a maturidade de sua equipe para reverter o resultado ruim do jogo de ida. "Tenho um time maduro e completo, com vontade de dar a volta por cima. Fizemos um jogo completo do começo ao fim", afirmou.

Ainda ontem, o Borussia Dortmund bateu o Atlético de Madrid por 4 a 2 e conseguiu reverter a derrota de 2 a 1 que sofreu na Espanha.

HOJE. Mais dois jogos fecham as quartas de final hoje. Em Manchester, o City recebe o Real Madrid após o empate por 3 a 3 no jogo de ida. E em Munique, o Bayern encara o Arsenal – o primeiro jogo terminou 2 a 2. ●

ARIS MESSINIS / AFP



De Olímpia a Paris

Tocha olímpica é acesa a 100 dias da olimpíada

Com presença de público, a chama olímpica dos Jogos Olímpicos de Paris-2024 foi acesa ontem no sítio arqueológico de Olímpia, na Grécia, berço dos antigos Jogos. Logo depois, o revezamento da tocha começou e percorrerá diversos locais em vários países até chegar à capital francesa em 26 de julho. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Brasileirão Sub-20**
Flamengo x Palmeiras
15h15 / SporTV
● **Liga dos Campeões**
Bayern de Munique x Arsenal
16h / TNT e MAX
Manchester City x Real Madrid
16h / MAX
● **Campeonato Brasileiro**
RB Bragantino x Vasco
19h / Premiere
Palmeiras x Internacional
20h / Premiere
Juventude x Corinthians
20h / Premiere
Flamengo x São Paulo
21h30 / Globo e Premiere

SURFE
● **Circuito Mundial - WSL**
Etapa de Margaret River
20h25 / SporTV 3

BASQUETE
● **NBA Play-In**
Philadelphia 76ers x Miami Heat
20h30 / ESPN 2 e Star+
Chicago Bulls x Atlanta Hawks
23h / ESPN 2 e Star+

Futebol

Senador Romário planeja voltar a ser o ‘Baixinho’ no Rio

Aos 58 anos, ele foi inscrito para a disputa da 2.ª divisão pelo América e pode dividir as tarefas de presidente e atacante

BRUNO ACCORSI
RODRIGO SAMPAIO

O senador Romário (PL-RJ) assinou contrato como jogador do América Football Club, clube do qual também é presidente, e pretende voltar a jogar, mesmo que esporadicamente, aos 58 anos. Herói da seleção brasileira na conquista do tetracampeonato mundial em 1994, ele acertou vínculo de uma temporada com o tradicional clube carioca e foi inscrito para a disputa da segunda divisão estadual.

Romário receberá o valor simbólico de um salário mínimo e devolverá o dinheiro ao América, mas isso não significa que o retorno aos gramados está certo. Ao ser questionado se vai mesmo voltar a jogar profissionalmente, o Baixinho ponderou. “Talvez em alguns jogos.” Ontem ele publicou um vídeo nas redes sociais com um aparente contrato em mãos. “Acabei de assinar esse documento aqui. Em breve, novidades. Vamos ver o que vai ser”, disse.

Senador, Romário não precisará se ausentar de seus afazeres na grande maioria dos jogos do América – das 11 partidas do time na segundona do Carioca, 10 serão disputadas aos sábados, dia sem expediente no Congresso Nacional.

Na presidência do América desde novembro do ano passado, Romário foi o único candidato concorrendo na eleição. O grupo político encabeçado pelo ex-presidente Sidney Santana não lançou nenhum candidato para concorrer com o Baixinho, que representava a oposição no tradicional clube carioca.

Em Brasília
Dos 11 jogos do América na segundona, 10 serão aos sábados, quando não há expediente no Congresso

FAMÍLIA. O laço de Romário com o América tem relação com o seu pai, Edevair, que era torcedor do clube. O senador chegou a vestir a camisa da equipe carioca em uma única oportunidade, em 2008, antes de assumir um cargo diretivo no clube. Naquele ano, ele foi campeão da segunda divisão do Campeonato Carioca com a equipe. Agora, quer retornar para levar o América de volta à elite do futebol do Rio. Em princípio, Romário descarta mudar o sistema de gestão para SAF. O clube tem dívida estimada em R$ 80 milhões.


INSTAGRAM
Romário assinou contrato com o América; salário será devolvido

FILHO. Romário terá a companhia do filho Romarinho, que também é atacante e faz parte do elenco do América. Outros destaques do time são o atacante André, que teve importantes passagens por Santos, Vasco, Atlético-MG e Grêmio, e o zagueiro Fabrício, revelado pelo Flamengo e com passagens por Fluminense e Vasco.

O América venceu o Campeonato Carioca da primeira divisão pela última vez há 63 anos. Ao todo, o clube tem sete títulos estaduais (1913, 1916, 1922, 1928, 1931, 1935 e 1960). Lamartine Babo, ilustre torcedor americano, ficou conhecido por compor os hinos populares de Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco, além do próprio América.

A estreia na segundona do Carioca está marcada para o dia 15 de maio às 15h, contra o Petrópolis, no estádio Giulite Coutinho, em Mesquita, no Rio. ●



B14. Leilão. Mogi-Bertioga, Mogi-Dutra e trechos da Padre Manoel da Nóbrega são concedidos à iniciativa privada









Conjuntura Efeito negativo

Economistas veem risco para Selic e inflação com a disparada do dólar

Em novo dia de estresse no mercado, moeda americana fecha cotada a R$ 5,26, maior valor desde março do ano passado; valorização em 2024 já chega a 8,56%

BEATRIZ BULLA

O movimento de valorização do dólar nas últimas semanas – ontem, em novo dia de estresse no mercado, a moeda fechou cotada a R$ 5,26, alta de 1,61%; é o maior valor desde 13 de março de 2023 – pode gerar uma pressão inflacionária no Brasil e, consequentemente, provocar a desaceleração do atual ciclo de cortes da Selic (a taxa básica de juros). A avaliação é de economistas ouvidos pelo **Estadão**, segundo os quais a aversão do investidor ao risco internacional e às incertezas sobre o ajuste fiscal no Brasil tendem a gerar impacto na economia brasileira e aumentar o desafio do governo Lula para entregar bons resultados econômicos.

Entre os principais fatores para a alta recente das cotações, estão a crescente percepção de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) não deve cortar os juros tão cedo (o que fortalece a moeda em nível mundial); o receio de agravamento do conflito armado no Oriente Médio; e a decisão da equipe econômica de adiar o ajuste das contas públicas. Pelo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 enviado ao Congresso, a previsão de superávit fiscal ficou só para 2026 – último ano do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (*mais informações na pág. B2*).

Mudança
Em relatório, o banco BNP Paribas aumentou de 9% para 9,5% a previsão para a Selic em dezembro

Em relatório enviado ontem a clientes, o banco BNP Paribas alterou sua projeção para o IPCA (o indicador oficial de inflação do País) e para a Selic no ano. No caso do índice de preços ao consumidor, a instituição prevê agora uma variação de 4%, ainda dentro da meta que tem de ser atingida pelo Banco Central (de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo), mas acima da estimativa anterior de 3,5% do banco.

Economista para o Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho afirma que pode haver pressão sobre os preços com impacto no IPCA e também aumento do custo para investir no País. Num cenário como esse, o BC poderia ter menos espaço para mexer nos juros. O BNP passou a projetar uma Selic de 9,5% no fim do ano, ante 9% antes.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, também avalia que pode haver uma desaceleração no ritmo de cortes dos juros. "Como o BC brasileiro também olha para tudo isso (*EUA e Oriente Médio*), porque a economia é um sistema de vasos comunicantes, não dá para dizer que tudo está, hoje, como estava ontem. Mudou", afirma ele.

Com a alta de ontem – a quinta consecutiva –, o dólar passou a acumular uma valorização de 8,56% desde o início do ano. Durante o dia, a moeda chegou a bater em R$ 5,28. Operadores relataram ainda uma forte saída de investidores estrangeiros da Bolsa de Valores (que voltou a fechar em queda, desta vez de 0,75%, aos 124,3 mil pontos), o que tem ajudado a pressionar o câmbio no chamado mercado futuro. ● COLABOROU ANTONIO PEREZ

PARA ECONOMISTAS, CENÁRIO REALÇA RECEIO COM EQUILÍBRIO FISCAL. PÁG. B2

Baixou a conta de energia: é hora de modernizar o parque fabril

ARTIGO

Sérgio Ribas
Diretor-presidente da Irani Papel e Embalagens Sustentáveis

Quando falamos sobre a necessidade de modernização do parque industrial brasileiro costumo citar como exemplo uma campanha de televisão que chama consumidores a trocarem suas geladeiras antigas por modelos mais eficientes energeticamente. Na propaganda é apresentado um selo que facilita a identificação do consumo de energia de produtos eletrodomésticos, o Selo Procel, um estímulo à substituição pela economia gerada na conta de luz com o novo equipamento.

Guardadas as proporções, o mesmo vale para a indústria. É claro que os custos da troca de uma geladeira e de uma máquina industrial são infinitamente diferentes, mas, via de regra, equipamentos modernos têm como diferencial aumentar a produção com mais eficiência energética. Vivemos, sob o aspecto do custo de energia, um momento propício para atualizar o parque industrial. São os motores das máquinas fabris, especialmente as antigas, vilãs do consumo de energia. Equipamentos modernos tendem a possibilitar produzir mais com menos.

Se comparado a anos anteriores, não estivemos recentemente em um período de alta significativa no preço da energia. Assim, o recurso que deixamos de arcar em comparação com períodos de taxas elevadas pode ser aplicado em modernização. Mesmo indústrias, sobrecarregadas por impostos, que não conseguem ter isso como prioridade, porém, têm muito a contribuir. É possível monitorar e conter fugas de energia, assim como colocar em dia manutenções e adotar controles que podem reduzir o consumo, dia após dia.

Gerar energia própria e colocar o excedente no mercado significa começar uma pequena revolução energética

Essa jornada pode incluir, ainda, a geração própria de energia, com o uso de fontes renováveis como solar, eólica e biomassa. Aqui, temos outro ponto crucial: pensar na base da energia que alimenta nossas indústrias é parte desse contexto. E sabemos que esse movimento de preços é cíclico e voltará a subir, em algum momento – e investindo agora em eficiência energética, o baque, depois, será menor.

Os muitos pleitos do setor produtivo por redução de custos, incentivos para modernização de máquinas, redução de preços do insumo e investimentos na diversificação de fontes de energia são uma forma de impulsionar mudanças e obter ganhos para toda a sociedade. Enquanto essas mudanças não ocorrem, no entanto, é dentro das fábricas que podemos agir. Conseguir gerar energia própria e colocar o excedente no mercado significa começar uma pequena revolução energética – e instigar outros players a também se movimentarem em busca de melhores soluções mais sustentáveis, econômica e ambientalmente. ●

Conjuntura **Efeito negativo**

Para economistas, cenário realça receio com equilíbrio fiscal

Com agenda em Washington, Haddad diz que contexto internacional explica 'dois terços' da alta do dólar

BEATRIZ BULLA

O cenário econômico local sozinho, na visão de especialistas ouvidos pelo **Estadão**, não teria sido suficiente para provocar o movimento de forte valorização do dólar nas últimas semanas. Mas o contexto interno de alteração da trajetória fiscal não pode ser desprezado.

"Havia uma visão de que, sim, havia um problema fiscal preocupante, um resultado que não permitia estabilizar a dívida, mas que era um problema que iria explodir mais lá na frente. Isso mudou", disse o economista Armando Castelar, pesquisador do Ibre/FGV, segundo o qual a maior aversão ao risco gerada pelo contexto internacional jogou mais luz sobre os fundamentos macroeconômicos domésticos. "Com uma combinação da maior aversão ao risco, o que acontece passa a ser mais preocupante. Houve certa surpresa também com a velocidade nas mudanças das metas, com a perspectiva de que os novos objetivos também podem mudar daqui a pouco."



FONTE: BROADCAST /INFOGRÁFICO: ESTADÃO

A equipe econômica anunciou na segunda-feira mudanças nas metas para as contas públicas em 2025 e 2026 – a primeira alteração desde que o novo arcabouço fiscal entrou em vigor, há menos um ano. Na prática, elas adiam a expectativa de colocar as contas no azul. O anúncio também expôs as fragilidades do novo arcabouço, pois o governo contava com o aumento de arrecadação para cumprir a regra.

"Obviamente, tudo o que estamos falando é ruim do ponto de vista dos agentes econômicos de forma geral. Pressiona preços de alimentos, também coloca pressão grande na questão dos combustíveis, que é um item bastante sensível no debate político. Mas também gera impacto do ponto de vista dos investidores, de quem vai fazer investimentos físicos, porque o custo de capital fica mais alto", disse Castelar.

HADDAD. Em Washington, para participar das chamadas reuniões de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, culpou o contexto internacional que, segundo ele, explica "dois terços" do que está acontecendo com a valorização do dólar frente ao real. "Diria que isso não explica tudo o que está acontecendo no Brasil, mas explica dois terços do que está acontecendo", disse Haddad a jornalistas na capital americana.

Questionado sobre as perspectivas para a taxa básica de juros, voltou a dizer que o País tem "espaço" para novos cortes. "Estamos com a taxa ainda muito aberta em relação ao resto do mundo. Ainda temos espaço de política monetária. Começamos a cortar muito recentemente. Em agosto (*de 2023*), começaram os cortes. Então, há espaço." ●

COLABOROU ALINE BRONZATI, ENVIADA ESPECIAL A WASHINGTON

Presidente e vice do Fed indicam que corte de juros deve demorar

BEN CASSELMANE
JIM TANKERSLEY
WASHINGTON

O presidente do Fed (o banco central americano), Jerome Powell, e o vice, Philip Jefferson, voltaram a indicar ontem que os cortes na taxa básica de juros no país devem demorar um pouco mais. Segundo eles, os dados da inflação nos últimos meses dão pouca margem para que a autoridade monetária inicie um ciclo de redução. "Os dados recentes, claramente, não nos deram maior confiança e, em vez disso, indicam que é provável que demore mais do que o esperado para alcançar essa confiança", disse Powell, em evento em Washington.

Em outra conferência, Jefferson afirmou que o banco central deve estar preparado para adiar os cortes nos juros se os preços continuarem a subir. "Embora tenhamos visto um progresso considerável na redução da inflação, a tarefa de trazer de forma sustentável o índice para a meta ainda não está concluída", disse.

Em dezembro, os diretores do Fed indicaram que poderiam cortar as taxas de juros pelo menos três vezes neste ano – hoje, a taxa varia de 5,25% a 5,50%, a maior desde 2001. A previsão foi mantida no mês passado, apesar de a inflação persistir longe da meta de 2% ao ano almejada pela autoridade monetária – com a alta de 0,4% em março, o índice em 12 meses chega a 3,5%.

Hoje, poucos agentes de mercado esperam que o Fed inicie o corte nas taxas de juros na próxima reunião, daqui a 15 dias. A maioria agora considera um corte em setembro, ou talvez até mais para o fim do ano.

EMPREGO. Além da persistente inflação, o mercado de trabalho aquecido coloca ainda mais dúvidas sobre o começo de um afrouxamento na política monetária americana. Com a taxa de desemprego baixa e consumidores gastando mais, o Fed passou a considerar que pode manter as taxas no atual patamar sem o risco de causar uma recessão na economia.

Perspectivas
Mercado avalia que política monetária pode começar a ser afrouxada só a partir de setembro

"A minha perspectiva básica continua sendo de que a inflação irá diminuir ainda mais, com a taxa básica mantida estável no seu nível atual, e que o mercado de trabalho permanecerá forte, com a procura e a oferta de trabalho se reequilibrando", disse Jefferson. "É claro que as perspectivas ainda são bastante incertas e, se os dados disponíveis sugerirem que a inflação é mais persistente do que espero atualmente, será apropriado manter a atual política monetária restritiva por mais tempo", disse Jefferson. ● NYT



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2023

Relatório na íntegra disponível em https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/

Aviso: 1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir estão resumidas e não devem ser consideradas, isoladamente, para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas, auditadas e elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; • https://www.imprensaoficial.com.br; • https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/.

Senhores Acionistas,

A CETESB, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese dos principais resultados alcançados em 2023, acompanhada do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e dos Relatórios do Auditor Independente.

A INSTITUIÇÃO - A CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo é a agência do Governo do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. Criada em julho de 1968, pelo Decreto nº 50.079, é uma empresa pública estadual, da administração indireta, de capital fechado, onde o acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, sendo regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e suas alterações e nº 13.303/2016. Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais. Organizada em 5 Diretorias, conta com 46 Agências Ambientais e 18 laboratórios.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - 1. execução de um plano de ação emergencial, nos eixos: pessoal, sistemas, infraestrutura, normas/procedimentos e comunicação, com 17 objetivos específicos e 56 ações realizadas ao longo de 2023; 2. construção do planejamento estratégico 2024-2027, considerando os desdobramentos das ações emergenciais.

DIRETRIZES - 1. Preparar a Companhia para os desafios do novo cenário ambiental global; 2. Aproximar, adequar e inovar os serviços da Companhia às novas expectativas da sociedade; 3. Repactuar a gestão e fiscalização com os entes federativos e demais interessados; 4. Assegurar a solidez financeira e atrair investimentos para a Companhia; 5. Investir na utilização de dados científicos e tecnologias para tomada de decisão e formulação de política pública; 6. Assegurar valores éticos, integridade e transparência organizacional nos processos de governança; 7. Valorizar, capacitar, reforçar e cuidar do corpo funcional.

PROJETOS INSTITUCIONAIS - CETESB Informa, CETESB do Futuro, Cuidar de Quem Cuida, De olho na Recuperação, Licencia + Município Legal, Monitora Tietê, Valorize, Repense, Foco no impacto, MapFauna e Jurídico + Perto.

PAINEL DE CONTRIBUIÇÃO - Contribuição de toda a Companhia, identificando iniciativas que buscarão desenvolver para alcançar os objetivos estratégicos atrelados aos Projetos Institucionais. O Painel possui objetivos de contribuição, métricas, descrição de iniciativas/ações de 390 metas.

PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2024 - Previsto na LOA, com a destinação de aproximadamente R$ 624,9 milhões, financiado por subvenções do Tesouro Estadual e por recursos próprios.

CETESB EM NÚMEROS E AÇÕES OPERACIONAIS

LICENCIAMENTO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL - Concluídos 21.995 processos, e emitidos 20.889 documentos referentes a pedidos de pareceres técnicos, incluindo GRAPOHAB, autorizações, alvarás e certificados. O Via Rápida Ambiental emitiu 4.115 licenças ambientais, 11.215 autorizações e 13.272 Declarações de Atividade Isenta de Licenciamento.

LICENCIAMENTO COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA) - O licenciamento de empreendimentos sujeitos à AIA contribuiu em aproximadamente R$ 16,7 milhões nas receitas próprias e viabilizou investimentos no estado na ordem de R$ 17,6 bilhões, com a concessão de 179 licenças. Em decorrência da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o licenciamento de empreendimentos com Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental foi responsável pela captação de R$ 8,6 milhões em compensações ambientais.

MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL - Realizados cerca de 320 mil ensaios para o monitoramento da qualidade da água e solo e para subsidiar ações preventivas e corretivas de controle da poluição ambiental e ações para a proteção da saúde humana e do meio ambiente.

QUALIDADE DAS ÁGUAS - ÁGUAS SUBTERRÂNEAS: 321 pontos da Rede de Monitoramento de Qualidade, em poços tubulares e nascentes e 75 piezômetros da Rede Integrada de Monitoramento de Qualidade e Quantidade, nos aquíferos Bauru e Guarani; ÁGUAS SUPERFICIAIS INTERIORES - ÁGUAS DOCES: 18 estações automáticas de monitoramento da qualidade, nas diversas bacias do estado e nos principais mananciais de abastecimento público da RMSP. A Rede Básica contou com 520 pontos; PRAIAS DE RIOS E RESERVATÓRIOS: Monitoradas 34 praias; ÁGUAS SUPERFICIAIS COSTEIRAS: amostragem em 21 áreas nos estuários e no Oceano Atlântico; PRAIAS LITORÂNEAS - BALNEABILIDADE: 168 pontos em 151 praias de 15 municípios e 7 praias no Parque Estadual da Ilha Anchieta.

QUALIDADE DO AR - REDE DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR: 85 estações - 63 estações automáticas (29 na RMSP, 6 no litoral e 28 no interior) e 22 pontos de monitoramento manual. Dados disponibilizados em tempo real no site da CETESB, no Sistema de Informações da Qualidade do Ar, no aplicativo para dispositivos móveis e no Google Maps; PROGRAMA PARA MELHORIA DA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS A DIESEL: 4 treinamentos; FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS A DIESEL: ações em 62 pontos de rodovias, fiscalizados cerca de 89 mil veículos, além da fiscalização rotineira, por meio da medição da opacidade e da verificação da qualidade do insumo ARLA-32. HOMOLOGAÇÕES DE VEÍCULOS NOVOS NO ÂMBITO DO PROCONVE E PROMOT: emitidos 1,1 mil pareceres técnicos. Participação na Avaliação da Conformidade de Produção realizada pelo INMETRO/IBAMA, para verificar a conformidade quanto à emissão de poluentes e à eficiência energética.

RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO ONLINE DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Emitidos 3,6 milhões de MTRs, 922 mil Certificados de Destinação Final de Resíduos e enviadas e 129 mil Declarações de Movimentação de Resíduos. **LOGÍSTICA REVERSA:** Estabelecimento, em conjunto com a SEMIL, do Termo de Compromisso de Logística Reversa para o setor de embalagens em geral - alimentos, bebidas, higiene pessoal, perfumaria, cosméticos, limpeza e tintas imobiliárias. Recebidos 95 Relatórios Anuais de Resultados recebidos.

EMERGÊNCIAS QUÍMICAS: Realizados 294 atendimentos.

ÁREAS CONTAMINADAS: 1.552 áreas contaminadas em investigação ou com risco confirmado e 5.344 áreas aptas para o uso ou com medidas de intervenção.

GESTÃO DE FUNDOS DE FINANCIAMENTO

FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (FEHIDRO): Como Agente Técnico, emitidos 166 pareceres de acompanhamento da implantação de empreendimentos, valor aproximado de R$ 48 milhões; **FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO (FECOP):** 29 projetos em análise técnica e legal que somam aproximadamente R$ 17 milhões.

RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL: Principal Companhia de Meio Ambiente Brasileira, com participação em Comissões e Grupos de Trabalhos como especialista convidada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); Centro de Referência para Questões Ambientais da ONU, principalmente no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe; Membro da Rede HydroPoll - Rede Colaborativa de Pesquisa em Poluição das Águas e Recursos Hídricos; Membro da PANACEA - Rede Pan-Americana de Epidemiologia Ambiental; Membro da Rede Latino-Americana de Prevenção e Controle da Contaminação do Solo e das Águas Subterrâneas (RELASC); Signatária da Declaração Internacional da Produção Mais Limpa do PNUMA; Participante da Regions 4 Sustainable Development.

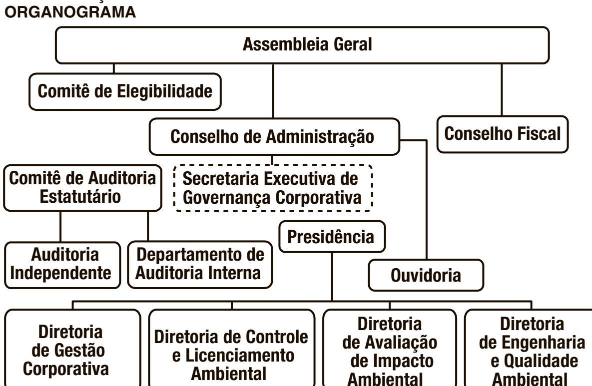
PARCERIAS E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL: Prestação de assistência técnica ao Ministério do Meio Ambiente para realização do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo no Brasil; realização de atividades analíticas referentes ao projeto UNEP/GEF "Apoio a Implementação do Plano de Monitoramento Global de POPs da Convenção de Estocolmo na América Latina e Caribe", no âmbito do Memorando de Entendimento com o Centro Coordenador da Convenção da Basileia e Centro Coordenador da Convenção de Estocolmo para a América Latina e Caribe (BCCC-SCRC) - Laboratório Tecnológico do Uruguai; Projeto "GAPS Megacities" coordenado pela Seção de Pesquisa de Processos de Qualidade do Ar do *Environment and Climate Change* Canadá; Cooperação para intercâmbio técnico e científico na área ambiental com Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental de Moçambique; Participação no Consórcio de Desenvolvimento de Capacidades da Aliança Mundial para a Qualidade da Água (WWQA - World Water Quality Alliance) - apoia o PNUMA GEMS/Water Programa de Desenvolvimento de Capacidades, Avaliação Mundial da Qualidade da Água; Cooperação Técnica com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein para o "Mapeamento de Patógenos Humanos em Esgoto Hospitalar"; Convênio com a Universidade de São Paulo para elaboração e execução de projetos e ações para agenda de governança ambiental e social e diagnóstico das fontes de emissão de poluentes para o Plano de Redução de Emissões de Fontes Estacionárias.

CÂMARAS AMBIENTAIS: Indústria da Construção; Indústria Têxtil; Setor da Madeira, do Mobiliário e de Papel, Papelão e Celulose; Indústrias Químicas e Petroquímicas; Comércio de Derivados de Petróleo; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Mineração; Refrigeração, Ar-condicionado, Aquecimento e Ventilação; Resíduos; Sucroenergético; Mudanças Climáticas; Suinocultura.

GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E INOVAÇÃO

GOVERNANÇA CORPORATIVA

ORGANOGRAMA



COMPOSIÇÃO em 31.12.2023:

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE: Carla Almeida, Fábio Aurélio Aguilera Mendes, Paula Cristina Nassif Elias de Lima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Jônatas Souza da Trindade (Presidente); Thomaz Miazaki de Toledo; Rose Mirian Hofmann; Marisa Maia de Barros; Rodrigo Levkovicz; José Paulo Neves; Kelly Lopes Lemes; Cláudio Carvalho de Lima; Luiz Antônio Ferraro Júnior; João Ricardo Pereira da Costa; Maristela Musco de Caires.

CONSELHO FISCAL: Titulares: Yukimi Nagata; Cleber Stefani; Wagner de Campos Rosário; Gustavo Mercadante de Figueiredo; Guilherme Muraro Derrite; Rafael Ramos da Silva.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO: João Ricardo Pereira da Costa (Coordenador); Afonso Antonio Hennel; Marcelo Cardona Sobral; Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto.

DIRETORIA COLEGIADA: Thomaz Miazaki de Toledo (Presidência); Liv Nakashima Costa (Gestão Corporativa); Adriano Rafael Arrepia de Queiroz (Controle e Licenciamento Ambiental); Mayla Matsuzaki Fukushima (Avaliação de Impacto Ambiental); Carolina Fiorillo Mariani (Engenharia e Qualidade Ambiental).

REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA: Estatuto Social da Companhia; Regimento Interno do Conselho de Administração; Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário; Regimento Interno do Conselho Fiscal; Regulamento de Eleição do Representante dos Empregados para compor o Conselho de Administração; Atas das reuniões do Conselho de Administração; Atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário; Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário; Atas das reuniões do Conselho Fiscal; Área de conformidade e gestão de riscos; Avaliação dos administradores; Remuneração paga aos administradores; Compliance; Canal de Denúncias; Comitê de Ética; Código de Conduta e Integridade; Regimento Interno do Comitê de Ética; Regulamento de Licitações e Contratos; Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo; Política de Divulgação de Informações e de Porta-Vozes; Política de Transações com Partes Relacionadas; Política de Privacidade; Política de Segurança da Informação; Política de Classificação de Documentos, Dados e Informações Sigilosas da CETESB.

GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Finalizados os mapeamentos de riscos dos processos de Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental e de Áreas Contaminadas, com previsão de continuidade nos processos de Licenciamento Ambiental (preventivo), Administração de Recursos Humanos, Atendimento a Emergências Químicas, Licitação e Gestão das Operações de Controladoria. Foi iniciada a contratação de serviços para elaboração de matriz de riscos da Companhia. Realizado o curso de Gestão de Riscos Corporativos aos administradores e gestores.

INOVAÇÃO

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Implantado o novo portal de licenciamento e elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da CETESB. **GESTÃO DA GOVERNANÇA DE DADOS:** Criados o Departamento de Governança e Inteligência de Dados e o Setor de Gestão de Dados Geoespaciais.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

EMISSÕES DE GEE DA CETESB: Elaborado o segundo inventário de emissões de GEE, sendo o primeiro a considerar informações das agências. **ENERGIA ELÉTRICA:** Consumo médio mensal reduzido, de 416 MWh em 2000 para 259 MWh em 2023. **ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA:** Instaladas em Santos, Limeira, São Bernardo do Campo e na Sede, totalizando 15 unidades de geração de energia solar. **ÁGUA:** Consumo médio mensal reduzido de 6.152 m³ em 1999 para 1.369 m³ em 2023. Utilização de sistemas de aproveitamento de água pluvial. **RESÍDUOS:** coletadas cerca de 6 toneladas mensais de resíduos recicláveis classe II e 1,9 toneladas de pilhas e equipamentos eletrônicos particulares descartados. **OUTRAS AÇÕES:** área para bicicletas e motos; compra de produtos sustentáveis; redução no consumo de papéis; exigências contratuais mais rigorosas nas licitações de obras e serviços; renovação parcial da frota de veículos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

QUADRO DE PESSOAL: Ocupação em 31.12.2023: 1.682 empregados. **CONCURSO PÚBLICO:** publicados os editais de abertura de inscrições. **RELAÇÕES SINDICAIS:** celebrado o Acordo Coletivo de Trabalho. **POLÍTICA SALARIAL:** única. **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADAS:** 170. **ACIDENTES DO TRABALHO:** 8. **PROGRAMAS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS:** Programa de estágio; Programa aprendiz; Programa de movimentação de funcionários; Avaliação das competências; Programa de prevenção à covid-19; Cuidar de quem cuida do meio ambiente; Programa de prevenção e tratamento de dependência química; CIPA. **PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL:** realizada no início de 2023. **CAPACITAÇÕES E CURSOS:** Pós-graduação "Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais" e 148 cursos e eventos de difusão do conhecimento para 5,1 mil participantes, internos e externos.

EXTRATO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

"Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo... Adicionalmente, examinamos as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que apresentam informações complementares às demonstrações financeiras examinadas, não sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas para possibilitar uma análise adicional.

Em nossa opinião, as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, como informação complementar às demonstrações financeiras acima referidas tomadas em conjunto."

A íntegra do Relatório do Auditor Independente sobre as Informações de Sustentabilidade, do Desempenho Financeiro, da Receita Operacional Líquida, do Resultado Líquido, dos Investimentos, dos Balanços Patrimoniais, da Demonstração do Resultado, da Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Resultado Abrangente e das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, extrato do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e do Parecer do Conselho Fiscal encontram-se disponíveis na publicação do Balanço Patrimonial e no site da CETESB.

Administração

Conselho de Administração: Jônatas Souza da Trindade (Presidente); Thomaz Miazaki de Toledo (membro na qualidade de diretor-presidente da CETESB); Rose Mirian Hofmann; Marisa Maia de Barros; Rodrigo Levkovicz; José Paulo Neves; Kelly Lopes Lemes; Cláudio Carvalho de Lima (membro independente); Luiz Antônio Ferraro Júnior (membro independente); João Ricardo Pereira da Costa (membro independente); Maristela Musco de Caires (membro representante dos empregados).

Comitê de Auditoria Estatutário: João Ricardo Pereira da Costa (Coordenador); Afonso Antonio Hennel; Marcelo Cardona Sobral; Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto.

Diretoria Colegiada: Thomaz Miazaki de Toledo (Diretor-Presidente); Liv Nakashima Costa (Diretora de Gestão Corporativa); Adriano Rafael Arrepia de Queiroz (Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental); Mayla Matsuzaki Fukushima (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental); Carolina Fiorillo Mariani (Diretora de Engenharia e Qualidade Ambiental).

Conselho Fiscal Titulares: Yukimi Nagata; Cleber Stefani; Wagner de Campos Rosário; Gustavo Mercadante de Figueiredo; Guilherme Muraro Derrite.

BALANÇOS PATRIMONIAIS RESUMIDOS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de reais)

Ativo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**137.509**	**140.247**
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios	70.341	80.094
Clientes e Outras Contas a Receber	8.772	12.788
Outros Ativos Circulantes	9.418	3.802
Adiantamentos a Fornecedores	2.569	–
Impostos a Recuperar	199	821
Depósitos Judiciais	45.348	41.961
Estoques	862	781
Não Circulante	**216.341**	**212.122**
Realizável a Longo Prazo	59.700	56.211
Depósitos Judiciais	9.775	10.161
Clientes e Outras Contas a Receber	11.427	16.908
Antecipação de Dividendos	7.133	7.133
Outros Ativos não Circulantes	29.390	20.565
Impostos a Recuperar	1.975	1.444
Imobilizado	154.716	153.159
Intangível	1.925	2.752
Total	**353.850**	**352.369**

Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**183.452**	**168.738**
Fornecedores	11.796	8.446
Salários e Remunerações a Pagar	71.953	68.980
Impostos e Contribuições a Recolher	23.593	22.083
Outros Passivos Circulantes	3.887	5.115
Provisão para Contingências	72.153	63.559
Provisão para Contribuição Social	70	555
Não Circulante	**113.042**	**104.165**
Outros Passivos não Circulantes	4.778	4.219
Provisão para Contingências	26.825	27.806
Provisão para Contrib. Previdenciárias	81.439	72.140
Patrimônio Líquido	**57.356**	**79.466**
Capital Social	170.377	169.577
Ações em Tesouraria	(1)	(1)
Reservas de Reavaliação	18.998	19.282
Prejuízos Acumulados	(132.018)	(109.392)
Total	**353.850**	**352.369**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de reais)

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva de Lucros: Reservas Legal	Reserva de Lucros: Reservas Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**169.577**	**(1)**	**3.474**	**2.986**	**42.870**	**18.691**	**–**	**237.597**
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	–	(260)	–	(260)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–	–	–	312	312
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(116.332)	(116.332)
Reserva de Capital	–	–	(3.474)	–	–	–	3.474	–
Reserva Legal	–	–	–	(2.986)	–	–	2.986	–
Reversão do diferimento da tributação - Imposto de Renda	–	–	–	–	–	851	–	851
Contribuição Social Exercício Anterior	–	–	–	–	–	–	(689)	(689)
Reversão parcial da Contribuição Social Exercício Anterior	–	–	–	–	–	–	73	73
Apropriação do Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	784	784
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	(42.870)	–	–	(42.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**169.577**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**19.282**	**(109.392)**	**79.466**
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**169.577**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**19.282**	**(109.392)**	**79.466**
Adiantamento para aumento de capital	800	–	–	–	–	–	–	800
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	–	(284)	–	(284)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–	–	–	312	312
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(22.938)	(22.938)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**170.377**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**18.998**	**(132.018)**	**57.356**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - RESUMIDO

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Líquidas	**572.533**	**454.882**
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	**(435.346)**	**(390.380)**
Lucro Bruto	**137.187**	**64.502**
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas Administrativas	(177.257)	(170.564)
Despesas/Reversão de Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	18.955	10.350
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(6.167)	(32.083)
	(164.469)	**(192.297)**
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros	**(27.282)**	**(127.795)**
Encargos Financeiros Líquidos	4.414	12.018
Prejuízo antes da Contribuição Social	**(22.868)**	**(115.777)**
Contribuição Social	(70)	(555)
Prejuízo do Período	**(22.938)**	**(116.332)**
Prejuízo por Lote de Mil Ações de Capital	(R$ 4,03)	(R$ 20,58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(22.938)	(116.332)
Realização das reservas de reavaliação	(284)	(260)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	312	312
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(22.910)**	**(116.280)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDOS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	**5.847**	**(76.066)**
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(16.400)**	**(68.583)**
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**800**	**–**
Capital Circulante Líquido	**(9.753)**	**(144.649)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	80.094	224.743
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	70.341	80.094
Variação líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	**(9.753)**	**(144.649)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

continua →★



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas Resumidas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31/12/2023.

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício

a) Diminuição da subvenção econômica

A CETESB recebeu a título de subvenção econômica da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo R$ 123.894 dos R$ 152.577 previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.614, de 26/12/2022 - "LOA"). Esses recursos vieram consignados para pagamento de despesas em "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio".

b) Continuidade Operacional

A redução de 18,7% (R$ 28.683) das receitas de subvenção econômica em relação ao valor previsto pela LOA poderia ser considerada significativa, especialmente em relação ao resultado líquido do exercício (Prejuízo de R$ 22.938). No entanto, isso demonstra a efetividade do monitoramento dos fluxos de caixa (Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle - SIEDESC) da CETESB pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que libera a subvenção paulatinamente, de acordo com a previsão de fluxo de caixa da Cetesb, a fim de garantir a sustentabilidade das suas atividades, sem prejuízo de sua continuidade operacional. Apesar disso, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 08 de março de 2024 e 15 de março de 2024, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras foram evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no exercício de 2023 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB.

A referida empresa avaliará os ativos em consonância as Resoluções nº 4.534 e 4.535 de 24/11/2016 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas atualizações e as instruções da referida norma contábil, bem como, os pressupostos do CPC 01 (teste de recuperabilidade), CPC 04 (Vida remanescente dos ativos intangíveis), CPC 10 (Valor de reposição/ Valor justo/Mercado/Residual) e CPC 27 (Vida remanescente dos ativos imobilizados).

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários, quando os processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

- Normas e interpretações novas e revisadas

Até 31 de dezembro de 2023, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente, comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, os suportes de reagentes dos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são desencaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original mediante o fato dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando for possível a reversão à Companhia.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

d) Imobilizado

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2023.

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no Lucro Real, e em 31/12/2023, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou em base de cálculo negativa de R$ 1.665 ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16.

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pela Deliberação nº 1, de 01/02/2023, com vigência a partir de 11/02/2023, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

b) Transações com Entidades Estaduais

I) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía em aberto os montantes de R$ 287 e R$ 259 a pagar, respectivamente, referentes a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica "Serviços Prestados Partes Relacionadas" no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", demonstradas na nota explicativa nº 19:

Empresa	31.12.2023	31.12.2022
SABESP	108	40
PRODESP	179	219
Total	**287**	**259**

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no exercício de 2023 e 2022 com as partes relacionadas, o montante de R$ 11.336 e R$ 12.345, respectivamente. Os valores referem-se à cessão de licenças ambientais e venda de cursos, serviços e produtos.

Empresas	31.12.2023	31.12.2022
CDHU	56	38
CESP	7	10
CPTM	287	97
DAEE	–	94
DER	83	21
DERSA	–	5
DOCAS - São Sebastião	–	3
EMAE	19	36
EMTU	82	22
IPT - Inst. Pesquisas Tecnológicas	5	7
METRÔ	57	725
SABESP	10.740	11.230
SAP - Sec. Adm. Penitenciária	–	2
Secretaria da Saúde	–	6
USP	–	49
Total	**11.336**	**12.345**

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021.

Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)

	31.12.2023				31.12.2022			
Natureza da transação	**Receita**	**Custos/ despesas**	**Ressarcimento de despesa**	**Total**	**Receita**	**Custos/ despesas**	**Ressarcimento de despesa**	**Total**
Cessão de empregados	–	25.352	–	25.352	–	28.021	–	28.021
Benefícios a empregados	–	3.538	–	3.538	–	2.638	–	2.638
Telefone	–	152	–	152	–	7	–	7
Apropriação Depreciação	–	268	–	268	–	349	–	349
Energia Elétrica	–	404	–	404	–	477	–	477
Água/Esgoto	–	141	–	141	–	130	–	130
IPTU	–	212	–	212	–	423	–	423
Outros Materiais	–	–	–	–	–	5	–	5
Serviços Terceiros	–	1.167	–	1.167	–	1.135	–	1.135
Total	–	**31.234**	–	**31.234**	–	**33.185**	–	**33.185**

Fundação Florestal

	31.12.2023				31.12.2022			
Natureza da transação	**Receita**	**Custos/ despesas**	**Ressarcimento de despesa**	**Total**	**Receita**	**Custos/ despesas**	**Ressarcimento de despesa**	**Total**
Cessão de empregados	–	648	–	648	–	531	–	531
Benefícios a empregados	–	102	–	102	–	59	–	59
Telefone	–	61	–	61	–	–	–	–
Apropriação Depreciação	–	105	–	105	–	111	–	111
Energia Elétrica	–	153	–	153	–	193	–	193
Água/Esgoto	–	53	–	53	–	53	–	53
IPTU	–	72	–	72	–	171	–	171
Outros Materiais	–	–	–	–	–	2	–	2
Serviços Terceiros	–	438	–	438	–	434	–	434
Total	–	**1.632**	–	**1.632**	–	**1.554**	–	**1.554**

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2023, a CETESB possuía 70 empregados afastados à SEMIL e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica "Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", de R$ 28.890 e R$ 750 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 19.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica "Recuperação de Despesas - Afastamento de Empregados", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R$ 261 e R$ 243 respectivamente, demonstradas na nota explicativa nº 19.

d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 25% da área do imóvel da sede da CETESB. Essas despesas estão contabilizadas e demonstradas no quadro o item "c".

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secretaria Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Prefeitura	2014	Renovando
Embu das Artes	SEMIL		
Franca	Prefeitura		
Guarulhos	Prefeitura	2008	Indeterminado
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jaboticabal	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiaí	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marília	Secretaria Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi das Cruzes	Prefeitura	2010	Renovando
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	21/02/2024
Osasco	Semil		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	Semil		
São Carlos	Secretaria Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado
Votuporanga	Prefeitura	2019	16/05/2024

continua

Contas públicas Arrecadação

Procuradoria acelera ação por acordo tributário com empresas

Orçamento deste ano prevê R$ 12 bilhões em novas receitas com origem em disputas bilionárias com grandes empresas

BIANCA LIMA
BRASÍLIA

A pedido do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que mira o déficit zero em 2024, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai acelerar o calendário das transações ligadas a grandes teses tributárias – disputas de ampla repercussão no Judiciário, que envolvem cifras bilionárias e empresas de porte expressivo, caso da Petrobras.

O Orçamento deste ano prevê R$ 12 bilhões em novas receitas, fruto desses acordos entre governo e contribuintes, que buscam a resolução de litígios pela via negociada. A PGFN avalia, porém, que a cifra poderá ser maior, pois a adesão surpreendeu nas primeiras tratativas. Nesse cenário, a ordem dentro da equipe econômica é acelerar os editais, de olho no aumento de arrecadação.

O governo busca novas receitas para melhorar suas contas. Anteontem, a equipe econômica anunciou mudanças nas metas fiscais de 2025 e 2026 como forma de tentar encaixar despesas já contratadas com a arrecadação.

"Há uma pressão, uma cobrança do ministro da Fazenda (*Fernando Haddad*). Se a gente fosse (*fazer*) um (*edital*) de cada vez, que era o que a gente estava imaginando, talvez a gente nem conseguisse chegar aos R$ 12 bilhões", afirmou a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida, destacando que mais quatro editais, além dos dois já anunciados, serão lançados até julho.

Desse total, dois editais são relacionados à base de cálculo do PIS e da Cofins, que são contribuições federais; outro trata das subvenções ligadas ao ICMS, que são concedidas pelos Estados e impactam o recolhimento de impostos federais – o tema foi alvo de lei em 2023, a qual já previa a possibilidade de transação; e o quarto envolve disputas de corretoras e bancos com o Fisco após o processo de fusão da Bovespa com a BM&F, em 2008.

O primeiro edital focado em grandes teses tributárias foi lançado pela PGFN e pela Receita Federal no fim do ano passado e tratou de litígios envolvendo lucros no exterior. A adesão, segundo a procuradoria, foi acima do esperado: com R$ 1,3 bilhão em dívidas renegociadas e R$ 500 milhões em pagamentos previstos para 2024 – isso apenas no âmbito da PGFN.

> **Em alta**
>
> **R$ 48,3 bi** foi o valor recuperado pela PGFN no ano passado
>
> **23%** foi a alta no valor recuperado em 2023 em relação a 2022

A próxima negociação, já anunciada e engatilhada, diz respeito ao afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo e deve contar com a adesão da Petrobras, como antecipou o **Estadão** em agosto de 2023. Segundo Anelize, o edital deve sair ainda esta semana ou no início da próxima. "Os valores são multibilionários e têm players (*empresas*) importantes do mercado de óleo e gás que já fizeram sugestões na consulta pública."

O documento deve prever duas formas de pagamento: desconto de 60% sobre o valor do débito, com entrada mínima de 30% e o restante em até seis parcelas mensais; ou desconto de 35%, com entrada de 10% e o restante em 24 vezes. Esses termos, porém, foram alvo de sugestões na consulta pública, com as empresas buscando alongar o pagamento e ampliar o desconto – o que está em discussão, segundo a PGFN. No ano passado, o órgão recuperou R$ 48,3 bilhões em créditos tributários, alta de 23% em relação a 2022.

OPERAÇÃO. As transações tributárias nada mais são do que uma espécie de acordo entre governo e contribuinte para o pagamento de dívidas e resolução de litígios.

Nesse tipo de acordo, o contribuinte confessa a dívida e acerta o pagamento. Em troca, o governo oferece descontos em juros e multas e condições de parcelamento que sejam compatíveis com a capacidade de pagamento. A modalidade foi criada em 2019 no País e começou a ser implantada em 2020.

No ano passado, as regras das transações foram aprimoradas pela nova lei do Carf, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A nova legislação, além de retomar o voto de desempate a favor da Receita, também flexibilizou diretrizes para negociações.

Atualmente, a PGFN realiza três tipos de transação: as de pequeno valor, que envolvem débitos inscritos na dívida ativa da União com valor limitado a 60 salários mínimos; as referentes a créditos tributários em disputa no Carf ou já inscritos em dívida ativa (que devem somar R$ 24 bilhões em 2024); e, por fim, as ligadas às grandes teses tributárias, que envolvem temas em debate nos tribunais (cuja expectativa de arrecadação pode superar os R$ 12 bilhões projetados no Orçamento). ● COLABOROU LAVÍNIA KAUCZ

Limite para compensar créditos avança no Congresso

BRASÍLIA

A comissão mista que analisa medida provisória que limita a compensação de créditos tributários obtidos na Justiça por empresas aprovou ontem, de forma simbólica, parecer do relator, deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA). A próxima etapa é a votação nos plenários da Câmara e do Senado. O parlamentar manteve o texto original proposto pelo governo.

As compensações tributárias judiciais funcionam como uma espécie de encontro de contas: as companhias ganham o direito de usar os tributos pagos indevidamente, segundo decisão do juiz, como "crédito" para abater de impostos que ainda têm a pagar ao Fisco. No fim de 2023, porém, o governo mudou essa legislação por meio de uma MP.

O texto elaborado pela equipe econômica prevê um parcelamento para empresas compensarem créditos tributários com o Fisco no caso de montantes a partir de R$ 10 milhões. A Fazenda defende que essa norma traz previsibilidade ao Orçamento público. ●

Orçamento Queda de braço

Governo quer atrelar emenda a investimentos

Proposta de LDO tenta 'amarrar' sugestões dos parlamentares a projetos do PAC, uma vitrine do governo federal

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O governo propôs um modelo de pagamento de emendas parlamentares vinculado a investimentos federais e projetos de interesse do Executivo ao enviar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 ao Congresso. O texto exige a indicação de emendas para investimentos do governo federal e determina que o ritmo de liberação do dinheiro do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) seja mais rápido e prioritário do que o das emendas dos congressistas.

A proposta é mais um episódio da queda de braço entre o Executivo e o Legislativo pelo controle do Orçamento. O projeto de diretrizes precisa ser aprovado pelos parlamentares para entrar em vigor – e pode ser alterado.

As emendas impositivas (obrigatórias) devem somar R$ 39,6 bilhões em 2025, acima dos R$ 33,6 bilhões previstos para 2024, de acordo com projeção do governo. O montante deve subir, pois o Congresso acrescenta outras despesas – neste ano, o valor total em emendas supera os R$ 50 bilhões.

O projeto enviado pelo governo diz que, ao indicar emendas para 2025, os parlamentares devem priorizar projetos em andamento. Além disso, quando sugerirem recursos para uma obra, devem repetir aquela recomendação todos os anos até o fim do projeto. Caso a emenda seja para um investimento novo, a proposta deverá estar incluída no Plano Plurianual 2024-2027.

As regras engessam a destinação de recursos pelos congressistas. Pela proposta, não será mais possível priorizar as chamadas emendas Pix, que são desvinculadas de investimentos federais e repassadas livremente para Estados e municípios.

> **Cofre**
>
> **R$ 39,6 bi** é o total de emendas obrigatórias previsto no Orçamento

A proposta do governo também reduz a liberdade de um deputado ou senador destinar recursos para municípios diferentes de um ano para o outro, pois a verba ficaria comprometida com projetos em andamento.

REJEIÇÃO. No ano passado, o governo Lula propôs a mesma regra para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, mas a ideia foi rejeitada pelos parlamentares e nem sequer fez parte do parecer do relator, deputado Danilo Forte (União-CE). A vinculação com projetos em andamento vale atualmente para emendas de bancada estaduais, que costumam destinar dinheiro para obras maiores nos Estados.

De acordo com o Executivo, em justificativa enviada ao Congresso, a proposta foi elaborada "de modo a fomentar a continuidade dos investimentos nos anos subsequentes e garantir a entrega dos bens e serviços à sociedade".

PRIORIDADES. Além de tentar "amarrar" as emendas, o projeto do governo também determina que a execução do Novo PAC terá prioridade na liberação de recursos em comparação a outras programações não obrigatórias do Orçamento, incluindo as emendas.

Na prática, o governo quer poder para repassar verbas ao programa mais rapidamente do que o recurso de uma emenda parlamentar. O projeto abre a possibilidade de os parlamentares indicarem emendas para o Novo PAC, com tratamento prioritário na programação de liberação.

O PAC é uma das vitrines do governo Lula para retomar obras paradas e impulsionar novos investimentos. A Casa Civil, comandada pelo ministro Rui Costa, seleciona municípios que vão receber o dinheiro.

Neste ano, o Executivo federal tentou atrair emendas para o programa, carimbando indicações dos parlamentares para o PAC e oferecendo recursos extras aos congressistas. O plano, porém, teve baixíssima adesão: de uma carteira com R$ 25,9 bilhões em projetos, só R$ 33 milhões foram apadrinhados pelos parlamentares, menos de 1% do total.

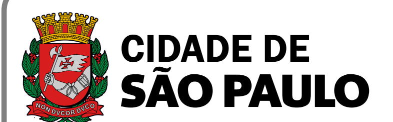
O governo também não incluiu as emendas de comissão na LDO. Esses recursos são indicados por colegiados temáticos (como saúde, educação, segurança pública etc). O Executivo não tem obrigação de pagar essas sugestões. ●

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Em 22 de fevereiro de 2024, às 08h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente da Mesa: Renata Paula Ribeiro Narducci e Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **5. Ordem do Dia: (i)** Aprovar a alteração da redação do art. 6º do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** Aprovar a alteração do parágrafo 5º do art. 9º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas nesta Assembleia; **(iv)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia; e **(v)** Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep. **6. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem reservas: **(i)** Aprovar a alteração da redação do art. 6º do Estatuto Social da Companhia para alterar a nomenclatura de determinados cargos, da seguinte forma: (a) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional para Diretor Vice-Presidente; (b) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços para Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros; (c) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade para Diretor de Gente e Cultura; (d) Diretor de Sinistro para Diretor sem denominação especial; e (e) Diretor de Precificação para Diretor sem denominação especial. Em virtude desta alteração, o art. 6º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 25 (vinte e cinco) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO - Seguros, 01 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados, 02 (dois) Diretores Vice-Presidente, 01 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Gente e Cultura, 01 (um) Diretor de Produto - Ramos Elementares, 01 (um) Diretor de Controladoria e 07 (sete) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição."; **(ii)** Aprovar a alteração da redação do parágrafo 5º do art. 9º do Estatuto Social da Companhia para alterar a nomenclatura de determinados cargos. Em virtude desta alteração, o parágrafo 5º do art. 9º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 9º (...) Parágrafo 5º - Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o CEO - Seguros ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos."; **(iii)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, já refletindo as alterações deliberadas nesta Assembleia, passa a vigorar conforme a redação do Anexo I a esta ata; **(iv)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente**: José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **CEO - Seguros:** Paulo Sérgio Kakinoff, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.465.939 -1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 194.344.518-41; **COO (Chief Operating Officer) - Seguros:** Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente:** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente:** Sami Foguel, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.396.262-10 SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 263.344.758-94; **Diretor de Produto - Automóvel**: Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; **Diretora de Produção:** Eva Vazquez Montenegro Miguel, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.077.674-7 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 066.872.138-30; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 249.181.618-04; **Diretor de Atendimento:** Luiz Felipe Milagres Guimarães, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 874.657.877-34; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretora de Gente e Cultura:** Carolina Helena Urbano Zwarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 292.135.838-77; **Diretor de Produto - Ramos Elementares:** Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16; **Diretor de Produto - Seguros de Pessoas:** Carlos Eduardo Naegeli Gondim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 052.854.947-29; e **Diretores sem denominação especial:** Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador daCédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 112.681.578-05**;** Izak Rafael Benaderet, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.739.792-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.339.398-09; Nelson Santos Aguiar, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 218.048.598-00; Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97; Luiz Vicente Guaranha Lapenta, brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 801.614.640-68; Paulo Henrique Galleguillos Calderon, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 39.477.879-0 SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 965.093.256-91 e Domingos de Toledo Piza Falavina, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.965.032-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 214.175.878-57, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e **(v)** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep, em atendimento à regulamentação aplicável, conforme abaixo: **I - Funções de caráter executivo ou operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a Susep - **Jaime Soares Batista;** b. Diretor responsável técnico - **Fabio Ohara Morita;** c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi;** d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma;** e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Jaime Soares Batista;** f. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - **José Rivaldo Leite da Silva;** g. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda;** h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020) - **Rafael Veneziani Kozma;** i. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021) - **Fabio Ohara Morita. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares Susep 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões;** b. Diretor responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões.** Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **8. Documentos Arquivados:** Procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024. **Assinaturas:** (ass.) Renata Paula Ribeiro Narducci, Presidente da mesa e (ass.) Gustavo Franco Pacheco, Secretário. **Acionistas: Porto Seguro S.A.,** representada por seu Diretor Sr. José Rivaldo Leite da Silva e por sua procuradora Sra.Renata Paula Ribeiro Narducci e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.**, representada por seu procurador Sr. Gustavo Franco Pacheco. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. JUCESP** nº 139.364/24-9 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I** *à ata de Assembleia Geral Extraordinária da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais realizada em 22 de fevereiro de 2024.* **Estatuto Social Consolidado da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º -** A **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais,** constituída sob a forma de sociedade por ações, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação vigente ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede na Avenida Rio Branco, nº 1489 e Rua Guaianases, nº 1238, Campos Elíseos, na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar sucursais, filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto a exploração de operações de Seguros de Danos e de Pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na Legislação vigente. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 3.634.799.505,14 (três bilhões, seiscentos e trinta e quatro milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinco reais e quatorze centavos), dividido em 698.592.826 (seiscentas e noventa e oito milhões, quinhentas e noventa e duas mil, oitocentas e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º -** No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Diretoria: Artigo 6º -** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 25 (vinte e cinco) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO - Seguros, 01 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados; 02 (dois) Diretores Vice-Presidente, 01 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Gente e Cultura, 01 (um) Diretor de Produto - Ramos Elementares, 01 (um) Diretor de Controladoria e 07 (sete) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo único -** Dentre os membros da Diretoria, àquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 416/2021, competirá as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; e d) informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento. **Artigo 7º -** A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º -** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º -** Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º -** A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º -** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 4º -** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou com cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos Diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o CEO - Seguros ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos. **Parágrafo 6º -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 10 -** No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo diretor. **Parágrafo Único -** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Artigo 11 -** A Companhia poderá ter um órgão de consulta, denominado Conselho Consultivo, cujos Membros serão escolhidos e indicados pela Diretoria entre as pessoas de notável saber científico e técnico no Mercado de Seguros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a renovação da indicação. **Parágrafo 1º -** O Conselho Consultivo se reunirá sempre que solicitado pela Diretoria e seus respectivos pareceres serão transcritos no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, por ocasião da reunião que deliberar sobre os mesmos. **Parágrafo 2º -** O Conselho Consultivo perceberá a remuneração que lhe fixar a Diretoria, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral, para cada período de 2 (dois) anos. **Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 12 -** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 13 -** Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria:** *I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria:* **Artigo 14 -** A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. *II - Da Subordinação e da Composição:* **Artigo 15 -** O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 16 -** A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º -** A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º -** O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º -** A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º -** É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. *III - Dos Requisitos e Vedações:* **Artigo 17 -** São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: i. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; ii. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior: a. Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; b. Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e, c. Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e, iv. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. *IV - Das Atribuições:* **Artigo 18 -** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: i. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; ii. Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; iii. Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; iv. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; v. Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelo auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; vi. Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; vii. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; viii. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; ix. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; x. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; xi. elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; xii. preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; xiii. preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; xiv. arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; xv. comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; xvi. estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; xvii. aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; xviii. fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; xix. conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; xx. examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral: Artigo 19 -** A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único -** O presidente da Assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 20 -** As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 21 -** Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único -** As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 22 -** Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 23 -** As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único -** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 24 -** Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 25 -** Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26 -** Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados: Artigo 27 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo único.** A diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 28 -** Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 29 -** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (art. 193 da lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 30 -** O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinada à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (art. 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo único** - O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 31 -** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º -** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 31 deste estatuto social. **Parágrafo 2º -** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei n.º 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 32 -** Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da Diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o art. 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo único** - Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33** - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.



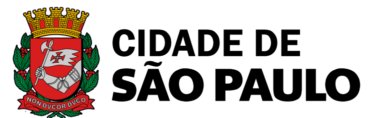
EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 02/DREG/2024** - PROCESSO SEI **nº 6016.2024/0028740-7**

TIPO: MENOR PREÇO - OBJETO: Contratação de empresa para aquisição e confecção de materiais personalizados, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

Data e hora da sessão pública: 09:00 horas do dia 29/04/2024 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos da internet pelo site https://www.gov.br/pncp/pt-br - Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e https://www.gov.br/compras/pt-br.



DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **006/SMDHC/2024** - Processo SEI nº **6074.2024/0000835-0**

Objeto: **Prestação de Serviços por empresa especializada em Controle de Pragas Urbanas e Vetores, compreendendo Desinsetização, Desratização e Descupinização para todas as áreas internas e externas adjacentes aos equipamentos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC**. Data/hora da sessão pública: **06/05/2024 às 10:00 horas** - Local: **https://www.gov.br/compras** - (compras.gov nº 90006/2024). O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas através da Internet pelo site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio (opção negócios) - **UASG nº 925062**.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ - SP - CECRESA

Edital de Assembleia Geral Ordinária

A presidente da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Município de Santo André - SP - Cecresa, CNPJ 00.512.839/0001-09, NIRE 35400040629**, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os cooperados, que nesta data são de número **565 (Quinhentos e Sessenta e Cinco),** em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sede da Cooperativa na Avenida Portugal, nº 141, Condomínio Vila Rosa, Salão de Eventos, CEP 09040-010, Centro, na Cidade de Santo André - SP, no dia 30/04/2024 (terça-feira), às 15h30min, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Cooperados, em primeira convocação; às 16h30min, com a presença de metade mais um dos Cooperados, em segunda convocação; às 17h30min, com a presença de no mínimo 10 (dez) Cooperados em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos: **Ordinária:** 1. Prestação de Contas do 1º e 2º Semestres do exercício de 2023, compreendendo: Relatório da Gestão, conjunto das Demonstrações Contábeis, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes; 2. Rateio das perdas verificadas no exercício findo, com possibilidade de compensar por meio das sobras do exercício seguinte; 3. Eleição dos membros para compor o Conselho Fiscal; 4. Política de Remuneração dos Órgãos Estatutários; 5. Atualização da Política de Sucessão; 6. Atualização da Política de Governança; 7. Atualização do Regulamento da Auditoria Interna; 8. Comunicado de assuntos gerais (sem deliberação). **Notas:** 1. O Regulamento Eleitoral esta disponível na sede da Cooperativa; 2. A inscrição das chapas deve ser realizada na sede da cooperativa de segunda a sexta-feira das 09h00min as 16h00min, o prazo para inscrição se inicia no dia desta publicação e se encerra em 24/04/2024; 3. As demonstrações contábeis do exercício de 2023 que compõem o dossiê do item nº 1 da ordem do dia estão disponíveis na sede da cooperativa.

Santo André, 17 de abril de 2024

Eliana Fernandes Dompieri

Diretora Presidente



COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

À Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da Audiência Pública Presencial com o objetivo de debater a seguinte matéria:

PL 163/2024 – Executivo Ricardo Nunes - Autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos, convênios ou quaisquer outros tipos de ajustes necessários, de forma individual ou por meio de arranjo regionalizado, visando à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo, nas condições que especifica; bem como altera os arts. 10 e 11 e revoga os arts. 1º ao 5º da Lei nº 14.934, de 18 de junho de 2009.

Data: **20/04/2024** (sábado)
Horário: **09 horas**
Local: CEU Parelheiros
Rua José Pedro Borba, 20 – Jardim Novo Parelheiros

Data: **27/04/2024** (sábado)
Horário: **09 horas**
Local: CEU Guarapiranga
Estrada da Baronesa, 1120 – Parque Bologne

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online (**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**), e pelos endereços da Câmara Municipal no YouTube (**www.youtube.com/camarasaopaulo**) e Facebook (**www.facebook.com/camarasaopaulo**).
Para participar: Compareça ao local do evento. Também serão aceitas manifestações por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas**.
Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**



AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP CSM 395/24-Aquisição com instalação e pré-operação assistida de Estação de Tratamento de Água, do tipo compacta, com característica modular, removível, não pressurizada, pré-fabricada, automatizada, construída totalmente em PRFV, tipo convencional, com capacidade nominal de 180 l/s, município de Pindamonhangaba, no âmbito da Coord. B de Projetos Regionais Sudeste - TIO e Sup. Vale do Paraíba - OV. Edital disponível para download a partir de 17/04/2024 no site www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "Cadastro de Fornecedor". Envio das "Propostas" a partir das 00h00 do dia 29/04/2024 até as 9h00 do dia 30/04/2024 no site acima. Às 9h00 será dado início a sessão pública. SP, 17/04/2024 (TI) CSM.

PG SABESP FSCM 00446/24-Fornecimento de colar de tomada flangeado com cinta de inox. Edital completo disponível para "download" a partir de 18/04/24, no Site. www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha no acesso "cadastre sua empresa" Informações: tel. (11) 9-4589-6948 Luis Carlos. Envio das propostas a partir da 00h00 de 02/05/24, até às 09:30h de 03/05/24, no site acima. Abertura das Propostas 03/05/24, às 09:31hs, FSCM-SP 17/04/24.

PRORROGAÇÃO DE DATA LI CSM 03851/23

Contratação integrada para ampliação da ETE Parque Novo Mundo, integrante do Programa Despoluição do Rio Tietê - Etapa IV (Integra Tietê). Edital completo disponível para "download" desde 21/12/2023 - www.sabesp.com.br, no acesso fornecedores no acesso Licitações Eletrônicas Cadastro de Fornecedores. Fica prorrogada a data de Receb. Doc. Habilitação e Propostas para: 30/04/2024, às 9h00 - Auditório de Licitações CS (Sala Júpiter) - Av. do Estado, 561 - Unidade I - Ponte Pequena - São Paulo. SP, 17/04/2024 (TO) CSM.

ADITAMENTO nº 01 COM PRORROGAÇÃO DE DATAS

PG SABESP FFE 00149/24-Serviços de arrecadação por cartão de débito/crédito através de ambiente comercial físico e virtual da Sabesp. Edital completo disponível para download desde 08/04/24. Aditamento n° 01, disponível para download a partir de 17/04/24 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - mediante obtenção de senha e credenciamento no acesso "cadastre sua empresa". Envio das Propostas a partir da 00h00 de 30/04/24 até as 09h00 de 02/05/24 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 17/04/24 - FFE. A Diretoria.





SindusCon SP #novosindusconsp **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO**

O Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo – SindusCon-SP, com base no art. 22, inciso V, combinado com o art. 23, inciso II, do estatuto social, convoca as empresas associadas no gozo de seus direitos estatutários, para uma Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na Rua Dr. Bacelar, 1.043, 5º andar, São Paulo, Capital, dia 24 de abril de 2024, às 16h em primeira convocação e, não havendo número legal às 16h30 em segunda e última convocação. Ordem do dia: 1 - Leitura e votação da ata de assembleia geral anterior; e 2 - Leitura, discussão e aprovação da prestação de contas de 2023, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal. As empresas deverão ser representadas pelos seus diretores ou prepostos devidamente habilitados, através de procuração específica para participar da Assembleia e exercer o direito de voto.

São Paulo, 16 de abril de 2024. **Yorki Oswaldo Estefan, presidente**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

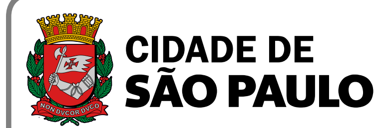
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Aviso de prorrogação de licitação processo Nº 0152.2023.AC-45.PE.0129.SAD.SES Objeto: Formação de Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de Estações de Trabalho, incluindo assistência técnica, visando atender a demanda da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco - SES/PE e as Unidades Hospitalares, de acordo com as exigências, especificações e quantitativos previstos no Edital e seus anexos. Valor máximo estimado: R$ 49.718.217,9504. FICA PRORROGADO o prazo de Entrega das propostas até 07/05/2024, às 08h. Início da disputa: 07/05/2024 às 09h. (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7796/7764. Verônica Mª Tavares de Albuquerque - Pregoeira/AC-45

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA O XIII CONGRESSO ORDINÁRIO DO SINTUNIFESP

O SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – SINTUNIFESP, realizará no dia 11 de junho de 2024, na Sede Patrimonial, Rua Pedro de Toledo, nº 386, Vila Clementino – São Paulo/SP, o seu XIII Congresso Ordinário do Sintunifesp, com as Pautas: Plano de Lutas e Prestação de Contas. As assembleias para definição de delegados (as) ocorrerão às terças-feiras entre os dias 30 de Abril e 28 de maio de 2024.

PRISCILA ROSA RIBEIRO
COORDENADORA DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIII CONGRESSO ORDINÁRIO DO SINTUNIFESP



ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COMUNICADO

PREGÃO ELETRÔNICO: **08/SMADS/2024** – PROCESSO: **6024.2023/0010509-2 -** OBJETO: **licitação na modalidade pregão, realizada na forma eletrônica, para promoção de sistema de registro de preços, visando futura e eventual aquisição de bebedouros de galão e bebedouros de pressão, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), de acordo com o termo de referência constante do anexo I DO EDITAL-** SESSÃO DE ABERTURA: **06/05/2024 às 10:00 horas (DF)**

PREGÃO ELETRÔNICO: **11/SMADS/2024** – PROCESSO: **6024.2024/0000313-5**

OBJETO: **licitação na modalidade pregão, realizada na forma eletrônica, para aquisição de 150 unidades de kit de computador padrão com monitor, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), de acordo com as especificações técnicas mínimas constantes do termo de referência (ANEXO I) DO EDITAL -** SESSÃO DE ABERTURA: **30/04/2024 às 10:00 horas (DF) -** Download dos editais: https://epubli.prefeitura.sp.gov.br e https://gov.br/compras - Local: https://gov.br/compras

PENALTY **CAMBUCI S/A** STADIUM

CNPJ nº 61.088.894/0001-08 - NIRE nº 35300057163

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 04/04/2024

Às 12h00 do dia 04/04/2024, Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, reuniram-se em Reunião os membros do Conselho de Administração da Cambuci S.A. Assumiu a Presidência o Sr. Roberto Estefano, que convocou a mim, Daniela Coutinho de Castro, para secretariá-lo nos trabalhos. Ao ensejo, verificou-se o livro de presença do conselho de administração, sendo constatado o comparecimento da totalidade dos conselheiros. A seguir, o Sr. Roberto Estefano deu início aos trabalhos, esclarecendo que esta reunião foi convocada para deliberar sobre o seguinte assunto em pauta: **a) Reeleição da diretoria com mandato de 01 ano**: a diretoria, por unanimidade de votos, foi reeleita com mandato de 01 ano e permanecerá composta da seguinte forma: **Diretor Presidente** o Sr. **Alexandre Schuler**, brasileiro, casado, administrador de empresas, com endereço em São Roque/SP, RG n° 1025583673-SSP/RS e CPF n° 425.103.330-20, **Diretor de Relações com o Mercado** o Sr. **Roberto Estefano**, brasileiro, casado, industrial, com endereço em São Roque/SP, RG n° 1.447.416-SSP/SP e CPF n° 067.524.468-49 e **Diretor de Operações Internacionais e Inovação e Tecnologia** o Sr. **Emerson Tsuneji Shiromaru**, brasileiro, casado, administrador, com endereço em São Roque/SP, CIRG n° 15.436.012-0 SSP/SP e CPF/MF n° 142.459.198-84. Os diretores ora eleitos declararam, nos termos da lei, que cumprem com todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei das S.A. para as suas investiduras como diretores da Companhia, conforme declaração de desimpedimento em anexo, bem como preenchem todas as condições previstas nos artigos 2° e 5° da Resolução CNSP nº 330, de 15 de dezembro de 2015. O Sr. Presidente passou a palavra a quem quisesse dela fazer uso, como não houve mais manifestação, declarou encerrada a presente reunião, cuja ata foi por mim lavrada neste ato que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel extraída do livro de Atas do conselho de administração da Cambuci S.A. - **Assinaturas:** Mesa: (a) Roberto Estefano (Presidente); (b) Daniela Coutinho de Castro (Secretária). Conselheiros: (a) Eduardo Estefano Filho e (b) Manoel Roberto Bravo Caldeira. **Roberto Estefano -** Presidente; **Daniela Coutinho de Castro -** Secretária - OAB/SP 151.840; **Eduardo Estefano Filho**; **Manuel Roberto Bravo Caldeira. JUCESP** nº 152.238/24-4 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.





AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90012/2024 - UASG 413001

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço de gestão metrológica, incluindo atividades de logística, gestão e calibração dos instrumentos de medição utilizados pela fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações. Valor: R$ 4.400.000,000.

Entrega das propostas: 17/04/2024, a partir da publicação no sítio: https://www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/05/2024, às 10h00. Esclarecimentos poderão ser enviados pelo e-mail: *licitacao@anatel.gov.br*

CARLOS EDUARDO BORDA DE ABRANCHES
Gerente de Aquisições e Contratos







Indicadores No primeiro trimestre

Com variação de 5,3%, PIB da China cresce acima do previsto

Avanço foi turbinado por política do governo chinês para construção de novas fábricas e pela alta das exportações

PEQUIM

A economia chinesa cresceu mais do que o esperado nos primeiros três meses do ano, segundo novos dados divulgados ontem pelo governo do país. O crescimento é baseado na estratégia de construção de novas fábricas e no aumento das exportações, uma forma de combater uma grave crise imobiliária e os gastos lentos dos chineses.

De acordo com informações do Escritório Nacional de Estatísticas da China, a economia do país cresceu 1,6% no primeiro trimestre em relação aos três meses anteriores. Em relação ao primeiro trimestre de 2023, a alta foi de 5,3%. Quando projetados para o ano inteiro, os dados indicam que a economia da China está crescendo a uma taxa anual de cerca de 6,6%.

Ritmo acelerado

6,6% **é a projeção atual para o crescimento anual do PIB na China**

"A economia nacional teve um bom começo", disse Sheng Laiyun, vice-diretor do departamento de estatísticas, ao mesmo tempo que advertiu que "a base para um crescimento econômico estável e sustentável ainda não é sólida".

Para estimular o crescimento, a China, a segunda maior economia do mundo, recorreu a uma tática já conhecida: investir pesadamente em seu setor de manufatura, incluindo uma fartura de fábricas que ajudaram a impulsionar as vendas de painéis solares, carros elétricos e outros produtos em todo o mundo.

Mas a aposta da China nas exportações tem preocupado muitos países e empresas estrangeiras. O receio é de que uma enxurrada de remessas chinesas para mercados distantes possa prejudicar os setores de manufatura desses países e levar a demissões (*mais informações nesta página*).

'OVERDOSE'. Economistas do Federal Reserve Bank de Nova York alertaram no mês passado que a China está experimentando uma "overdose" na construção de fábricas, alimentada por empréstimos bancários pesados.

Para este ano, a China estabeleceu uma meta de crescimento de cerca de 5%, um alvo que muitos economistas consideravam ambicioso, embora alguns tenham atualizado recentemente suas previsões. No ano passado, a economia da China cresceu 5,2%.

As fortes exportações no início deste ano também ajudaram. O valor das exportações aumentou 7% em dólares em janeiro e fevereiro em relação ao ano anterior, e 10% quando medido na moeda chinesa, o yuan. Mas a contribuição real das exportações para a economia do país foi consideravelmente maior, já que a queda dos preços obscureceu a extensão total dos ganhos de exportação da China.

Guo Tingting, vice-ministro do Comércio, disse em uma coletiva de imprensa no mês passado que o volume físico das exportações havia aumentado 20% em janeiro e fevereiro em relação ao ano passado. ● NYT

Estatal Decisão judicial

Presidente de conselho da Petrobras volta ao cargo

BRASÍLIA

O desembargador Marcelo Saraiva, do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, suspendeu o afastamento do presidente do conselho de administração da Petrobras, Pietro Sampaio Mendes, em decisão proferida ontem à noite.

Mendes é secretário de petróleo, gás natural e biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia e foi indicado à presidência do conselho pelo ministro Alexandre Silveira.

Ele foi afastado da presidência do conselho sob alegação de conflito de interesses, já que é responsável pela elaboração da políticas para o setor no ministério. No despacho, Saraiva rejeitou esse entendimento e disse que conflito de interesses se restringe a casos em que a função pública se confronta com o interesse privado. ● MARIANA CARNEIRO

Maxishop Administração e Participações S/A.

CNPJ.MF. 56.439.094/0001-54

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da MAXISHOP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A., para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária conjuntas, no dia 29 de Abril de 2024, às 16:00 horas, na sede social à Avenida Antônio Frederico Ozanan, nº 6000, Piso Superior, Loja E1, em Jundiaí/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Examinar, discutir e deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023; b) Destinação do resultado do exercício; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração; d) Alteração do Artigo 31º do Estatuto Social; e) Consolidação do Estatuto Social; f) Outros assuntos de interesse social.

Jundiaí, 12 de Abril de 2024. Presidente do Conselho de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/2024 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAVIMENTO ARTICULADO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE OSASCO,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que estará à disposição dos interessados nos **sítios: https://www.gov.br/compras/pt-br** e **https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245** - Envio das Propostas de Preços pelo site **https://www.gov.br/compras/pt-br**, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **19/04/2024** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **06/05/2024 às 10h30min**.

Osasco, 12 de abril de 2024.

Meire Regina Hernandes - Secretária Executiva de Compras e Licitações

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ ARES-PCJ

CNPJ nº 13.750.681/0001-57

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2024
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS NO DIA 21 DE ABRIL DE 2025 COM ABERTURA DO PORTÃO ÀS 13H.

A Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES-PCJ), em conjunto com a Associação Brasileira de Concursos Público - ABCP, **TORNA PÚBLICO** a convocação para realização das provas objetivas no dia 21 de abril de 2024, na Sede a ARES-PCJ, localizado na Av. Paulista, 633 – Jardim Santana – Americana - SP, com fechamento do portão às 13h. A Lista na íntegra está disponível no site da ARES-PCJ (www.arespcj.com.br) e no site da ABCP (www.abcpconcursos.org), onde também é possível o acesso da informação pela área do candidato. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital. Americana, 16 de abril de 2023 - **LUCIMARA ROSSI DE GODOY - Presidente da ARES-PCJ**

ELEIÇÕES SINDICAIS – TRIÊNIO 01/jul/2024-30/jun/2027
EDITAL DE CONSTITUIÇÃO DAS MESAS COLETORAS

O Presidente do SINDICATO DOS PERITOS CRIMINAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINPCRESP - no uso das atribuições do Capítulo XIII, Seção VII, artigo 62o - parágrafos 5o e 6o, faz saber que para a eleição do triênio 01/jul/2024-30/jun/2027, foi constituída a seguinte mesa coletora: Presidente: Adilson Pereira, Mesário 1: Celso Ossamu Kaminishikawahara, Mesário 2: Walter Almeida Martins, Suplente: Eliane Baruch, que funcionará nos dias 2 e 3 de maio 2024, no período das 08h00m às 16h00min, na Sede do Sindicato (sito à Rua Itajobi no. 04 – Pacaembu - São Paulo/SP). A eleição será por escrutínio eletrônico. Será disponibilizado aos associados, via site do Sinpcresp e mídias sociais, um link para acesso ao sistema de votação.

Alternativamente a votação poderá ocorrer na sede do Sinpcresp, também de forma virtual.

São Paulo/SP, 17 de abril de 2024.
Eduardo Becker Tagliarini
Presidente da Diretoria – SINPCRESP

LPSBrasil LPS BRASIL - Consultoria de Imóveis S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME 08.078.847/0001-09 - NIRE 35.300.331.494

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024

Ficam os Senhores Acionistas da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a reunirem-se em assembleia geral extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, em 24 de abril de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** alteração do Estatuto Social da Companhia e **(ii)** consolidação do Estatuto Social com as respectivas alterações. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da AGE, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia: **(a)** documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; **(b)** comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; **(c)** cópia do instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida em cartório; e/ou **(d)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição competente. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGE como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGE caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1°, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1° e § 2°, da Lei n° 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, com assinatura digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1°, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por tabelião público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia solicita o envio dos documentos necessários para participação na AGE com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, ou seja, até às 11:00 do dia 22 de abril de 2024, para o e-mail ri@lopes.com.br. A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. **Participação via Plataforma Digital:** Para participação na Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais ou procuradores deverão enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@lopes.com.br, até às 11:00 do dia 22 de abril de 2024, solicitando a participação e acompanhado da documentação necessária para a participação virtual. Aqueles que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para a participação virtual no prazo estipulado não poderão participar da Assembleia. A solicitação de participação deverá vir acompanhada da identificação do acionista ou representante legal ou procurador constituído, além do telefone de contato e e-mail do participante da Assembleia para o qual a Companhia deverá enviar o link de acesso à Assembleia, acompanhada da documentação descrita no campo "Informações Gerais" deste Edital de Convocação. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores. O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@lopes.com.br, com até, no máximo, duas horas de antecedência do horário de início da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio (i) dos telefones +55 (11) 3067-0520, +55 (11) 3067-0691 +55 (11) 3067-0324 ou (ii) do e-mail ri@lopes.com.br.

São Paulo, 15 de abril de 2024.
LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.
Presidente do Conselho de Administração

Secretaria de Saúde — SP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Edital de Abertura de Licitação

Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90022/2024, referente ao Processo nº 024.00042024/2024-34, cujo objeto é para Aquisição de Cateter Swanganz, Filtro de Purificação, Dreno de Sucção e outros. A abertura da sessão será no dia 29 de Abril de 2024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Nova data de abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 002/2024, Modalidade: Ato Convocatório - Presencial, Tipo: Menor preço. **OBJETO DA SELEÇÃO:** Aquisição de tanques móveis com agitação de 300 e 100 litros para o Prédio 1024 – Centro de Produção de Soros. **DATA: 17/05/2024, HORA: 10h30min, LOCAL:** Centro Administrativo (Avenida da Universidade, 210 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP) A versão completa contendo as especificações e demais documentos técnicos relacionados à contratação poderão ser obtidos gratuitamente no endereço eletrônico www.fundacaobutantan.org.br

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária - O **Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo - SAESP**, CNPJ nº 60.423.027/0001-19, Presidente, Cláudio de Carvalho, de acordo com Estatuto Social, alínea "f" do art. 28, e alínea "c" do art. 5º, convoca os Aeroviários da LATAM linhas aéreas, no Estado de São Paulo, exceto Guarulhos, Campinas, Jundiai e Sorocaba para Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará de **19 a 23** de **abril de 2024**, para votação do Acordo Coletivo de Trabalho: **Aprovação ou não no processo** 1000971-79.2017.5.02.0716**, que versa sobre os seguintes temas: A) pagamento em dobro de Domingos e Feriados trabalhados e não pagos, e alteração da redação da Cláusula 14, item 14.4. B) cobrança dos Empregados de percentuais sobre os valores recebidos para fazer frente às despesas do Sindicato. C) forma de pagamentos aos sócios e não sócios. As assembleias poderão ser Presenciais nas dependências da LATAM, das 08h às 22h e das 03h às 05h e ou Virtual 24h, nas bases, SAO, MRO QSC, RAO, SJP, na modalidade VIRTUAL em plataforma específica.**

São Paulo, 16 abril de 2024. Cláudio de Carvalho – Presidente.

Cardway Holding S.A.

CNPJ/MF nº 50.475.622/0001-44 - NIRE nº 35300614178

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da **Cardway Holding S.A.** ("Acionistas" e "Companhia", respectivamente) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, sob a forma semipresencial, conforme permitido pelo Artigo 10, (b) do Estatuto Social da Companhia, sendo presencial na sede da Companhia, localizada na Avenida Jabaquara nº 2958, conjunto 81B, Mirandópolis, CEP 04.046-500, São Paulo - SP, e a distância mediante atuação remota via sistema eletrônico de videoconferência, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10h ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia e Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e 2. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Informação Relevante:** Tendo em vista que foi acordada entre os Acionistas a prorrogação do prazo para disponibilização das Demonstrações Financeiras auditadas até que seja finalizada a respectiva auditoria independente, a Assembleia deverá ser suspensa pelo período necessário. São Paulo - SP, 15 de abril de 2024. **Alexandre Riskalla de Miranda,** Presidente do Conselho de Administração.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários das Empresas Itaú

CNPJ 43.446.335/0001-40 - NIRE 35400034670

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

O Presidente da C.E.C.M. dos Funcionários das Empresas Itaú, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 24 delegados, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na Rua Pedro Fioretti, 256, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no dia 29 de Abril de 2024, obedecendo aos seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 01) em primeira convocação às 15:00h (quinze horas), com a presença de 2/3 do total dos delegados; 02) em segunda convocação às 16:00h (dezesseis horas), com a presença de metade e mais um do número de delegados; 03) em terceira e última convocação, às 17:00h (dezessete horas), com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária**: 1) Prestação de contas dos 1º e 2º semestres do exercício de 2023, compreendendo o Relatório da Gestão, o Demonstrativo da Conta de Sobras ou Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal; 2) Destinação das sobras líquidas e fórmula de cálculo; 3) Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; 4) Aprovação da Política de Sucessão de Administradores; 5) Assuntos de interesse geral, sem deliberação.

São Paulo, 16 de Abril de 2024
Júlio César Soares - Presidente

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na Penitenciária "ASP Maria Filomena de Sousa Dias", localizada no município de Itapetininga, PREGÃO ELETRÔNICO número 90001/2024, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios HORTIFRUTIGRANJEIROS para o período de maio a junho de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 30/04/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária "ASP Maria Filomena de Sousa Dias" de Itapetininga.

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na Penitenciária "Orlando Brando Filinto" de Iaras, PREGÃO ELETRÔNICO número 90005/2024, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios Cereais em Grãos e Farinhas em Geral para o período de Maio a Agosto de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 30/04/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Penitenciária "Orlando Brando Filinto" de Iaras.

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 58.768.284/0001-40 - NIRE 35.3.0011921-5

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Em 22 de fevereiro de 2024, às 09h, na sede social da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 3º andar, Lado A, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença do acionista detentora da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente da Mesa: Renata Paula Ribeiro Narducci e Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **5. Ordem do Dia: (i)** Aprovar a desinvestidura dos diretores Srs. Lene Araújo de Lima, Sr. Marcos Roberto Loução, Sr. Luiz Vicente Guaranha Lapenta, Sr. Marcelo Sebastião da Silva e do Sr. Tiago Violin; **(ii)** Aprovar a alteração da redação do art. 6º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Aprovar a alteração do parágrafo 5º do art. 9º do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas nesta Assembleia; **(v)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia; e **(vi)** Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep. **6. Deliberações**: A acionista única deliberou: **(i)** Aprovar a desinvestidura dos Srs. Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80, do cargo de Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional da Companhia, Sr. Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49, do cargo de Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços da Companhia, Sr. Luiz Vicente Guaranha Lapenta, brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 801.614.640-68, do cargo de Diretor de Precificação da Companhia, Sr. Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador d Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 112.681.578-05, do cargo de Diretor da Companhia e do Sr. Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97, do cargo de Diretor da Companhia, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **(ii)** Aprovar a alteração da redação do art. 6º do Estatuto Social da Companhia para alterar a nomenclatura do cargo de Diretor de Pessoas e Sustentabilidade para Diretor de Gente e Cultura da Companha e excluir os cargos de Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, Diretor de Precificação e 2 (dois) cargos de Diretor sem denominação especial da Companhia, passando a Diretoria a ser composta por, no máximo, 12 (doze) membros. Em virtude das alterações descritas nos itens acima, o art. **6º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:** "Artigo 6º - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 12 (doze) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Cliente e Dados, 01 (um) Diretor de Produto - Vida e Previdência, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Gente e Cultura, 01 (um) Diretor de Controladoria, e 01 (um) Diretor sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição". **(iii)** Aprovar a alteração da redação do Parágrafo 5º do art. 9º do Estatuto Social da Companhia para alterar a nomenclatura de determinados cargos. Em virtude desta alteração, o parágrafo 5º do art. 9º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 9º - Compete a Diretoria: (...) Parágrafo 5º - Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos."; **(iv)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, já refletindo as alterações deliberadas nesta Assembleia, passa a vigorar conforme a redação do Anexo I a esta ata; **(v)** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente**: José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **COO (Chief Operating Officer) - Seguros:** Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Técnico**: Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 249.181.618-04; **Diretora de Gente e Cultura**: Carolina Helena Urbano Zwarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 292.135.838-77; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.397.726-5, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16; **Diretor de Atendimento:** Luiz Felipe Milagres Guimarães, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 874.657.877-34; **Diretor de Produto - Vida e Previdência:** Carlos Eduardo Naegeli Gondim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 052.854.947-29; e **Diretor sem denominação especial**: Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **(vi)** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep, em atendimento à regulamentação aplicável, conforme abaixo: **I. Funções de caráter executivo ou operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Carlos Eduardo Naegeli Gondim** b. Diretor responsável técnico - **Fabio Ohara Morita;** c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi;** d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma;** e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Carlos Eduardo Naegeli Gondim;** f. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda;** g. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021) - **Fabio Ohara Morita. II. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nºs 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões;** b. Diretora responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões.** Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **7. Documentos Arquivados:** Procuração e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024. **Assinaturas**: (ass.) Renata Paula Ribeiro Narducci, Presidente da Mesa e (ass.) Gustavo Franco Pacheco, Secretário. **Acionista**: **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, representada por seu Diretor, Sr. José Rivaldo Leite da Silva e por sua procuradora, Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. JUCESP** nº 140.436/24-8 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I -** à *ata de Assembleia Geral Extraordinária da Porto Seguro Vida e Previdência S.A., realizada em 22 de fevereiro de 2024.* **Estatuto Social Consolidado da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º -** A **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.**, constituída sob a forma de sociedade por ações, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação vigente. **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede e foro na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 3º andar, Lado A, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, e poderá manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto a exploração das operações de Seguro de Pessoas, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e de rendas. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º -** O capital social é de R$ 366.308.054,52 (trezentos e sessenta e seis milhões, trezentos e oito mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 14.567.741 (quatorze milhões, quinhentas e sessenta e sete mil, setecentas e quarenta e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º -** No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Diretoria: Artigo 6º -** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 12 (doze) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Cliente e Dados, 01 (um) Diretor de Produto - Vida e Previdência, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Gente e Cultura, 01 (um) Diretor de Controladoria, e 01 (um) Diretor sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo único** - Dentre os membros da Diretoria, àquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 416/2021, competirá as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; e d) informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento. **Artigo 7º** - A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º** - Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais. f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com um Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º -** A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º -** A Companhia e poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 4º -** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com cláusula ad judicia que serão outorgadas, individualmente, por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos. **Parágrafo 6º -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 10 -** No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, a qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo Diretor. **Parágrafo Único -** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Artigo 11 -** A Companhia poderá ter um órgão de consulta, denominado Conselho Consultivo, cujos Membros serão escolhidos e indicados pela Diretoria entre as pessoas de notável saber científico e técnico no Mercado de Seguros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a renovação da indicação. **Parágrafo 1º -** O Conselho Consultivo se reunirá sempre que solicitado pela Diretoria e seus respectivos pareceres serão transcritos no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, por ocasião da reunião que deliberar sobre os mesmos. **Parágrafo 2º -** O Conselho Consultivo perceberá a remuneração que lhe fixar a Diretoria, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral, para cada período de 2 (dois) anos. **Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 12 -** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) Membros Efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 13 -** Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria: I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria: Artigo 14 -** A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. **II - Da Subordinação e da Composição: Artigo 15 -** O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 16 -** A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º -** A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º -** O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º -** A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º -** É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **III - Dos Requisitos e Vedações: Artigo 17 -** São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: i. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; ii. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior: a) Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; b) Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e, c) Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas. iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e, iv. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. **IV - Das Atribuições: Artigo 18 -** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: i. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; ii. Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; iii. Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; iv. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; v. Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelo auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; vi. Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; vii. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; viii. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; ix. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; x. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; xi. Elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; xii. Preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; xiii. Preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; xiv. Arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; xv. Comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; xvi. Estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; xvii. Aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; xviii. Fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; xix. Conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; xx. Examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral: Artigo 19 -** A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único -** O presidente da Assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 20** - As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legal e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 21** - Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em 1 (um) jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único -** As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. **Artigo 22** - Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 23** - As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 24** - Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 25** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26** - Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados: Artigo 27** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo único -** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 28** - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 29 -** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (art. 193 da lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 30** - O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinada à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (art. 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo único -** O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 31** - A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º -** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 30 deste estatuto social. **Parágrafo 2º -** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 32** - Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o art. 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo único -** Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33 -** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Miguel Pinto Guimarães
Fundador da MPG Arquitetos

‘Parque Jardim de Alah democratizará o espaço público’

Arquiteto carioca premiado fala da obra que promete mudar a rotina em Ipanema e no Leblon


LEO AVERSA

CENÁRIOS

SONIA RACY

Nos seus 30 anos de trabalho, criando e tocando projetos – cerca de 800, no Brasil e no exterior, muitos deles premiados –, o arquiteto e urbanista carioca **Miguel Pinto Guimarães** buscou sempre uma “casa brasileira” onde a prioridade fosse o “bem-viver”. O que significa, na definição de sua empresa, a MPG Arquitetos, “proporções materiais alinhadas à arte e ao design”. Foi desses princípios que nasceu, em 2018, a startup Opy Soluções, que ele divide com os sócios Sergio Conde Caldas e João Sousa Machado.

A Opy faz parte do consórcio que venceu licitação da prefeitura carioca para gerir o Parque Jardim de Alah por 35 anos. O resultado da parceria público-privada saiu ano passado e terá, como missão, a revitalização do espaço, localizado na zona sul do Rio de Janeiro. O projeto, segundo Guimarães, representa “a democratização do espaço público”, muito mais do que, simplesmente, uma ligação entre bairros. A ideia, destaca o arquiteto, é “inserir classes menos favorecidas” naquele trecho entre Ipanema e Leblon – no qual moradores da sofisticada Vieira Souto e os da zona norte se cruzam até chegar à mesma praia, “onde o uniforme para todos é uma bermuda e um chinelo”. A seguir, trechos da entrevista:

Ao comemorar os seus 30 anos de profissão, o que acha que mudou nesse período?

O Brasil começou a investir um pouco mais em espaço público, com obras de grande porte e escala – e deixando para trás um hiato nos anos 1980-90, quando o grande protagonista foi a arquitetura residencial. Essa foi a grande mudança, a volta dos grandes arquitetos a projetos urbanísticos. Empresários, governos e sociedade civil passaram a entender a importância de inserir comunidades menos favorecidas, de criar uma relação entre democracia e espaço. O espaço tem o poder de organizar a vida do cidadão e, assim, com uma consciência melhor, ele passa a cobrar melhores serviços, melhor atendimento.

É o caso do projeto do Parque Jardim de Alah, que está começando a tocar no Rio?

Sim. Ele busca conectar os dois bairros mais valorizados da cidade, Ipanema e Leblon. Liga os 700 metros entre a praia e a Lagoa Rodrigo de Freitas.

“(O novo Jardim de Alah) vai ser um espaço democrático, onde gente da zona norte e os moradores dali chegarão à praia com o mesmo figurino, uma bermuda e um chinelo”

Fará a integração entre os dois bairros?

Mais que isso. Pretendemos um urbanismo social, para a democratização do espaço público. Por exemplo, vai dar acesso à população do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, construído por d. Helder Câmara nos anos 50, no Leblon. Ali vive hoje uma comunidade de classe média baixa. E o projeto vai oferecer creche, ginásios, quadras poliesportivas, programas culturais, além de uma escola de primeiro grau. Vai ser talvez o maior manifesto de espaço democrático do mundo, onde as pessoas da zona norte e as daquela área dividirão a praia usando o mesmo figurino, uma bermuda e um chinelo.

Nesses tempos, cabe a pergunta: é um projeto provadamente sustentável?

O projeto atende aos 17 ODSs (*Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*) da ONU, como assinalou em uma das reuniões o economista Sérgio Besserman. Já atuamos em muitas consultorias internacionais e podemos assinalar: pouquíssimos projetos no mundo conseguem atender a todos os 17 pontos citados pela ONU. Que incluem itens como a vida marinha, presente no oceano, que oxigena a Lagoa Rodrigo de Freitas e vice-versa. E a erradicação da fome, pois teremos até uma horta comunitária.

Vocês usaram a “Mip” para o projeto. O que é isso?

É uma Manifestação de Interesse Privado. Quando alguém da sociedade civil apresenta à prefeitura um projeto detalhado para a cidade. Se ela gosta, abre uma concorrência – e outros interessados podem entrar na disputa. Escritórios do Rio já usaram muito isso na concessão de parques em São Paulo. Em 2020, apresentei a ideia (*do Jardim de Alah*) ao empresário Alexandre Accioly, montamos um time com outros grandes nomes, como o DC Set, do Dody Sirena. Ganhamos a licitação, no valor de R$ 110 milhões, mais R$ 20 milhões para manutenção do parque. Também haverá uma operação comercial – mercados, ruas para pedestres com lojas, cafés e restaurantes. E incluímos no projeto um parque de esculturas, com curadoria de nomes como Vik Muniz e Beatriz Milhazes.

Como foi a receptividade dos moradores, do bairro e do entorno?

Conversamos nesse processo com todas as instituições, além de fazer as audiências públicas. Muitas das propostas ouvidas foram absorvidas no edital. Temos apoio das associações de moradores do Leblon, de Ipanema, da Cruzada São Sebastião, da Selva de Pedra e da Gávea. A dos moradores e defensores do Jardim de Alah, criada para combater a concessão, já veio com o advogado – e nenhum morador para nos ouvir. Mas estamos confiantes, no âmbito jurídico, pois o projeto é todo correto, com apoio até de setores da arquitetura e das universidades.

Quando vão começar as obras?

Já começaram neste início de abril, e a operação já está em nossas mãos, como a segurança, que é privada, e a iluminação. Já começamos o levantamento da rede subterrânea. Serviços prévios à obra já estão em processo de licenciamento.

Pelo visto, vai ser uma longa jornada, exige coragem.

Somos empresários cariocas, apaixonados pelo Rio, temos certeza de que este parque é um presente para a cidade. Vai resolver um problema histórico, integrando uma comunidade para que use um espaço público que é dela também. Para quem mora na Cruzada São Sebastião, a distância da caminhada até o parque é a mesma da minoria reclamante. Então, é uma utopia, sim. E a gente não entraria num projeto como esse se não acreditássemos no sonho. ●


NA WEB
No Facebook, no Twitter, no LinkedIn, no YouTube do **Estadão**; e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br

Leilão Contrato de 30 anos

Mogi-Bertioga é concedida à iniciativa privada

Lote licitado na Bolsa inclui ainda trechos da Padre Manoel da Nóbrega e da Mogi-Dutra, num total de 213,5 quilômetros; rodovias terão 15 pontos de cobrança de pedágio

ELISA CALMON

O consórcio Novo Litoral arrematou ontem, em leilão na Bolsa de Valores (B3), concessão que abrange um trecho de 213,5 quilômetros das rodovias Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Mogi-Bertioga (SP-098) e Mogi-Dutra (SP-088). Na segunda-feira, a prefeitura de Mogi das Cruzes, que se opõe aos pedágios previstos no edital, ganhou liminar para tentar barrar o leilão na Justiça, mas a decisão foi revertida por meio de recurso da Procuradoria-Geral do Estado.

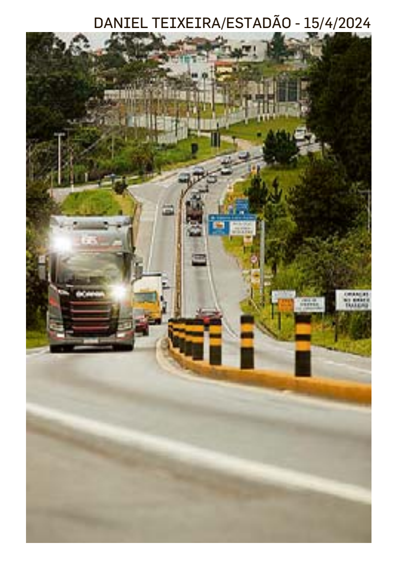
As rodovias concedidas terão, ao todo, 15 pórticos para cobrança automática de pedágios pelo sistema free flow (fluxo livre, em inglês), sem cabine, com tarifas que irão variar de R$ 1,08 a R$ 6,29 conforme a extensão percorrida. Atualmente, nenhuma dessas rodovias tem pedágios, e agora seus usuários terão de instalar adesivos nos para-brisas para trafegar por elas.

O projeto tem 213 quilômetros de extensão, que ligam o Alto Tietê ao litoral sul do Estado, atendendo 12 municípios. E prevê obras de duplicação, ampliação de vias e melhorias no atendimento aos usuários e monitoramento das rodovias. Estão previstos 90 quilômetros de duplicações, 10 quilômetros de faixas de ultrapassagem e 47 quilômetros de acostamento. Além da construção de 73 quilômetros de ciclovias e de 27 novas passarelas para passagens de pedestres.

O consórcio vencedor é formado pela Companhia Brasileira de Infraestrutura (CBI) e pela Construtora Laços Detetores e Eletrônica (CLD). A oferta vencedora representou um desconto de 10,7% em relação à contrapartida pública máxima de R$ 199 milhões por ano. Assim, a previsão é de que a empresa invista R$ 4,3 bilhões ao longo dos 30 anos da concessão.

A disputa na B3 contou também com a participação da espanhola Acciona, que ofertou 1% de desconto.

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 15/4/2024



Cobrança de pedágio deverá ser automática, sem uso de cabine

Trechos concedidos

- **41,5 km** — É a extensão concedida da Mogi-Bertioga, que terá apenas um ponto de pedágio
- **125 km** — É a extensão da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, em que serão instalados 12 pontos de cobrança de pedágio
- **16,5 km** — É a extensão da Mogi-Dutra (Arujá) que, de acordo com o edital, terá dois pedágios

CONCESSÃO PATROCINADA. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) avaliou positivamente o resultado. Segundo ele, mesmo não sendo uma companhia de grande porte, ou de tradição no mercado de concessões, a CBI tem "toda condição de fazer um bom trabalho". "Infraestrutura é um negócio que se faz em conjunto", disse, destacando a participação da iniciativa privada em obras públicas. "É um ambiente que tem seus desafios, mas nosso programa está se tornando realidade. A da Emae será a primeira privatização do nosso governo."

Diferentemente da estatal de energia, que vai a leilão na sexta-feira, a licitação de ontem foi feita na modalidade de concessão patrocinada, que é uma forma de parceria público-privada (PPP) que prevê a outorga de serviços públicos, com cobrança de tarifa e a aplicação de recursos pelo governo estadual em forma de contraprestação. ●

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 08.816.067/0001-00 - NIRE 35.3.0034113-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Em 22 de fevereiro de 2024, às 10h, na sede social da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 2º andar, Campos Elíseos, 01216-012. **2. Presença:** Acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença do acionista detentora da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente da Mesa: Renata Paula Ribeiro Narducci e Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **5. Ordem do Dia: (i)** Aprovar a desinvestidura dos diretores Srs. Lene Araújo de Lima, Sr. Marcos Roberto Loução, Sr. Marcelo Sebastião da Silva e do Sr. Tiago Violin do cargo de Diretor da Companhia; **(ii)** Aprovar a alteração da redação do art. 6º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Aprovar a alteração do parágrafo 5º do art. 9º do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas nesta Assembleia; **(v)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia; e **(vi)** Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **6. Deliberações:** A acionista única deliberou: **(i)** Aprovar a desinvestidura dos Srs. Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80, do cargo de Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional da Companhia, Sr. Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49, do cargo de Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços da Companhia, Sr. Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 112.681.578-05, do cargo de Diretor de Sinistros da Companhia e do Sr. Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97, do cargo de Diretor da Companhia, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **(ii)** Aprovar a alteração da redação do art. 6º do Estatuto Social da Companhia para alterar a nomenclatura do cargo de Diretor de Pessoas e Sustentabilidade para Diretor de Gente e Cultura da Companhia e excluir os cargos de Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, e 2 (dois) cargos de Diretor sem denominação especial da Companhia, passando a Diretoria a ser composta por, no máximo, 10 (dez) membros. Em virtude das alterações descritas nos itens acima, o art. 6º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 10 (dez) diretores, 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados, 01 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 01 (um) Diretor de Produto - Residência, 01 (um) Diretor Técnico; 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos; 01 (um) Diretor de Controladoria e 01 (um) Diretor de Gente e Cultura, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição". **(iii)** Aprovar a alteração da redação do Parágrafo 5º do art. 9º do Estatuto Social da Companhia para alterar a nomenclatura de determinados cargos. Em virtude desta alteração, o parágrafo 5º do art. 9º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 9º Compete a Diretoria: (...) Parágrafo 5º Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos."; **(iv)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, já refletindo as alterações deliberadas nesta Assembleia, passa a vigorar conforme a redação do Anexo I a esta ata; **(v)** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025, a saber: **Diretor Presidente:** Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **COO (Chief Operating Officer) - Seguros:** Sra. Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Sr. Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor de Produto - Automóvel** Sr. Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Técnico**: Sr. Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; **Diretor de Produto - Residência:** Sr. Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; **Diretora Jurídica e Riscos:** Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730 e no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor de Controladoria:** Sr. Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 200.476.918-16; e **Diretora de Gente e Cultura:** Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 278436869 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 292.135.838-77; todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e **(vi)** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep, em atendimento à regulamentação aplicável, conforme abaixo: **I - Funções de caráter executivo ou operacional: a.** Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Jaime Soares Batista; b.** Diretor responsável técnico - **Fabio Ohara Morita; c.** Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi; d.** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma; e.** Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Jaime Soares Batista; f.** Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguros e pelos serviços por eles prestados - **Jarbas de Medeiros Baciano; g.** Diretor Responsável Pelo Relacionamento com o Cliente, (Resolução CNSP 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda; h.** Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP 383/2020) - **Rafael Veneziani Kozma; i.** Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP 415/2021) - **Fabio Ohara Morita; II - Funções de caráter de fiscalização ou controle: a.** Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões; e, b.** Diretor responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões.** Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **7. Documentos Arquivados:** Procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024. **Assinaturas:** (ass.) Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente da Mesa e (ass.) Gustavo Franco Pacheco, Secretário. **Acionista**: **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, representada por seu Diretor José Rivaldo Leite da Silva e por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. JUCESP** nº 140.589/24-7 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I**: *à ata de Assembleia Geral Extraordinária da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., realizada em 22 de fevereiro de 2024.* **Estatuto Social Consolidado da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º -** A **Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.**, constituída sob a forma de sociedade por ações, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação vigente. **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 2º andar, Campos Elíseos, CEP 01216-012, na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar sucursais, filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto a exploração de operações de Seguros de Danos, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na legislação vigente. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º -** O Capital Social é de R$ 57.500.000,00 (cinquenta e sete milhões e quinhentos mil reais), dividido em 60.160.116 (sessenta milhões, cento e sessenta mil, cento e dezesseis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º -** No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Diretoria: Artigo 6º -** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 10 (dez) diretores, 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados, 01 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 01 (um) Diretor de Produto - Residência, 01 (um) Diretor Técnico; 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos; 01 (um) Diretor de Controladoria e 01 (um) Diretor de Gente e Cultura, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º -** Dentre os membros da Diretoria, àquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 416/2021, competirá as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; e d) informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento. **Artigo 7º -** A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos, até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º -** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º -** Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º -** A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º -** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 4º -** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas sempre por 2 (dois) Diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes contidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação da Companhia em processos administrativos ou procurações outorgadas com a cláusula ad judicia, que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Sociedade deverá ser representada por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente, ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos. **Parágrafo 6º -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 10 - N**o caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo diretor. **Parágrafo Único -** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Artigo 11 -** A Companhia poderá ter um órgão de consulta, denominado Conselho Consultivo, cujos Membros serão escolhidos e indicados pela Diretoria entre as pessoas de notável saber científico e técnico no Mercado de Seguros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a renovação da indicação. **Parágrafo 1º -** O Conselho Consultivo se reunirá sempre que solicitado pela Diretoria e seus respectivos pareceres serão transcritos no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, por ocasião da reunião que deliberar sobre os mesmos. **Parágrafo 2º -** O Conselho Consultivo perceberá a remuneração que lhe fixar a Diretoria, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral, para cada período de 2 (dois) anos. **Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 12 -** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) Membros Efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 13 -** Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria: I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria: Artigo 14 -** A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. **II - Da Subordinação e da Composição: Artigo 15 -** O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 16 -** A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º -** A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º -** O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º -** A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º -** É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **III - Dos Requisitos e Vedações: Artigo 17 -** São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: i. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; ii. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior: a. Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; b. Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e, c. Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas. iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e, iv. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. **IV - Das Atribuições: Artigo 18 -** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: i. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; ii. Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; iii. Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; iv. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; v. Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; vi. Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; vii. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; viii. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; ix. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; x. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; xi. elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; xii. preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; xiii. preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; xiv. arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; xv. comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; xvi. estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; xvii. aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; xviii. fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; xix. conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; xx. examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral: Artigo 19 -** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único -** O presidente da Assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 20 -** As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 21 -** Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo único -** As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 22 -** Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 23 -** As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único -** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 24 -** Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 25 -** Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26 -** Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados: Artigo 27** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo único -** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 28** - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 29** - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (art. 193 da lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 30** - O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinada à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (art. 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo único -** O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 31 -** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º -** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 30 deste estatuto social. **Parágrafo 2º -** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 32 -** Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o art. 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo único -** Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33** - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

TALITA NASCIMENTO, CRISTIANE BARBIERI,
CYNTHIA DECLOEDT E MATHEUS PIOVESANA
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Valor de mercado de Arezzo e Soma recua R$ 2,5 bilhões dois meses depois da fusão

Após a euforia inicial da fusão entre Arezzo&Co e Grupo Soma, as empresas de moda têm tido mais dificuldades de convencer investidores dos ganhos do negócio do que em cravar a tendência da próxima estação. À época do anúncio, em fevereiro, a Arezzo valia R$ 6,97 bilhões e o Soma, R$ 6,05 bilhões. Hoje, a Arezzo vale R$ 5,7 bilhões, mesmo tendo se tornado uma empresa bem maior. O Soma, incorporado, perdeu quase 20% de seu valor de mercado e vale R$ 4,85 bilhões. Entre os motivos estão dúvidas quanto à capacidade de integração das companhias, questionamentos sobre a saúde da operação da Hering (comprada pelo Soma em 2021) e o endividamento da nova empresa.

Grupo vale menos do que valia a Hering

Às vésperas de completar três anos da aquisição da Hering, o grupo Soma também vale menos hoje do que ofereceu pela marca em 2021. Na ocasião, o Soma pagou R$ 5,1 bilhões pela concorrente, com o objetivo de se tornar uma grande gestora de marcas. De lá para cá, o valor de mercado do Soma despencou quase 60%.

Marca havia sido disputada

Considerada cara, a aquisição havia sido tentada 11 dias antes pela Arezzo, que oferecera R$ 3,2 bilhões pela Hering. Foi surpreendida pela oferta do Soma mas, numa reviravolta típica do mundo da moda, este ano acabou incorporando o Soma, e as dúvidas que recaíam sobre a concorrente acabaram afetando-a de certa forma.

● **INTEGRAÇÃO.** Thiago Macruz, responsável pelo time de análise de varejo do Itaú BBA, escreve, em relatório, que há três fatores principais para a desconfiança dos investidores: preocupações sobre a complexidade da integração, com base em fusões e aquisições anteriores no setor de varejo; ceticismo quanto ao potencial de venda cruzada entre marcas, principalmente devido à potencial canibalização; e, mais recentemente, o impulso negativo dos resultados do quarto trimestre do ano passado.

● **PRESERVADO.** Apesar da união, os gestores de cada marca foram mantidos em suas posições. A mudança mais significativa foi o fato de Alexandre Birman, CEO da Arezzo&Co, ter passado a cuidar pessoalmente da Hering, por conta de a fabricante de calçados ter uma estrutura similar à da malharia, com fabricação e franquias.

● **FISCAL.** Das compras indigestas de varejistas, que motivam o receio dos investidores, o caso "Soma e Hering" é um dos mais emblemáticos. Para além de questões operacionais, a Hering tinha uma alavanca importante em sua lucratividade ligada a subvenções fiscais. Com o fim desse benefício, a companhia sofreu um "impairment" (ajuste contábil) de R$ 1,9 bilhão em seu valor intangível, ou seja, naquilo que não é patrimônio da empresa.

SINERGIAS

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 15/12/2016



Presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), Eduardo Terra, ainda considera promissora a fusão das empresas

● **SINERGIAS.** Para Eduardo Terra, presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), independentemente do valor de mercado das companhias, a fusão das duas é promissora. "A tese foi muito bem apresentada, especialmente no que diz respeito a sinergias e ganhos internacionais", diz. "Sou muito mais otimista do que pessimista."

● **POTENCIAL.** Macruz, do Itaú BBA, vê potencial de crescimento da venda de calçados e bolsas das marcas Soma. Para ele, as comparações para os resultados de 2024 serão mais fáceis, levando em consideração os números do ano passado. Procuradas, a Arezzo&Co e o Soma afirmaram que "seguem dedicadas no processo de estruturação e fechamento do acordo".

● **REESTRUTURAÇÃO...** O Clube Vitória da Bahia obteve uma decisão favorável para reestruturar sua dívida de R$ 50 milhões. A Justiça da Bahia acatou pedido para reestruturação do passivo por meio do Regime Centralizado de Execução (RCE), uma das possibilidades para regularizar dívidas com a criação da Sociedade Anônima de Futebol (SAF). O time é assessorado pelo escritório Campana Pacca.

● **... EM CAMPO.** Conforme documento obtido pela *Coluna*, a desembargadora Cynthia Maria Pina Resende exigiu, em contrapartida, que o Vitória apresente em 15 dias estatuto social atualizado já como SAF. Segundo fontes, o time ainda decide se irá constituir uma SAF ou se recorrerá com exemplos em casos na Justiça de SP e RJ em que o RCE foi autorizado para times não constituídos como SAF.

● **SEGUROS.** A Guru, startup voltada ao mercado de seguros, espera chegar a até R$ 30 milhões em faturamento no final de 2025 e passar dos R$ 200 milhões em cinco anos. O negócio está ligado ao Open Insurance, sistema de compartilhamento de dados mediante consentimento.

SOBE

Indústria de biscoitos e massas prevê crescer até 8%

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 10/10/2019



Após fechar 2023 com aumento de 9,6% na receita, a R$ 70,464 bilhões, a indústria brasileira de biscoitos, massas alimentícias, pães e bolos industrializados projeta crescimento de 5% a 8% no faturamento este ano. Já o volume comercializado tende a ficar estável ante os 5,071 milhões de toneladas vendidas em 2023 (2% mais que 2022). As informações são do presidente da Abimapi, associação do setor, Claudio Zanão.

DESCE

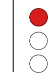
Assaí cai 5,32% depois de o Citi rebaixar recomendação

ASSAI ATACADISTA - 9/3/2023



Assaí caiu 5,32% ontem na B3, para R$ 13,00, e liderou as baixas do Ibovespa, após o Citi rebaixar a recomendação da ação de "compra" para "neutra", embora tenha aumentado o preço alvo de R$ 14 para R$ 15. Para o Carrefour, o Citi manteve recomendação "neutra", mas retirou classificação de alto risco e aumentou o preço alvo de R$ 12,50 para R$ 13,50. Mas o papel caiu 4,40%, a R$ 11,50. Ações de varejo sofreram com o avanço dos juros futuros.

BROADCAST MERCADOS



Ibovespa: 124.388,62 PTS. | Dia -0,75% | Mês -2,90% | Ano -7,30%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
WEG ON NM	38,77	3,00	34.923
EZTEC ON NM	14,23	2,97	12.158
MRV ON NM	6,56	2,34	40.278

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

ASSAI ON NM	13,00	-5,32	30.186
ALPARGATAS PN N1	8,46	-5,05	15.547
CARREFOUR BRON	11,51	-4,40	12.088

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

13/4 a 13/5	0,0211	0,6812	0,5212	0,5000
14/4 a 14/5	0,0567	0,7171	0,5570	0,5000
15/4 a 15/5	0,0824	0,7530	0,5828	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	37.798,97	0,17	-5,05	0,29
FRANKFURT - DAX	17.766,23	-1,44	-3,93	6,06
LONDRES - FTSE	7.820,36	-1,82	-1,66	1,13
TÓQUIO - NIKKEI	38.471,20	-1,94	-4,76	15,30

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,04	3.165,71
	15/5/2035	6,04	2.230,80
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,04	4.359,43
PREFIXADO	1º/1/2027	11,04	753,52
	1º/1/2031	11,88	472,92
SELIC	1º/3/2027	0,10	14.677,07

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,81	0,19	1,58	3,40
IGP-M (FGV)	-0,52	-0,47	0,91	-4,26
IGP-DI (FGV)	-0,41	-0,30	-0,97	-4,00
IPC (FIPE)	0,46	0,26	1,18	2,87
IPCA (IBGE)	0,83	0,16	1,42	3,93
CUB (Sinduscon)	0,11	0,10	0,21	2,62
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	0,51	1,12	4,77

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	-1,0426	IPCA (IBGE)	1,0393
IGP-DI (FGV)	-1,0400	INPC (IBGE)	1,0340
IPC-FIPE	1,0287	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/5. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,53	0,10	-1,22	-9,61
CDI	10,65	0,00	0,00	-8,58

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/24	19,63	126.791	19,28	20,05	-1,95
CAFÉ NY*	JUL/24	228,40	122.872	225,55	232,50	0,68
SOJA CBOT**	MAI/24	11,45	226.026	11,432	11,63	-1,14
MILHO CBOT**	JUL/24	4,43	548.008	4,402	4,452	-0,34

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	124,20	2,16	-9,99
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	230,80	0,10	-19,27
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	59,74	0,04	-21,38
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1284,98	40,10	14,18

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2688	1,61	5,05	8,56
DÓLAR TURISMO	5,4470	1,43	4,41	7,75
EURO	5,5970	1,60	3,44	4,23
OURO	343,000	1,81	10,65	20,77
WTI US$/BARRIL	84,8400	-0,41	2,35	19,01
IBRENTUS$/BARRIL	89,9000	0,04	3,52	16,69

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0618	1,2426	0,1897
EURO	0,942	1,0000	1,1703	0,1787
FRANCO SUÍÇO	0,913	0,9694	1,1344	0,1732
LIBRA ESTERLINA	0,805	0,8545	1,0000	0,1527
IENE	154,683	164,2360	192,1990	29,3410

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC



Crefito-3

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2024

Processo SEI nº 14514.000190/2024-65: Objeto: Prestação de Serviços de vigilância patrimonial desarmada para a Sede I do CREFITO-3", (01 posto), 24horas por dia, 07 dias por semana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Sessão Pública: 02/05/2024, às 10h30min. Local: sitio: www. gov.br/compras. Edital à disposição dos interessados no mencionado endereço ou no sítio: www.crefito3.org.br, opção "licitações". **Rubens Fernando Mafra.** Pregoeiro - **CREFITO-3.**

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 08.816.067/0001-00 - NIRE 35.3.0034113-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Em 29 de fevereiro de 2024, às 11h, na sede social da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 2º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença do acionista detentora da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente da Mesa: Renata Paula Ribeiro Narducci e Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **5. Ordem do Dia: (i)** Aprovar a desinvestidura da Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg, do cargo de Diretora de Gente e Cultura da Companhia; **(ii)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia; e **(iii)** Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **6. Deliberações:** A acionista deliberou: **(i)** Aprovar a desinvestidura da Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 292.135.838-77, do cargo de Diretora de Gente e Cultura, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **(ii)** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025, a saber: **Diretor Presidente:** Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **COO (Chief Operating Officer) - Seguros:** Sra. Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Sr. Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor de Produto - Automóvel:** Sr. Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Técnico**: Sr. Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; **Diretor de Produto - Residência:** Sr. Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; **Diretora Jurídica e Riscos:** Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730 e no CPF sob o nº 174.320.898-76 e **Diretor de Controladoria:** Sr. Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 200.476.918-16, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, permanecendo vago o cargo de Diretor de Gente e Cultura até a eleição de um diretor substituto; e **(iii)** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em atendimento à regulamentação aplicável, conforme abaixo: **I - Funções de caráter executivo ou operacional: a.** Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Jaime Soares Batista. b.** Diretor responsável técnico - **Fabio Ohara Morita. c.** Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi. d.** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma. e.** Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Jaime Soares Batista. f.** Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguros e pelos serviços por eles prestados - **Jarbas de Medeiros Baciano. g.** Diretor Responsável pelo Relacionamento com o Cliente, (Resolução CNSP 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda. h.** Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP 383/2020) - **Rafael Veneziani Kozma. i.** Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP 415/2021) - **Fabio Ohara Morita. II - Funções de caráter de fiscalização ou controle: a.** Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões**; e, **b.** Diretor responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões.** Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **7. Documentos Arquivados:** Procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. **Assinaturas:** (ass.) Renata Paula Ribeiro Narducci, Presidente da Mesa e (ass.) Gustavo Franco Pacheco, Secretário. **Acionista: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais,** representada por seu Diretor Sr. José Rivaldo Leite da Silva e por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. JUCESP** nº 140.590/24-9 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 58.768.284/0001-40 - NIRE 35.3.0011921-5

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024

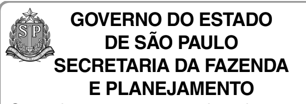
1. Data, Hora e Local: Em 29 de fevereiro de 2024, às 10h, na sede social da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 3º andar, Lado A, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença do acionista detentora da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente da Mesa: Renata Paula Ribeiro Narducci e Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **5. Ordem do Dia: (i)** Aprovar a desinvestidura da Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg, do cargo de Diretora de Gente e Cultura da Companhia; **(ii)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia; e **(iii)** Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep. **6. Deliberações:** A acionista deliberou: **(i)** Aprovar a desinvestidura da Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 292.135.838-77, do cargo de Diretora de Gente e Cultura, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **(ii)** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente:** José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **COO (Chief Operating Officer) - Seguros:** Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 249.181.618-04; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.397.726-5, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16; **Diretor de Atendimento:** Luiz Felipe Milagres Guimarães, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 874.657.877-34; **Diretor de Produto - Vida e Previdência:** Carlos Eduardo Naegeli Gondim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 052.854.947-29; e **Diretor sem denominação especial:** Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, permanecendo vago o cargo de Diretor de Gente e Cultura até a eleição de um diretor substituto; e **(iii)** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep, em atendimento à regulamentação aplicável, conforme abaixo: **I. Funções de caráter executivo ou operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Carlos Eduardo Naegeli Gondim;** b. Diretor responsável técnico - **Fabio Ohara Morita;** c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi;** d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma;** e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Carlos Eduardo Naegeli Gondim;** f. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda;** g. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021) - **Fabio Ohara Morita. II. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nºs 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões;** b. Diretora responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões.** Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **7. Documentos Arquivados:** Procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. **Assinaturas:** (ass.) Renata Paula Ribeiro Narducci, Presidente da Mesa e (ass.) Gustavo Franco Pacheco, Secretário. **Acionista: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, representada por seu Diretor Sr. José Rivaldo Leite da Silva e por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. Gustavo Franco Pacheco **- Secretário. JUCESP** nº 140.437/24-1 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Em 29 de fevereiro de 2024 às 09h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). Presente também o Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos, Sr. Celso Damadi. Presentes, ainda, a representante da empresa de auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes, Sra. Patrícia di Paula da Silva Paz. **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Publicações:** As demonstrações financeiras, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração da mutação do patrimônio líquido, as notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicadas em 28 de fevereiro de 2024 no jornal "O Estado de S. Paulo", nas páginas 20 a 28. **5. Mesa:** Presidente da Mesa: Renata Paula Ribeiro Narducci e Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **6. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos; **(iii)** Ratificar as deliberações da Diretoria referentes aos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2023; **(iv)** Ratificar as deliberações da Diretoria referentes aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023; **(v)** Fixar a remuneração global mensal dos membros da Diretoria; Em Assembleia Geral Extraordinária: **(vi)** Aprovar a desinvestidura da Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg do cargo de Diretora de Gente e Cultura da Companhia; **(vii)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia; e **(viii)** Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **7. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem reservas: **Em matéria ordinária: (i)** Aprovar, integralmente e sem reservas, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração da mutação do patrimônio líquido, as notas explicativas, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, conforme publicação datada de 28 de fevereiro de 2024, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **(ii)** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício, conforme proposta da administração, no valor total de R$ 1.711.672.146,57 (um bilhão, setecentos e onze milhões, seiscentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) que, acrescidos do valor de R$ 28.140.700,71 (vinte e oito milhões, cento e quarenta mil, setecentos reais e setenta e um centavos) relativos à reserva de reavaliação, perfazem o valor total de R$ 1.739.812.847,28 (um bilhão, setecentos e trinta e nove milhões, oitocentos e doze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos), da seguinte forma: a) R$ 30.583.079,58 (trinta milhões, quinhentos e oitenta e três mil, setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) para a conta de Reserva Legal; b) R$ 366.950.000,00 (trezentos e sessenta e seis milhões, novecentos e cinquenta mil reais), já distribuídos aos acionistas como juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2023, conforme especificado no item "iii", abaixo; c) R$ 292.000.000,00 (duzentos e noventa e dois milhões de reais) já distribuídos aos acionistas, imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2023, em parte, e, naquilo que excede, pagos como dividendos adicionais, conforme especificado no item "iv", abaixo; e d) R$ 1.050.279.767,70 (um bilhão, cinquenta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta centavos) para a conta de Reserva Estatutária de Lucros. **(iii)** Ratificar as deliberações da Diretoria de declaração de juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, de acordo com a faculdade prevista no art. 9º da Lei nº 9.245/95, nos seguintes termos: a) Em reunião realizada em 15/06/2023 foram declarados juros sobre o capital próprio relativos ao período de 01/01/2023 a 30/06/2023, no valor de R$ 186.700.000,00 (cento e oitenta e seis milhões e setecentos mil reais) brutos, equivalentes a R$ 158.695.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil) líquidos, já pagos; b) Em reunião realizada em 28/09/2023 foram declarados juros sobre o capital próprio, relativos ao período de 01/01/2023 a 30/09/2023, no valor de R$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais) brutos, equivalentes a R$ 75.650.000,00 (setenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) líquidos, já pagos; e, c) Em reunião realizada em 22/12/2023, foram declarados juros sobre o capital próprio, relativos ao período de 01/01/2023 a 30/12/2023, no valor de R$ 91.250.000,00 (noventa e um milhões, duzentos e cinquenta mil reais) brutos, equivalentes a R$ 77.562.500,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) líquidos, já pagos. **(iv)** Ratificar as deliberações da Diretoria tomadas em reuniões, que, *ad referendum* da Assembleia Geral, declararam dividendos intermediários à conta do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 292.000.000,00 (duzentos e noventa e dois milhões de reais) imputados aos dividendos obrigatórios desse exercício em parte, e, naquilo que excede, pagos como dividendos adicionais, sendo que: a) Em reunião realizada em 28/07/2023, foram declarados dividendos intermediários, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023, no valor de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), já pagos; b) Em reunião realizada em 31/08/2023, foram declarados dividendos intermediários, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), já pagos; c) Em reunião realizada em 29/11/2023, foram declarados dividendos, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023, no valor de R$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais), já pagos. **(v)** Aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), à conta de reserva estatutária, com base nas demonstrações financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2023. **(vi)** Fixar a remuneração da Diretoria no valor global mensal de até R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sendo que os montantes individuais serão fixados oportunamente pela Diretoria da Companhia. **Em matéria extraordinária: (vii)** Desinvestir a Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 292.135.838-77, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretora de Gente e Cultura, por iniciativa da Companhia e sem justa causa. A Assembleia aprova ainda registrar votos de profundo agradecimento a Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg por sua dedicação e contribuição à Companhia. **(viii)** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente:** José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **CEO - Seguros:** Paulo Sérgio Kakinoff, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.465.939 - 1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 194.344.518-41; **COO (Chief Operating Officer) - Seguros:** Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente:** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente:** Sami Foguel, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.396.262-10 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 263.344.758-94; **Diretor de Produto - Automóvel:** Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; **Diretora de Produção:** Eva Vazquez Montenegro Miguel, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.077.674-7 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 066.872.138-30; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 249.181.618-04; **Diretor de Atendimento:** Luiz Felipe Milagres Guimarães, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 874.657.877-34; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor de Produto - Ramos Elementares:** Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16; **Diretor de Produto - Seguros de Pessoas:** Carlos Eduardo Naegeli Gondim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 052.854.947-29; e **Diretores sem denominação especial:** Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador daCédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 112.681.578-05; Izak Rafael Benaderet, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.739.792-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.339.398-09; Nelson Santos Aguiar, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 218.048.598-00; Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97; Luiz Vicente Guaranha Lapenta, brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 801.614.640-68; Paulo Henrique Galleguillos Calderon, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 39.477.879-0 SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 965.093.256-91 e Domingos de Toledo Piza Falavina, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.965.032-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 214.175.878-57, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, permanecendo vago o cargo de Diretor de Gente e Cultura até a eleição de um diretor substituto. **(ix)** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em atendimento à regulamentação aplicável, a saber: **I - Funções de caráter executivo ou operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Jaime Soares Batista.** b. Diretor responsável técnico - **Fabio Ohara Morita.** c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi.** d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma**. e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Jaime Soares Batista.** f. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - **José Rivaldo Leite da Silva.** g. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**. h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020) - **Rafael Veneziani Kozma.** i. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021) - **Fabio Ohara Morita. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões.** b. Diretor responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões.** Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **8. Documentos Arquivados:** Demonstrações Financeiras, publicações nos jornais, procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. **Assinaturas**: (ass.) Renata Paula Ribeiro Narducci, Presidente da Mesa e (ass.) Gustavo Franco Pacheco, Secretário. **Acionistas**: **Porto Seguro S.A.**, representada por seu Diretor Sr. Celso Damadi e por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.**, representada por sua procuradora Renata Paula Ribeiro Narducci. Presente também o **Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos**, Sr. Celso Damadi, e presente a representante da **Ernst & Young Auditores Independentes**, Sra. Patrícia di Paula da Silva Paz. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. JUCESP** nº 139.365/24-2 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Comunicamos que se acha aberta nesta Secretaria da Fazenda e Planejamento, Regional do ABCD, licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO CRA-ABCD nº 01/2024, do tipo MENOR PREÇO, para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E APOIO À SEGURANÇA, COMPOSTO POR SISTEMAS INTEGRADOS DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), CONTROLE DE ACESSO (SCA) E SISTEMAS DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO.

A realização do certame se dará pelo sistema COMPRASGOV, no endereço www.gov.br/compras e a sessão pública de abertura será iniciada às 09h00 do dia 30/04/2024. O Edital na íntegra está disponível no PCNP-Portal Nacional de Compras Públicas a partir de 16/04/2024 e, também no Diário Oficial do Estado de São Paulo no endereço: https://www.doe.sp.gov.br/negocios-publicos.

PENALTY. STADIUM

CAMBUCI S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado

C.N.P.J. nº 61.088.894/0001-08 - NIRE nº 35300057163

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 26 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 09:00 horas do dia 26 de março de 2024, na filial administrativa da Sociedade, localizada na Cidade de São Roque, Estado de São Paulo, na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, CEP 18130-430. **2. Presença:** Constatou-se a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. Roberto Estefano e secretariada pela Dra. Daniela Coutinho de Castro. **4. Deliberações:** Ordem do dia: declarar a distribuição e aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP"), referente ao primeiro trimestre de 2024, os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, observados os limites estabelecidos no art. 9º da Lei 9.249/95. **Deliberações:** Após as discussões acerca da matéria constante da Ordem do Dia, os Srs. Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição: (i) conforme facultado pelo disposto no Artigo 27, do Estatuto Social da Companhia, declarar a distribuição de juros sobre capital próprio com base na aplicação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), calculada até a data-base de 31 de março de 2024, sobre o Patrimônio Líquido Ajustado da Companhia, a serem imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2024, no montante bruto de R$ 849.881,27 (oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos), correspondentes a R$ 0,02026988 por ação, considerando a quantidade de 41.928.273 ações ordinárias, das quais já foram excluídas as ações em tesouraria; (ii) aprovar o pagamento dos juros sobre o capital próprio acima declarados, o qual será efetuado em 17 de abril de 2024, conforme definido na presente reunião; (iii) esclarecer que: (a) a importância correspondente ao pagamento dos juros sobre capital próprio, acima referida, será imputada no cálculo do dividendo obrigatório do exercício de 2024, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; (b) de acordo com a legislação vigente, terão direito a receber os juros sobre o capital próprio ora declarados os acionistas da Companhia detentores de ações em 02.04.2024; (c) o pagamento será feito pelo valor líquido, após deduzido o imposto de renda retido na fonte de acordo com a legislação vigente, exceto àqueles acionistas, pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentas; e (d) não haverá incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração (26.03.2024) e o efetivo crédito aos Acionistas (17.04.2024); e (iv) deliberaram, ainda, autorizar a Diretoria da Companhia a divulgação da presente ata e providenciar a imediata publicação do aviso aos acionistas no jornal de publicação habitual da Companhia, contendo as informações necessárias, e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), bem como a adotar todos os demais procedimentos necessários para a implementação do creditamento e pagamento de juros sobre o capital próprio ora deliberado. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 26 de março de 2024. **Assinaturas:** Mesa: (a) Roberto Estefano (Presidente); (b) Daniela Coutinho de Castro (Secretária). Conselheiros: (a) Eduardo Estefano Filho e (b) Manoel Roberto Bravo Caldeira. Certificado que é cópia fiel lavrado em livro próprio. Roberto Estefáno - Presidente; Daniela Coutinho de Castro - Secretária - OAB/SP 151.840; Eduardo Estefano Filho; Manuel Roberto Bravo Caldeira. **JUCESP** nº 150.699/24-4 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Aviação Sob pressão

Boeing é investigada após denúncia de engenheiro

Funcionário diz que mudança no processo de montagem dos jatos 787 traz riscos; empresa nega haver problema de segurança

NOVA YORK

A Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA, na sigla em inglês) está investigando uma denúncia de um engenheiro da Boeing. Ele diz que seções da fuselagem (corpo da aeronave) do 787 Dreamliner são fixadas incorretamente e podem se separar durante o voo depois de milhares de viagens.

O engenheiro Sam Salehpour, que trabalhou no avião, detalhou suas alegações ao *The New York Times* e em documentos enviados à FAA. Um porta-voz confirmou que a agência está investigando as acusações.

Salehpour, que trabalha na Boeing há mais de uma década, disse que os problemas surgiram como resultado de mudanças na forma como as enormes seções são ajustadas e fixadas na linha de montagem. A fuselagem do avião vem em diversas peças, de fabricantes diferentes, e não têm exatamente o mesmo formato onde se encaixam, disse ele.

A Boeing admitiu essas mudanças na fabricação do modelo, mas por meio de um porta-voz disse que "não houve impacto na durabilidade ou na longevidade da estrutura da aeronave". Na segunda-feira, menos de uma semana depois que o *New York Times* tornou públicas as acusações de Salehpour, a fabricante fez uma apresentação a jornalistas em sua fábrica em North Charleston, Carolina do Sul, onde o 787 é montado, em que voltou a negar problemas de segurança com o modelo.

No encontro, dois engenheiros da Boeing disseram que a empresa conduziu testes, inspeções e análises exaustivas do avião, tanto durante seu desenvolvimento quanto nos últimos anos, e que não encontrou nenhuma evidência de que sua estrutura falharia prematuramente.

Segundo eles, a Boeing realizou demorados testes no Dreamliner e concluiu que este "não é um problema imediato de segurança de voo".

> ***"Alegações repetidas sobre falhas de produção da Boeing apontam para ausência de práticas de segurança, onde o lucro é priorizado sobre o resto"***
> **Richard Blumenthal**
> **Senador nos EUA**

As acusações de Salehpour acrescentam novo elemento ao intenso processo de escrutínio que a Boeing tem enfrentado desde que um painel de porta de um jato 737 Max se soltou durante um voo da Alaska Airlines, no início do ano, levantando questões sobre as práticas de fabricação da empresa. Desde então, a empresa anunciou uma reestruturação na direção e o Departamento de Justiça dos EUA iniciou uma investigação criminal.

HISTÓRICO. O primeiro modelo Dreamliner foi entregue em 2011 e, por anos, a fabricante lidou com uma sucessão de questões envolvendo o jato, incluindo problemas de bateria que levaram à suspensão temporária dos 787 em todo o mundo e preocupações sobre qualidade que mais recentemente causaram uma suspensão prolongada nas entregas.

Um delator que levantou preocupações sobre as práticas de fabricação da companhia, John Barnett, foi encontrado morto no mês passado com o que parecia ser um ferimento autoinfligido por uma arma.

O Dreamliner foi pioneiro no uso de grandes quantidades dos chamados materiais compósitos em vez do metal tradicional, incluindo seções importantes como a fuselagem. Muitas vezes feitos pela combinação de materiais como carbono e fibra de vidro, os compósitos são mais leves. Por outro lado, como são materiais mais novos, se sabe menos sobre como eles resistem às tensões de voo a longo prazo. Essas tensões criam o que os engenheiros chamam de fadiga, que pode comprometer a segurança.

Salehpour, que vai depor hoje em comissão do Senado, diz ter sido retaliado por levantar preocupações sobre atalhos que a Boeing estava tomando ao unir as peças da fuselagem do Dreamliner. Ele foi convocado pelo senador democrata Richard Blumenthal. "Alegações repetidas e chocantes sobre as falhas de fabricação da Boeing apontam para uma terrível ausência de cultura e práticas de segurança – onde o lucro é priorizado sobre todo o resto", disse Blumenthal, em nota.

Debra S. Katz, advogada de Salehpour, disse que seu cliente expôs suas preocupações aos supervisores e que tentou discuti-las em reuniões de segurança, mas não foi ouvido e acabou transferido para trabalhar em outra área. A FAA já ouviu Salehpour, segundo Debra. Procurado, Mike Whitaker, administrador da agência, reiterou que o órgão estava adotando uma postura rígida contra a Boeing após o episódio da Alaska Airlines. ● NYT

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 09.222.901/0001-00 - NIRE 42.300.048.241

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da **RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.222.901/0001-00, com sede na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3313, sala 9A-1, CEP 88330-063 ("Companhia"), **a ser realizada de forma exclusivamente digital**, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2024, às 14 horas, por meio da plataforma digital Teams ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre: *(i)* tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023; *(ii)* deliberar sobre a destinação do lucro líquido decorrente do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos; (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; (v) alteração do veículo de publicação dos atos da Companhia.

Informações Gerais:

Participação na AGOE: A AGOE será realizada de forma virtual, sendo possível o comparecimento ao conclave somente de forma digital, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei 6.404/76 e na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. Os acionistas poderão optar por participar da AGOE por uma das seguintes formas: (a) pessoalmente (via atuação remota pela Plataforma Digital); ou (b) por procurador devidamente constituído (via atuação remota pela Plataforma Digital). Os dados de acesso à AGOE via Plataforma Digital serão encaminhados oportunamente aos acionistas por e-mail. (i) O acionista que optar por participar da AGOE pessoalmente (via atuação remota pela Plataforma Digital) deverá apresentar documentação que comprove sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. (ii) Para os casos em que o acionista opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item (i) acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato e o documento de identificação do procurador. Para viabilizar a participação do acionista na AGOE, o acionista deverá antecipar o envio de cópia simples de toda a documentação mencionada nos itens acima ao e-mail juridico@embraed.com.br, impreterivelmente até 30 (trinta) minutos antes do início da AGOE. Os acionistas serão comunicados, após o envio da documentação necessária, acerca do recebimento por e-mail da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade e eventuais ajustes e/ou complementações necessários. Os documentos relativos à ordem do dia disposta acima encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e foram também enviados aos acionistas, via e-mail.

Balneário Camboriú/SC, 15 de abril de 2024.
TATIANA SCHUMACKER ROSA CEQUINEL
Presidente do Conselho de Administração

PENALTY

CAMBUCI S/A

STADIUM

Companhia Aberta de Capital Autorizado
C.N.P.J. nº 61.088.894/0001-08 - NIRE nº 35300057163

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 04 de Abril de 2024

I - Dia, Hora e Local: Assembleia realizada às 10:00h do dia 04/04/2024 de forma Presencial. **II - Convocação:** Editais de Convocação publicados nas edições dos dias 06, 07 e 08/03/2024 do Jornal O Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 124, inciso II da Lei nº 6.404/76. **III - Publicações Legais:** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023 publicados no jornal O Estado de S. Paulo, em sua edição do dia 05/03/2024. **IV - Quórum:** Presentes a maioria de acionistas titulares de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal representativas de 75,6% do capital social com direito a voto, conforme registros constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas e pelos Boletins de Voto a Distância recebidos nos termos da Resolução CVM nº 81/22. **V - Presença Legal:** Presentes o Sr. **Marco Antonio Gouvêa de Azevedo** representante da **GF Auditores Independentes,** representando os auditores independentes, o Sr. **Roberto Massayuki Hara,** representando o Conselho Fiscal e o Sr. **Roberto Estefano,** representando os administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no parágrafo primeiro do artigo 134 da Lei nº 6.404/76. **VI - Mesa:** Presidente: Roberto Estefano; Secretária: Daniela Coutinho de Castro. **VII - Ordem do Dia: Assembleia Geral Ordinária: 1.** Exame, discussão e votação do relatório da Administração e Demonstrações Financeiras com pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme proposta da administração; **2.** Reeleição dos membros do Conselho Fiscal, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária; **3.** Fixação da Remuneração dos administradores da companhia; **4.** Reeleição dos membros do Conselho de Administração; **5.** Destinação dos resultados do Exercício de 2023. **VIII - Deliberações Adotadas: Em Questão de Ordem:** Foi aprovada por unanimidade dos acionistas presentes a lavratura da ata sob a forma de sumário, e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. Após a apresentação das propostas e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e da Proposta do Conselho de Administração relativa à Assembleia Geral Ordinária, foram tomadas as seguintes deliberações: 1. Foram lidos, discutidos e aprovados, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. 2. A mesa propôs aos Senhores Acionistas a reeleição dos membros do Conselho Fiscal, que novamente será composto por 03 membros efetivos e igual número de suplentes, todos com prazo de mandato até a próxima assembleia geral ordinária. Os acionistas presentes procederam, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, a eleição dos membros do Conselho Fiscal conforme estabelecido em lei. Os acionistas controladores **reelegeram** como membros efetivos do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes os Srs. **(i) Mário Alberto de Lima Reis Coutinho,** brasileiro, casado, engenheiro, residente em São Paulo - SP, RG nº 6.252.106 e CPF nº 491.893.018-20 e respectivo suplente, **(ii) José Roberto Pereira Rios,** brasileiro, casado, administrador de empresa e contador, residente em São Roque - SP, RG nº 5.544.637 e CPF nº 555.992.578-00, **(iii) Antonio Carlos Bonini Santos Pinto,** brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado em São José dos Campos-SP, RG nº 7.615.443-9 e CPF nº 026.230.088-50 e respectivo suplente, **(iv) Clovis Ailton Madeira,** brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado em São Paulo-SP, RG nº 4.313.404-X - SSP/SP e CPF nº 253.599.328-72. Os acionistas minoritários reelegeram como membro efetivo do Conselho Fiscal o Sr: **(v) Roberto Massayuki Hara,** brasileiro, casado, economista, domiciliado em São Paulo/SP, RG 9.029.221-2 SSP/SP, e CPF nº 860.121.858-04, e respectivo suplente, **(vi) Sergio Renato Escatolin,** brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado em São Paulo/SP, RG nº 25.848.706-9, e CPF nº 183.679.998-51. 2.1. A remuneração do Conselho Fiscal ficou estabelecida no limite mínimo previsto no parágrafo 3º, do artigo 162, da Lei nº 6.404/76. 3. Por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, fixa-se o montante global dos honorários dos administradores em até R$ 6.500.000,00 anual, distribuídos pela Cambuci S.A., até a próxima assembleia geral ordinária, ficando autorizado o Sr. Diretor Presidente a promover reajustes em percentuais iguais aos índices oficiais de inflação, bem como distribuir a referida verba entre os senhores diretores. 4. Por unanimidade de votos dos acionistas presentes, foi aprovada a reeleição de 03 membros para o Conselho de Administração da Companhia, todos com prazo de mandato até a próxima assembleia geral ordinária, permitindo a eleição, a saber: **Reeleitos pelos acionistas controladores:** a) **Eduardo Estefano Filho,** brasileiro, casado, industrial, domiciliado em São Roque/SP, portador da CIRG nº 3.012.239 SSP/SP e CPF nº 067.527.138-04; b) **Roberto Estefano,** brasileiro, casado, industrial, domiciliado em São Roque/SP, portador da CIRG nº 1.447.416-5 SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49; **Reeleito pelos acionistas minoritários:** a) **Manuel Roberto Bravo Caldeira,** brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado em São Paulo-SP, portador do CIRG nº 4.113.785 e CPF/MF sob o nº 029.428.328-51 e, na oportunidade, os membros dos Conselhos ora reeleitos, declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA e alterações posteriores e, consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Os currículos dos Conselheiros ora eleitos, para ambos os conselhos, foram apresentados à Assembleia Geral, nos termos do disposto no parágrafo 2º do Artigo 3º da Instrução CVM nº 367/02. Os conselheiros de administração serão investidos nos cargos para os quais foram eleitos mediante assinatura dos respectivos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que serão definidos na próxima reunião do conselho de administração os respectivos cargos e que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei. Por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, tendo em vista que o lucro Líquido da Companhia no exercício social findo em 31.12.2023 foi no montante de R$ 56.743.000,07, após a destinação da reserva legal no montante de R$ 2.837.150,00 e a recomposição do saldo das reservas para incentivos fiscais, no montante de R$ 53.905.850,07, não serão distribuídos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **IX - Documentos Arquivados na Sede Social:** Ficam arquivados na sede social da Companhia, em atenção e na forma do disposto no Art. 130, §1º, alínea "a", da Lei 6.404/76, os seguintes documentos: - Procuração de Voto das acionistas **Mara Eliana Carletti Estefano,** entregue à Mesa pelo seu representante nesta Assembleia, procurador Sr. **Roberto Estefano.** - Procuração de Voto das acionistas **Maria Aparecida Calderan Estefano,** entregue à Mesa pelo seu representante nesta Assembleia, procurador Sr. **Eduardo Estefano Filho.** - Procuração de Voto dos acionistas **Sueli Vizintas Estefano, Renato Vizintas Estefano, Juliana Vizintas Estefano e Sérgio Vizintas Estefano, Melcon Astwarzaturian Filho, Lucas Quintas C. de Moreira, Luiz Felipe Bravo Caldeira, Camila Bravo Caldeira, Ernesto Ike Rahmani, Mauricio Rahmani, Ike Rahmani, Tatica Research Fundo de Investimento em Ações, Tatica Esportes Fundo de Investimento Financeiro, VCapital Clube de Investimentos - I, BRZ Small Cap Fi De Ações, Ricardo Propheta Marques, Maria Cristina Coelho Quintas de Campos Moreira, Daycoval D551 Fundo de Investimento Financeiro,** entregues à Mesa pelo seu representante nesta Assembleia, procurador Sr. **Manuel Roberto Bravo Caldeira.** - Procuração dos acionistas **Terence Michael Pih,** entregues à Mesa pelo seu representante nesta Assembleia, procurador Sr. **Roberto Massayuki Hara. -** Declaração de desimpedimento dos Conselheiros Fiscais eleitos. **X - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a assembleia para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os acionistas presentes, por mim, Secretário, e pelo Senhor Presidente. A.A. Mara Eliana Carletti Estefano, representada por procuração pelo Sr. Roberto Estefano; Maria Aparecida Calderan Estefano, representada por procuração pelo Sr. Eduardo Estefano Filho; Eduardo Estefano Filho; Sr. Manuel Roberto Bravo Caldeira; Sueli Vizintas Estefano, Renato Vizintas Estefano, Juliana Vizintas Estefano e Sérgio Vizintas Estefano, Melcon Astwarzaturian Filho, Lucas Quintas C. de Moreira, Luiz Felipe Bravo Caldeira, Camila Bravo Caldeira, Ernesto Ike Rahmani, Mauricio Rahmani, Ike Rahmani, Tatica Research Fundo de Investimento em Ações, Tatica Esportes Fundo de Investimento Financeiro, VCapital Clube de Investimentos - I, BRZ Small Cap Fi De Ações, Ricardo Propheta Marques, Maria Cristina Coelho Quintas De Campos Moreira, Daycoval D551 Fundo De Investimento Financeiro, todos representados por procuração pelo Sr. Manuel Roberto Bravo Caldeira; Terence Michael Pih, representada por procuração pelo Sr. Roberto Massayuki Hara. A presente é cópia fiel extraída do livro de Atas da Cambuci S.A. - a.a. **Roberto Estefano -** Presidente da Mesa; **Daniela Coutinho de Castro -** Secretária. São Paulo, 04/04/2024. **Roberto Estefano -** Presidente; **Daniela Coutinho de Castro -** Secretária - OAB/SP 151.840. **JUCESP** nº 150.776/24-0 em 11/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

O **Sindicato do Comércio Atacadista de Papel, Papelão, Artigos de Escritório e de Papelaria do Estado de São Paulo - SINAPEL**, CNPJ. 62.660.410/0001-16, neste ato representada pelo Presidente, nos termos do art. 15, "III" do estatuto social, convoca os Associados para se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária, no dia 25 de abril de 2024, às 10:30 hs, em primeira convocação, e às 11h00h, em segunda convocação**, de forma eletrônica, por meio de videoconferência na plataforma Zoom, o link será encaminhado por meio eletrônico, 24hs antes da reunião, para exame e discussão das contas e do balanço patrimonial do exercício de 2023, com o parecer do Conselho Fiscal. São Paulo, 16 de abril de 2024. **Vicente Amato Sobrinho – Presidente**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto na Penitenciária Feminina "Sandra Aparecida Lario Vianna" de Pirajuí, Pregão Eletrônico n.º 90002/2024, Processo SEI nº 006.00126377/2024-12 (20240367456), destinado à aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis, com entrega parcelada, para o período de maio a agosto de 2024, do tipo menor preço. A realização da sessão será no dia 30/04/2024, às 09h00, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Penitenciária Feminina "Sandra Aparecida Lário Vianna" de Pirajuí, através do telefone: (14) 3584-8200: ramal 1 ou email: financaspfpiraju@gmail.com

---

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Comunicamos que se acha aberta nesta Secretaria da Fazenda e Planejamento, sita na Rua Tiradentes, nº 840, Vila Mendonça, Araçatuba - SP, licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO NC nº 01/2024, do tipo MENOR PREÇO, para a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA REFORMA DO TELHADO DO PRÉDIO DA SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DE ARAÇATUBA, cuja abertura está marcada para o dia 22/04/2024, às 09h00. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br) - Id contratação PNCP: 46377222000129-1-000008/2024 e no site Compras.gov.br (serpro.gov.br).

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 0470/2024-00 – "SOLUÇÃO TECNOLOGICA (SOFTWARE) PARA PLATAFORMA MULTICANAL"

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 0175/2024-00 (RC 2.293) COMERCIAL 3 ALBE LTDA, 74.400.052/0001-91
FFM 0097/2024-00 (RC 39.561) INOVA PHARMA SOLUÇÕES FARMACEUTICAS LTDA, 29.154.914/0001-99
FFM 0026/2024-00 (RC 39.704) HS LOCDORA DE VEICULOS LTDA, 10.606.395/0001-24

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Na publicação do Estado de São Paulo de 13 de abril de 2024, Economia e Negócios, página B9, onde se lê: "FFM 0331/2024-00 (PI 20240045) HAMISHIM TRADING INC. / INDIA, REPRESENTADA PELA EMPRESA HEALTH RESOURCES COM. IMP. EXP. E SERV. LTDA, 28.643.200/0001-81", leia-se: "FFM 0331/2024-00 (PI 20240045) HAMISHIM TRADING INC. / BRITISH VIRGIN ISLANDS, REPRESENTADA PELA EMPRESA HEALTH RESOURCES COM. IMP. EXP. E SERV. LTDA, 28.643.200/0001-81".

REVOGAÇÃO

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, comunica a **REVOGAÇÃO** dos PROCESSO DE COMPRA REGULAMENTO FFM: **FFM 0234/2024-00** – "ACELERADOR LINEAR", em virtude de ajustes no memorial descritivo e Edital.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1003725- 9.2022.8.26.0072.** Classe: Assunto: **Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito.** Requerente: **Banco Bradesco S.A.** Requerido: **Garcia e Souza Comercio de Piscinas Ltda (Solário Piscinas) EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1003725-89.2022.8.26.0072.** O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara, do Foro de Bebedouro, Estado de São Paulo, Dr. Luiz Fernando Silva Oliveira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a ré **GARCIA E SOUZA COMERCIO DE PISCINAS LTDA (SOLÁRIO PISCINAS)**, CNPJ 35184210000161, que lhe foi proposta uma Ação de Cobrança por parte de BANCO BRADESCO S.A., alegando em síntese: "O réu utilizou-se do(s) cartão(ões) de crédito(s)/compra(s), pelo(s) qual(is) comprometeu-se a, mensalmente a saldar as respectivas faturas nas datas de sua escolha: seja pela integralidade, seja pelo pagamento parcelado, o que melhor lhe conviesse. Não obstante às operações efetivadas pelo demandado e devidamente autorizadas pelo demandante, nos termos do regulamento do produto, deixou àquele de quitar as faturas nos respectivos vencimentos. Com base nas informações extraídas do extrato em questão (e eventualmente finalizado pelo relatório de aceleração) – os quais instruem o presente feito - denota-se que, somados e atualizados, os lançamentos das faturas indicam como devida a importância citada (o)(s) qual(is) totaliza(m) a importância atualizada de R$ 71.945,72 – para o(s) cartão(ões) (em cada cartão, se mais de 01). O quadro resumo infra demonstra com detalhes o(s) cartão(ões) devidamente totalizado com o título Somatória:- A Somatória do(s) Valor(es) citada no rodapé do quadro supra apresentado foi Atualizado(s), desde a(s) Data(s) da(s) Última(s) Fatura(s) (data da fatura ou do relatório de aceleração) até a data desta inicial. Cabendo ressaltar ainda, que o eventual relatório de aceleração, citado anteriormente (quando houver), nada mais é, do que o demonstrativo das parcelas vincendas, as quais são depreciadas a valor presente, desde a data do vencimento de cada parcela até a data desta inicial, expurgando-se assim, todos os eventuais juros de parcelamento (como exemplo – o Cartão BNDES). Nas faturas apresentadas demonstram-se, todas as compras (e/ou saques em dinheiro, se houveram), incluindo-se a multa, e a respectiva atualização, e em benefício do cliente, a partir da data da última fatura até a data da inicial, infra citada, houve apenas a incidência da atualização pelo INPC, ao qual foram acrescidos de juros de apenas 1% ao mês, desde a data desta(s) última(s) fatura(s)/relatório(s) de aceleração(ões), como citado supra, em detrimento do demandante, da taxa média do Banco Central para o produto de cartões. Diante da situação de inadimplência, adotou-se a conduta de contatá-lo, a fim de pudesse liquidar o débito sem a necessidade de intervenção judicial, pela via consensual, seja pelo executivo da agência (quando correntista), seja por uma assessoria de cobrança amigável, seja ainda em última instância, por este Escritório e também Patrono desta Causa. Ocorre que, mantida a situação de inadimplemento, em que pese os esforços da demandante, não restou outra alternativa senão a submeter a lide ao crivo do Poder Judiciário. Em que pese o ajuizamento, o requerente disponibiliza ainda, para uma composição a qualquer tempo, com a nossa melhor equipe de Executivos de Contas, os telefones no tronco do rodapé, ou ainda, a CENTRAL DE ATENDIMENTO NACIONAL com o n.º 4007-2367. Nesta oportunidade poderá ser concedido um desconto especial para pagamento a vista, ou ainda, um desconto considerável e conjugado com parcelamento. Por fim, pretende a autora qua presente ação seja julgada TOTALMENTE PROCEDENTE, para declarar rescindido o contrato de empréstimo pactuado, pelo inadimplemento do demandado, bem como condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 71.945,72 (atualizado até o dia da data desta inicial – infra citada), nos termos da planilha de demonstrativo de débito juntada nos autos, reconhecendo-se a aplicação de multa de dois por cento (2%) já aplicada nos extratos, juros de um por cento (1%) ao mês e correção monetária, segundo índices oficiais (INPC)." Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Bebedouro, aos 15 de setembro de 2023.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/ME nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000

Ata da Reunião do Conselho de Administração - Realizada em 04 de Abril de 2024

No dia 04/04/2024, às 10h, na sede, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa: Presidente:** Wolfgang Stephan Schwerdtle; **Secretária:** Jéssica Caroline da Silva Angeiras. **Deliberações Unânimes:** Aprovar a prestação da Fiança, pela Companhia, pela qual a Companhia se obrigará, na melhor forma de direito, como devedora solidária e principal pagadora, pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas **(i)** as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) das Debêntures, da Remuneração (conforme abaixo definida), do valor do Resgate Antecipado Facultativo, dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e dos demais encargos, relativos às Debêntures e às Garantias (conforme abaixo definidas), quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme vier a ser previsto na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia; **(ii)** as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos das Debêntures e das Garantias, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao banco liquidante e escriturador ("Banco Liquidante" e "Escriturador", respectivamente), à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento Balcão B3 ("B3"), ao Agente Fiduciário, incluindo mas não se limitando a remuneração deste, e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão; e **(iii)** as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais Garantias, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável ("Obrigações Garantidas"). A Companhia, ainda, renunciará expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme em vigor, e artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme em vigor. Os demais termos e condições da Fiança encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão; Aprovar as principais características e condições das Debêntures, as quais serão detalhadas na Escritura de Emissão, conforme descritas a seguir: **(i)** Destinação dos Recursos: os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão, serão integralmente utilizados pela Emissora para **(a)** resgate antecipado facultativo total da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora, nos termos da Escritura de Emissão; e **(b)** o montante excedente, caso houver, gestão de passivos da Emissora. **(ii)** Número da Emissão: a Emissão constituirá a 3ª emissão de debêntures da Emissora; **(iii)** Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R$173.250.000,00 na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"); **(iv)** Quantidade de Debêntures: serão emitidas 173.250 Debêntures; **(v)** Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; **(vi)** Data de Emissão: para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será a data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(vii)** Prazo e Data de Vencimento: as Debêntures terão prazo de 5 anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; **(viii)** Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(ix)** Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, observado o disposto no item (x) abaixo; **(x)** Convolação em Debêntures da Espécie com Garantia Real: uma vez efetivada a constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definidas), as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, e passarão a ser da espécie com garantia real, mediante a celebração de aditamento à Escritura de Emissão apenas para fins formais, de forma indicar a convolação da espécie das Debêntures de "quirografária, com garantia adicional fidejussória" para "com garantia real,". Fica, desde já, estabelecido que não será necessária a realização de qualquer ato societário adicional da Companhia, da Emissora ou de assembleia geral de Debenturistas para aprovação do referido aditamento; **(xi)** Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. **(xii)** Remuneração das Debêntures: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumuladas das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,54% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; **(xiii)** Pagamento da Remuneração das Debêntures: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente, todo dia 12 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de julho de 2024 e o último na Data de Vencimento, conforme será previsto na Escritura de Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração"); **(xiv)** Amortização do Valor Nominal Unitário: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo de Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será amortizado em 16 parcelas trimestrais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento em 12 de julho de 2025 e o último na Data de Vencimento, conforme tabela a ser descrita na Escritura de Emissão ("Datas de Pagamento do Valor Nominal Unitário"); **(xv)** Resgate Antecipado Facultativo: a Emissora poderá, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; **(ii)** dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e **(iii)** do prêmio, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso conforme tabela indicada na Escritura de Emissão ("Prêmio"). Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão. **(xvi)** Oferta de Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo" ou "Oferta de Resgate Antecipado"). Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão; **(xvii)** Amortização Extraordinária Facultativa: a Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, e a seu exclusivo critério, promover a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, até o limite de 98% do saldo do Valor Nominal Unitário ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento da: **(a)** parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser paga extraordinariamente, acrescida da **(b)** Remuneração, calculada sobre o Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada extraordinariamente, *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e acrescido **(c)** do Prêmio, conforme tabela indicada na Escritura de Emissão. Os demais termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão; **(xviii)** Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29/03/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 77") demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora (conforme definido na Escritura de Emissão). As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos previstos na Escritura de Emissão poderão, a exclusivo critério da Emissora **(a)** ser canceladas; **(b)** permanecer na tesouraria da Emissora; ou **(c)** ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures. **(xix)** Encargos Moratórios: em caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida sob as Debêntures, além da Remuneração, os débitos em atraso, devidamente atualizados, ficarão sujeitos **(a)** à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% sobre o valor devido e não pago até a data do efetivo pagamento; e **(b)** aos juros de mora não compensatórios calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); **(xx)** Garantias Reais: em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, as Debêntures contarão com a **(a)** de alienação fiduciária, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a ser realizada nos termos do artigo 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada, e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14/07/1965, conforme alterada, de 74.936.092 quotas de emissão da IPE ("Quotas Alienadas") representativas de 83,33% do capital social da IPE e de titularidade da Emissora e da Companhia, sendo **(i)** 1 (uma) quota de titularidade da Companhia; e **(ii)** 74.936.091 quotas de titularidade da Emissora, assim como todos os direitos políticos das Quotas Alienadas e os direitos econômicos das Quotas Alienadas, bem como quaisquer ativos ou direitos nos quais as Quotas Alienadas sejam ou venham a ser convertidas a qualquer momento ("Alienação Fiduciária"). Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária seguem descritos no Contrato de Alienação Fiduciária; e **(b)** cessão fiduciária, pela IPE, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, da de determinados direitos creditórios de titularidade da IPE, a serem identificados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, os quais deverão, obrigatoriamente, ser depositados e transitar na conta vinculada, de movimentação restrita de titularidade da Emissora no Banco Administrador ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária denominadas de "Garantias Reais"). Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios encontrar-se-ão expressamente previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; **(xxi)** Vencimento Antecipado: as Debêntures estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado automático, bem como a hipóteses de vencimento antecipado mediante declaração do Agente Fiduciário, conforme deliberação da assembleia geral de Debenturistas, observadas as hipóteses a serem descritas na Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário deverá, nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios; e **(xxii)** Demais Características: as demais características da Emissão serão aquelas a serem especificadas na Escritura de Emissão. Aprovar a constituição, pela IPE, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, após a quitação integral das Debêntures da Primeira Emissão. Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária de Recebíveis encontrar-se-ão descritos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis. Aprovar a constituição, pela Companhia e pela Emissora, da Alienação Fiduciária, após a quitação integral das Debêntures da Primeira Emissão, bem como a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária. Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária seguem descritos no Contrato de Alienação Fiduciária. Autorizar a diretoria da Companhia para adotar todas as medidas necessárias para a efetivação das matérias acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração de todos os documentos, tais como a Escritura de Emissão, a ser celebrada entre a Emissora, a Companhia e Agente Fiduciário, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, o Contrato de Alienação Fiduciária e praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima, inclusive mediante a constituição de mandatários para tanto; e Ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela administração da Companhia relacionados às matérias acima. **Encerramento:** Nada mais. **Mesa:** Wolfgang Stephan Schwerdtle, Presidente; e Jéssica Caroline da Silva Angeiras, Secretária. São Paulo, 04/04/2024. Mesa: **Jéssica Caroline da Silva Angeiras - Secretária. JUCESP** nº 142.629/24-8 em 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Inteligência artificial **Outro sotaque**

Startup francesa é a esperança da Europa na corrida pela IA

A Mistral recebe apoio de líderes europeus, entre eles o presidente da França, para competir com gigantes como a OpenAI e o Google

NOVA YORK

Arthur Mensch chegou para uma palestra no mês passado em um centro tecnológico em Paris usando jeans e carregando um capacete de bicicleta. Ele tinha uma aparência despretensiosa para uma pessoa que é a esperança da Europa para contrabalançar o domínio dos EUA e da China no campo da inteligência artificial (IA).

Poderio
Enquanto a OpenAI levantou US$ 13 bilhões, até o momento a Mistral arrecadou US$ 540 milhões

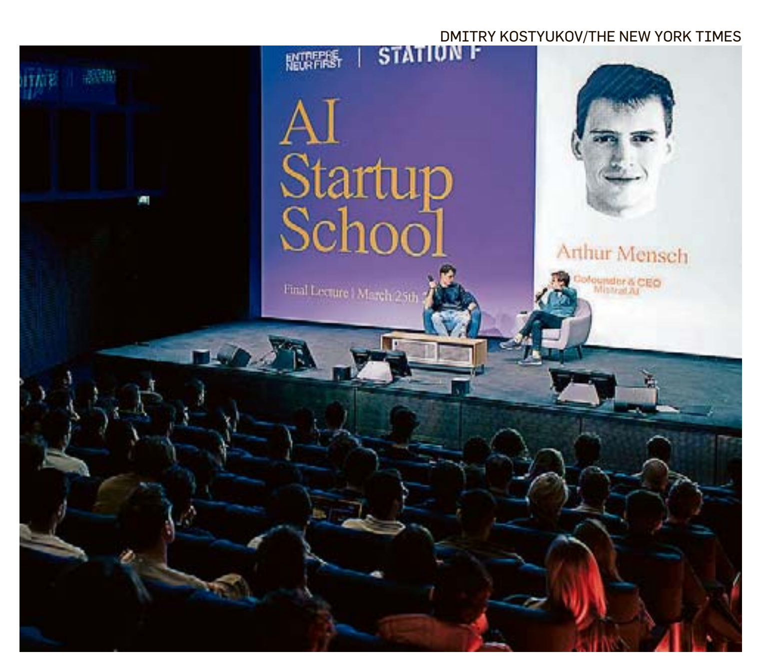
Mensch é o executivo-chefe e fundador da Mistral, considerada por muitos como uma das mais promissoras concorrentes da OpenAI, dona do ChatGPT, e do Google.

Muitos interesses europeus dependem de Mensch, cuja empresa ganhou destaque apenas um ano depois que ele a fundou em Paris com dois amigos de faculdade. Enquanto a Europa se esforça para se firmar na revolução da IA, o governo francês destacou a Mistral como sua maior esperança na área – e fez lobby com os legisladores da União Europeia para garantir o sucesso da empresa.

A IA será incorporada rapidamente à economia global na próxima década, e legisladores e líderes empresariais da Europa temem que o crescimento e a competitividade sejam prejudicados se a região não acompanhar esse ritmo. Por trás das preocupações, está a convicção de que a IA não deve ser dominada por gigantes da tecnologia, como a Microsoft e o Google, que podem determinar padrões globais em desacordo com a cultura e a política de outros países.

"O problema de não haver representante europeu é que o roteiro da IA é definido pelos EUA", diz Mensch, que há apenas 18 meses trabalhava como engenheiro no laboratório DeepMind do Google em Paris, criando modelos de IA.

DMITRY KOSTYUKOV/THE NEW YORK TIMES



Fundador da startup, Mensch diz que quer criar um 'campeão europeu'

Seus sócios na Mistral, Timothée Lacroix e Guillaume Lample, também na faixa dos 30 anos, ocupavam cargos semelhantes na Meta.

Em uma entrevista, Mensch disse que "não era seguro confiar" nos gigantes da tecnologia dos EUA para estabelecer regras básicas para uma nova e poderosa tecnologia que afetaria milhões de vidas. "Não podemos ter uma dependência estratégica", disse ele. "É por isso que queremos criar um campeão europeu."

VENTO FORTE. A tecnologia de IA generativa da Mistral surpreendeu ao criar um modelo que rivaliza com a tecnologia desenvolvida pela OpenAI. Batizada com o nome de um vento forte na França, a Mistral ganhou terreno rapidamente ao desenvolver uma ferramenta de aprendizado de máquina mais flexível e econômica. Algumas grandes empresas europeias estão começando a usar sua tecnologia, incluindo a Renault e o BNP Paribas.

O governo francês está dando apoio total à Mistral. O presidente Emmanuel Macron chamou a empresa de um exemplo de "gênio francês". O apoio do governo francês é um sinal da crescente importância da IA. Os EUA, a França, o Reino Unido, a China e muitos outros países estão tentando fortalecer suas capacidades domésticas, dando início a uma corrida armamentista tecnológica que está influenciando o comércio e a política externa, bem como as cadeias de suprimentos globais.

Apesar das esperanças depositadas na empresa francesa, muitos questionam se a Mistral conseguirá acompanhar os grandes concorrentes americanos e chineses e desenvolver um modelo de negócio sustentável. Além dos consideráveis desafios tecnológicos de criar uma empresa de IA bem-sucedida, o poder de computação necessário é incrivelmente caro. Enquanto a OpenAI levantou US$ 13 bilhões (R$ 69 bilhões), até o momento a Mistral arrecadou o equivalente a US$ 540 milhões (R$ 2,8 bilhões). ● NYT

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

Internet **Mau sinal**

57% dos brasileiros acessam redes de má qualidade, diz estudo

BRUNA ARIMATHEA

Um novo estudo sobre conectividade no Brasil revelou que cerca de 57% dos brasileiros que têm acesso a uma rede usam internet de baixa qualidade. A pesquisa, divulgada ontem, foi realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

De acordo com o estudo, chamado "Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil", embora 84% da população tenha internet em casa ou em algum dispositivo móvel e acesse a web pelo menos uma vez ao dia, uma pequena parcela dispõe de internet considerada satisfatória – que atenda a critérios como velocidade similar à do 4G, dispositivo inteligente e conexão estável.

Diferença regional
No Nordeste, apenas 10% das pessoas têm internet considerada satisfatória; no Sudeste, índice é de 31%

O estudo considerou uma escala de 0 a 9: quanto maior o número, melhor a qualidade da conexão. Nessa relação, cerca de 57% da população se encontra na faixa mais baixa da pesquisa, com pior qualidade de rede. Aproximadamente 20% estão na faixa intermediária e apenas 22% se encontram na parcela considerada adequada.

"A complexidade do cenário atual, marcado por rápidos avanços tecnológicos, tem exigido um alargamento da compreensão sobre inclusão digital. Considerar o nível de conectividade de um país pela quantidade de usuários de internet entre seus habitantes não é mais suficiente. Os debates mais recentes no Brasil e no exterior enfatizam a necessidade de pensar na conectividade de maneira abrangente", destaca Alexandre Barbosa, gerente do Cetic.br/NIC.br.

REGIÕES. No Sudeste, 31% das pessoas têm acesso a conexões consideradas satisfatórias, enquanto no Nordeste o índice é de apenas 10%. O Sul do País fica com 27% da população nessa faixa, enquanto no Norte apenas 11% acessam uma rede estável. ●

Celulares **Vendas no 1º trimestre**

Samsung supera Apple e reconquista liderança

A Samsung recuperou o posto de maior vendedora de celulares do mundo, superando a rival Apple. A fabricante do iPhone havia ocupado o primeiro lugar no consolidado de 2023, desbancando a Samsung pela primeira vez em uma década, mas já perdeu novamente o posto para a sul-coreana.

Segundo a consultoria IDC, no primeiro trimestre de 2024 a Samsung vendeu 60,1 milhões de celulares em todo o mundo, o que representou 20,8% da participação de mercado. Já a Apple vendeu 50,1 milhões de aparelhos (17,3% do mercado). Embora ambas as empresas tenham tido uma queda nas vendas em relação ao primeiro trimestre de 2023, a da Apple foi muito mais acentuada: -9,6%, ante -0,7% da sul-coreana.

Na sequência, vêm as chinesas Xiaomi (em terceiro lugar, com 40,8 milhões de unidades), Transsion (em quarto, com 28,5 milhões) e Oppo (em quinto, com 25,2 milhões).

Apesar da queda nas vendas das líderes, houve aumento de 7,8% nas vendas de smartphones em todo o mundo em relação ao mesmo período do ano passado, marcando um terceiro trimestre consecutivo de crescimento.

Segundo a IDC, houve crescimento nos preços médios de venda em função da preferência por modelos mais caros e mais duradouros. Juntamente com outros dados, isso indicaria um fortalecimento do mercado de smartphones. ● HENRIQUE SAMPAIO

EXCEPCIONALMENTE FELIPE MATOS NÃO ESCREVE HOJE

C6 E C7 **A fundo**

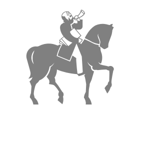


Retirada de dióxido de carbono da atmosfera começa a ser testada



QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2024 **O ESTADO DE S. PAULO**

C2



CLEMENT PASCAL/THE NEW YORK TIMES



Literatura *Não ficção*

Salman Rushdie narra encontro com a morte em 'Faca'

Autor relembra ataque sofrido em 2022 e diz que não poderia seguir escrevendo antes de tratar do tema

SARAH LYALL
THE NEW YORK TIMES

O novo livro de Salman Rushdie, *Faca*, é um relato angustiante de seu encontro com a morte, lançado quase dois anos após o ataque com faca que quase o matou. E também um lembrete de quão gravemente ele foi ferido. Também é uma história de amor comovente, que atribui grande parte de sua recuperação ao apoio de sua esposa, a poetisa Rachel Eliza Griffiths.

"Eu queria escrever um livro que fosse sobre amor e ódio – um superando o outro," diz Rushdie durante a conversa em Manhattan. Ele ainda está lidando com as repercussões físicas do ataque. Um lado de sua boca puxa um pouco quando ele fala; sua mão esquerda se recuperou apenas parcialmente; está cego do olho direito. Mas a voz recuperou seu timbre rico e ar de humor rápido. Seu trejeito é relaxado e sua mente, ágil, como sempre.

METÁFORA. Embora tenha considerado chamar seu novo livro de *Uma Faca no Olho,* ele decidiu por um título de uma única palavra, afiado como o objeto em si. *Faca* pode significar muitas coisas, ele escreve. É uma arma, é claro, e um dispositivo artístico em livros, filmes e pinturas. No livro de Rushdie, é uma metáfora para compreensão.

"A linguagem pode ser esse tipo de faca, que corta até a verdade. Eu queria usar o poder da literatura – não apenas na minha escrita, mas na literatura em geral, para responder a esse ataque." Ele veio aparentemente do nada. Em 12 de agosto de 2022, Rushdie estava na Chautauqua Institution, de Nova York, quando um homem correu para o palco, brandindo uma faca. (O homem era Hadi Matar, que se disse inocente e aguarda julgamento.) A lâmina atingiu Rushdie dez vezes.

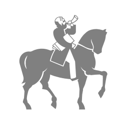
Ele se lembra de ter pensado duas coisas ao ver o agressor avançando. Como escreveu, a primeira foi que a morte finalmente havia chegado para ele: "Então é você. Aqui você está". A segunda foi a incredulidade quanto a isso estar acontecendo tão tarde, mais de três décadas depois de o aiatolá Ruhollah Khomeini, do Irã, emitir uma fatwa pedindo a sua morte por causa do romance *Os Versos Satânicos*. "De verdade?" ele pensou. "Por que agora, depois de todos esses anos?"

"A gravidade de seus ferimentos era simplesmente insana, como algo de um filme de terror", diz Andrew Wylie, que representa o autor há décadas. Rushdie permaneceu no hospital por quase dois meses. Mesmo depois de voltar para casa, ele teve sonhos vívidos e horríveis – sobre o cegamento do Duque de Gloucester em *Rei Lear,* sobre a sequência de abertura do filme *Um Cão Andaluz*, de Luis Buñuel, no qual uma nuvem que passa diante da Lua se torna uma lâmina de barbear cortando um olho.

Rushdie estava brincando com a ideia de um romance antes do ataque. "Mas, quando senti que a energia estava começando a fluir novamente, fui ver, abri o arquivo que tinha, e pareceu ridículo. Ficou claro para mim que, até que eu lidasse com isso, não seria capaz de escrever mais nada." ●

LEIA A CONTINUAÇÃO DA ENTREVISTA COM SALMAN RUSHDIE NA PÁGINA C3

Atentado causou a perda da visão do olho direito e problemas na mão esquerda



Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

O filho do Chaves

Filho de Bolaños diz que fãs brasileiros superam mexicanos

FELIPE PIACENTE DE OLIVEIRA/MIS



'Chaves, A Exposição' foi prorrogada e vai ficar em cartaz no MIS até o dia 5 de junho

Um dos personagens mais queridos da TV no Brasil, Chaves já levou mais de 200 mil pessoas para *Chaves, A Exposição*, em cartaz no MIS Experience. A popularidade do seriado mexicano é tanta no País, que impressiona até o filho de Roberto Bolaños – criador e protagonista de Chaves. "Acho que o nível de fanatismo no Brasil supera o do México. E deve-se notar que isso acontece sem realmente ouvir os atores na sua língua original", diz Roberto Gómez Fernández, que veio a São Paulo ver a mostra – prorrogada até 5 de junho. Leia abaixo a entrevista com Fernández:

A que você atribui o sucesso de Chaves no Brasil?
Em princípio, pelas mesmas razões do seu sucesso em toda a América Latina. É uma ótima comédia que conecta em um nível emocional. O público não só gosta dele, mas também tem muito carinho por ele. No Brasil, especificamente, encontramos uma grande semelhança com a idiossincrasia do povo mexicano. No bairro Chavo existem muitas circunstâncias e personagens que se enquadram perfeitamente nos dois países.

Seu pai sabia o quanto era querido no Brasil?
Ele sabia disso, mas meu pai teve poucas oportunidades de sentir isso de perto. Acho que se ele estivesse vivo agora, com o nível de comunicação que existe, ficaria surpreso com o nível de significância que o seu trabalho tem.

> *"Meu pai teve poucas oportunidades de sentir isso de perto. Acho que se ele estivesse vivo agora, com o nível de comunicação que existe, ficaria surpreso com o nível de significância que o seu trabalho tem"*

Nota diferença entre os fãs do Brasil e do México?
Sim. Nos dois países é muito forte, mas as grandes manifestações de carinho que são sentidas no Brasil não são vistas com tanta frequência no México. Acho que o nível de fanatismo no Brasil supera o do México. E deve-se notar que isso acontece sem realmente ouvir os atores na sua língua original.

Qual foi a sua reação quando viu a exposição?
Uma emoção enorme. A forma como a exposição está montada é simplesmente sensacional. É uma jornada maravilhosa pela vida e obra de meu pai. É uma rota que tem recebido importância mundial. E o meticuloso processo de pesquisa, além do talento e criatividade na montagem deram um resultado incomparável. ● MARCELA PAES

Samba

Teresa Cristina abriu fórum afro da ONU

THALLES GARBIN

Teresa Cristina cantou na abertura do Fórum Permanente de Pessoas Afrodescendentes da Organização das Nações Unidas em Genebra, ontem. "Eu me esforcei muito e não foi fácil chegar até aqui", disse a cantora que tem 25 anos de carreira.

DENISE ANDRADE











1. O curador Paulo Miyada, Ricardo e Rodrigo Ohtake na inauguração da exposição 'Tomie Ohtake Infravermelho'. 2. Ana Carolina Ralston, 3. Miguel Chaia, 4. Alexandre Roesler e 5. Camila Bechelany estiveram na Galeria Nara Roesler, no dia 13.

Literatura **Não ficção**

‘Sou apenas alguém tentando ser um escritor’, diz Rushdie

Continuação da página C1

Faca é um livro visceral e íntimo. Contém um longo trecho no qual Salman Rushdie imagina interrogar seu agressor, mas ele nunca o menciona pelo nome. “Meu Agressor, meu suposto Assassino, o homem Asinino que fez Suposições sobre mim, e com quem eu tive uma Assunção quase letal”, escreve.

O que ele sente agora não é exatamente raiva. “Obviamente, não estou particularmente satisfeito com ele. E, se eu desse alguma atenção a isso, provavelmente estaria com raiva. Mas onde isso te leva? A lugar nenhum. E também se torna uma maneira de ser capturado pelo que aconteceu, sabe?”

Seu terapeuta o ajudou, conta ele, assim como uma firmeza natural. “Às vezes, você não sabe o quão resiliente é até que a pergunta seja feita, até que você seja obrigado a enfrentar coisas muito difíceis.”

Rushdie é próximo de seus dois filhos, Milan e Zafar. A forma amorosa como ele fala sobre sua mulher reflete uma satisfação tardia na vida após uma vida amorosa colorida com quatro esposas anteriores, incluindo a romancista Marianne Wiggins e a chef-celebridade Padma Lakshmi. Quando sua família conheceu Griffiths, ele lembra, “todos disseram ‘Finalmente’”.



Faca
Salman Rushdie
Companhia das Letras
232 págs., R$ 69,90
R$ 29,90 o e-book

Rushdie diz que quer ser considerado principalmente como um romancista. Mas sempre sentiu – mesmo antes da fatwa – uma obrigação de se envolver em questões públicas. Por anos, ele serviu como presidente da PEN America, na vanguarda de suas lutas em prol da liberdade de expressão.

Ao apresentar um prêmio a Rushdie no ano passado, o então presidente da PEN America, dramaturgo e romancista Ayad Akhtar, disse que o grupo o estava homenageando “por causa do que ele representou e continua representando, e pelo que essa organização é fundamentalmente: liberdade”. Akhtar continuou: “Ele ampliou as capacidades imaginativas do mundo, e a um grande custo para si mesmo”.

Mas Rushdie não se vê como símbolo. “Nunca me senti simbólico. Eu me senti, sabe, apenas estou aqui.” Ele ri. “Eu sou apenas Ken.” (Foi uma alusão à canção de destaque de Ryan Gosling no Oscar, na noite anterior à entrevista.) “Eu sou apenas eu. Sou apenas alguém que está tentando ser um escritor, tentando fazer o seu melhor. E isso é tudo que eu sempre quis ser.”

Em junho, Rushdie completará 77 anos, a idade que seu pai tinha quando morreu, um momento emocionante na vida de qualquer pessoa. No caso dele, amplificado por sua experiência recente.

No entanto, ele não tem medo. “Você já viu o musical *Spamalot*?” ele pergunta. “Há uma carroça de vítimas da peste sendo levada pelo palco. E, quando chegam ao meio do palco, todos pulam da carroça e cantam essa música, *He Is Not Dead Yet* (Ele ainda não está morto, em tradução livre). Ou você sucumbe ao medo da morte, ou não”, conclui. ● SARAH LYALL

CONTEÚDO TRADUZIDO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO PELA EQUIPE EDITORIAL

Lançamentos



Obras que chegam às livrarias até o fim do mês



● **Os Grandes Carnívoros**
Adriana Lisboa retorna com um romance sobre Adelaide, ativista dos direitos dos animais que fica presa por três anos nos EUA após se envolver em uma ação que culminou em um incêndio em um laboratório de pesquisas e decide voltar ao Brasil. (Editora Alfaguara, 176 págs.; R$ 72,01; e-book: R$ 39,90)

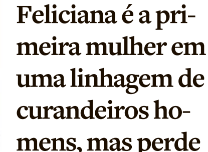


● **Deus na Escuridão**
O novo livro de Valter Hugo Mãe é um romance delicado sobre o amor entre irmãos. Felicíssimo e Pouquinho vivem em uma pequena comunidade na Ilha da Madeira, onde o primeiro é encarregado, desde criança, de cuidar do irmão, que nasceu com uma condição física incomum. (Biblioteca Azul, 240 págs.; R$ 69,90; e-book: R$ 49,90)



● **Como o Mundo Funciona**
Neste livro, que foi recomendado pelo criador da Microsoft, Bill Gates, o cientista renomado Vaclav Smil faz uma análise sobre como a ciência e as tecnologias são essenciais para a vida no século 21, mas também representam grandes perigos para a sociedade em vários aspectos, da dependência dos combustíveis fósseis aos riscos ao meio ambiente. (Intrínseca, 400 págs.; R$ 65,73; e-book: R$ 42,21)

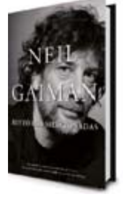




● **Bruxas**
Feliciana é a primeira mulher em uma linhagem de curandeiros homens, mas perde seus poderes com a morte repentina de sua mentora, Paloma. O caso chama a atenção da jornalista Zoé, que decide então investigar a morte e entrevistar Feliciana para uma reportagem. *Bruxas*, livro da mexicana Brenda Lozano, explora a ligação de duas mulheres cujas vidas não poderiam ser mais diferentes, mas que, no convívio, encontram mais semelhanças do que imaginavam. (Companhia das Letras, 224 págs.; R$ 69,27; e-book: R$ 39,90)



● **Puro**
Ambientado em um vilarejo de Minas Gerais na década de 1930, o novo romance da escritora Nara Vidal, vencedora do Prêmio Oceanos, explora o movimento eugenista brasileiro a partir da vida de Lázaro, um jovem de quinze anos que vive em um casarão com três senhoras que o adotaram quando era um bebê abandonado. (Todavia, 96 págs.; R$ 44,92; e-book: R$ 38,90)



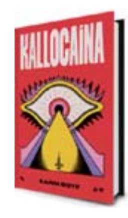
● **Neil Gaiman: Histórias Selecionadas**
Esta coletânea reúne 52 textos de Neil Gaiman, autor de *Sandman*, que recentemente foi adaptado em série da Netflix. Os textos foram escolhidos por seus próprios leitores em uma votação virtual realizada por sua editora. São histórias que passeiam por temas caros ao escritor, como terror, humor, romance, fantasia e mistério – algumas delas permaneciam inéditas em português e outras já integraram antologias ou livros como *Deuses Americanos* e *Os Filhos de Anansi*. (Intrínseca, 656 págs.; R$ 108,17; e-book: R$ 76,41)



● **Mar Aberto**
Vencedor dos prêmios Costa e British Book, o livro de estreia de Caleb Azumah Nelson, britânico filho de imigrantes ganeses, segue dois artistas negros – um fotógrafo e uma dançarina – que se conhecem em um pub e se apaixonam. (Morro Branco, 208 págs.; R$ 45,82; e-book: R$ 41,90)



● **A Lanterna das Memórias Perdidas**
O livro de Sanaka Hiiragi se passa em um estúdio fotográfico que é, na verdade, um ponto de transição entre vida e morte. Os visitantes recebem fotos de cada dia de sua vida e podem selecionar uma para revisitar aquela lembrança (Bertrand Brasil, 192 págs.; R$ 39,90; e-book: R$ 27,93)



● **Kallocaína**
Um dos clássicos da ficção científica, a distopia da autora sueca Karin Boye chega ao País em nova edição pela Aleph, com versões em brochura e capa dura. Na trama, um cientista de um hipotético Estado totalitário desenvolve uma droga que força quem a toma a revelar pensamentos e vontades inconscientes. (Aleph, 264 págs.; R$ 47,92 (capa comum) | R$ 68,77 (cara dura); e-book: R$ 27,90)



Horóscopo Quiroga

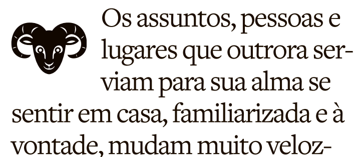
oscar@quiroga.net

A luz da alma
Data estelar: Lua cresce em Leão

A personalidade de nossa humanidade não tem luz própria, é um espelho que reflete aquilo para o qual se orientar, e na maioria dos casos a personalidade se orienta aos ancestrais, porque através da educação e do desenvolvimento psíquico e sociológico ela é feita à imagem e semelhança desses, para dar continuidade ao jogo da civilização, com suas classes sociais definidas e toda a dinâmica que lhe é inerente.

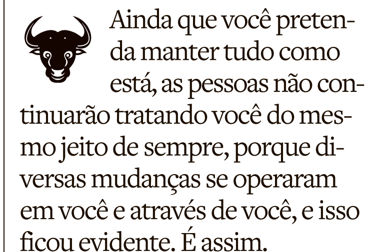
Quando a personalidade decididamente se orienta na direção da alma, do ser interior que tem luz própria, então ela reflete algo novo, e derrama sobre o mundo a percepção de uma civilização possível, e precipita o inevitável conflito com a corrente de personalidades que ainda continua refletindo os ancestrais, e que, não importa quanto barulho faça, refletirá também um dia a luz da alma. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4



Os assuntos, pessoas e lugares que outrora serviam para sua alma se sentir em casa, familiarizada e à vontade, mudam muito velozmente e são substituídos por condições no meio das quais você ainda não está à vontade.

TOURO 21-4 a 20-5



Ainda que você pretenda manter tudo como está, as pessoas não continuarão tratando você do mesmo jeito de sempre, porque diversas mudanças se operaram em você e através de você, e isso ficou evidente. É assim.

GÊMEOS 21-5 a 20-6



As ondas do que acontece no mundo afetam diretamente seus interesses e perspectivas, por isso sua alma precisa se lançar ainda mais longe no futuro, apostando em mudanças a longo prazo. Futuro desejável.

CÂNCER 21-6 a 21-7



Pensar menos em si e mais no que todo mundo tem em comum, esse é o futuro mais desejável e possível para nossa humanidade. O autocentramento egoísta é o mal do mundo, a consciência grupal é a saída. Só ela.

LEÃO 22-7 a 22-8



Por mais que você resista e argumente, as coisas estão em franca mudança e não há como deter esse movimento. Mais sábio seria se adaptar ao fluxo da Vida, confiando em que há algo maior em jogo do que seus desejos.

VIRGEM 23-8 a 22-9



Pense longe e para cima, pense além de tudo que se apresenta como obstáculo no mundo imediato, porque ainda que o caminho que conduza a essas situações seja muito longo, você dará os primeiros passos nessa direção.

LIBRA 23-9 a 22-10



O que é certo ou errado é independente de suas preferências, porque, veja, na prática ninguém imagina estar do lado errado da história, todas as pessoas, mesmo equivocadas, têm certeza de estarem certas.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11



Se quiser mesmo fazer alguma diferença, você precisa apostar na concórdia e na união colaborativa entre as pessoas, porque todo mundo sabe que a união é imbatível, mas ainda ninguém se atreve a praticar isso.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Todos os ingredientes de seu destino estão aí, ao alcance de sua mão, mas não vão se combinar sozinhos, esse é seu papel. Faça como um alquimista, investigue e pratique até conseguir os resultados pretendidos.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Tudo é possível, mas nem tudo seria pertinente, sua alma precisa se adaptar ao que o princípio da realidade permitir, porque as fantasias são ótimas na imaginação, mas custam muito caro as colocar em prática.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2



Não se trata de chutar o balde do passado e se desfazer de tudo e de todos, porque ainda que essa seja a tentação, se trata de substituir seletivamente o que atrapalha com ações e comportamentos mais pertinentes.

PEIXES 20-2 a 20-3



O cenário se tornou tão complexo que nada do que você aprendeu até aqui se aplica do mesmo jeito que em qualquer outra época de sua vida. É preciso se renovar, abrir a mente para o conhecimento novo disponível.

Música **Pop**

Filhos de John Lennon e Paul McCartney lançam canção inédita juntos

Sean Ono Lennon e James McCartney compuseram 'Primrose Hill' e criaram concurso para clipe

A dupla John Lennon e Paul McCartney deixou de existir com o fim dos Beatles e a morte de Lennon, mas homenagens são sempre bem-vindas. Foi o que fizeram, de certo modo, Sean Ono Lennon e James McCartney, filhos dos dois. Amigos de longa data, eles lançaram recentemente a música *Primrose Hill*, que compuseram juntos.

Trabalhando em novos projetos, James McCartney já tem dois EPs e dois álbuns, o último de 2016. Ele já contribuiu em discos de Paul – como em *Flaming Pie*, de 1997, e *Driving Rain*, de 2001 – e em *Wide Prairie*, de 1998, álbum póstumo de sua mãe, Linda McCartney (1941-1998), no qual também tocou guitarra elétrica e acústica na faixa *The Light Comes from Within*.

Com passagens por várias bandas, Sean Ono Lennon também tem vários trabalhos solo, além de projetos coletivos. Em março, ele ganhou um Oscar por ter produzido *War Is Over!*, vencedor como melhor curta de animação, inspirado na música homônima escrita por John Lennon e Yoko Ono.

Paul McCartney divulgou o lançamento do filho em seu Facebook. "Meu filho James lançou uma nova música chamada *Primrose Hill* – confira! E muito amor para Sean Ono Lennon, que coescreveu a música", publicou o músico.

ESSÊNCIA DO AMOR. Em seu Instagram, James lançou um concurso, pedindo para que casais compartilhem, até sexta, 19, vídeos que capturem a essência do amor e do romance em seus lugares favoritos, usando *Primrose Hill* de fundo. Os vencedores podem aparecer no videoclipe da música. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz









Recruta Zero Mort Walker





Turma da Mônica Maurício de Sousa







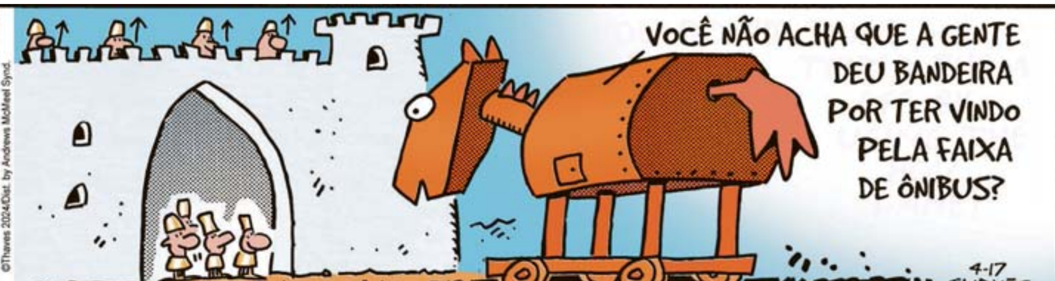
O melhor de Calvin Bill Watterson







Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO *"Sou responsável por aquilo que não fui"* **Georges Bernanos**



Roberto DaMatta

Ancestrais

Envolto na névoa dos meus 14 anos, fui instado a comparecer à comemoração de aniversário do irmão do meu avô Raul, ilustre médico sanitarista, pesquisador e senador pelo Amazonas, Alfredo Augusto da Matta, no Grajaú. Reclamei, pois o cinema era mais atraente, para ouvir de um pai mais sério que o habitual: meu filho, são 80 anos!

Naqueles anos 1950, poucos "chegavam", como se dizia, aos 80 e eu acabei indo ao aniversário do "velho Alfredo" do qual guardei na minha memória o convívio afetuoso com primos e a figura do aniversariante sentado numa cadeira de rodas, cercado de afeto e cuidados como se ele fosse uma espécie rara por ter vencido oito décadas de um tempo que a ninguém poupa.

Lembro-me bem que formamos uma fila para que, um por um, ele nos conhecesse e, ao lado desse gesto tradicional, guardei a novidade de que um conceituado médico havia receitado periódicas doses de uísque para o coração do homenageado. Receita que, décadas depois, tenho seguido religiosamente...

Hoje, meus 87 anos podem surpreender, mas não são mais uma coisa do outro mundo.

> *Minha neta Serena está grávida de um menino, que vai me consagrar no papel de bisavô*

Embora seja impossível não pensar que essa etapa de vida conduza a uma surpreendente caminhada, cujo combustível cabe numa pergunta sem resposta: como eu cheguei tão longe?

Uma voz murmura: é o teu quintal, para mostrar que, apesar de tudo, a vida é o nosso maior milagre.

Milagre paradoxal e revelador dos poderes do corpo, do amor e da morte que, embora triste, abre caminho e engendra a história e o suceder que nos obriga a zelar e respeitar todos os trajetos – curtos ou longos – das existências.

Tudo isso para dizer que minha amada neta Serena está grávida de um menino, que agora vai me consagrar no papel de bisavô, abrindo para mim a estreita porta da ancestralidade.

Ancestralidade que é a ponte entre vida e morte. Ancestralidade não planejada, mas aceita como um prêmio e como uma tênue esperança de ser lembrado neste maravilhoso mundo no qual somos uma eventual ponte entre o tudo e o nada... ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

SEG Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli, e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/3Ui7ErX

Capitais de Alagoas e Bahia; Matéria-prima da Emília (Lit.); Jorge (?): gravou "A Canção e o Vento"; "Rico (?) à toa" (dito); Função da toalha; Em + isto; Leitura (fam.); Habitação rústica; A maior artéria humana (Anat.); Aspecto exterior; Amimado; afagado; Cozinhar no forno; Molhado de leve; Animal do trenó; Magoada; ofendida; Produto fermentado do leite; Em tempo posterior; Causa de queda de aviões; Construção; Respeitabilidade; A mulher acusada; A 4ª nota musical; Além do mais (advérbio); Sandra de (?), cantora; Opõe-se ao "ataque"; Companhia (abrev.); Amparo; arrimo (fig.); Sílvio Luiz, locutor; Sem companhia; Objeto de estudo do advogado; Cabra-(?), brincadeira; Estou ciente; Tocantins (sigla); Remove esmalte; Artefato bélico; Governo (abrev.); Sufixo de "vinhedo": plantação; Jogo eletrônico (p. ext.); Máquina para limpar rios; Apelido carinhoso de "Gisele"; "(?) Simpsons", desenho animado; (?) Cavalcante, humorista; Transferido para outro dia; A música do hip-hop ▸ R A P; Acúmulo de líquido no tecido (pl.)

BANCO 3/gov. 4/game. 5/aorta. 6/âncora — edemas.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, a parcela de pagamento, além da mensalidade, feita pelo usuário de plano de saúde para custear parte da realização de um determinado procedimento.

Assistência; auditório.	1	2	3	4	5	6
Utensílio próprio para lustrar.	1	6	4	5	7	8
A "Geheime Staats Polizei", da Alemanha nazista (abrev.).	9	10	11	12	13	6
(?) Dureza, superior do Recruta Zero (HQ).	9	10	14	10	8	4
Confeiteiro.	7	6	15	10	5	6
Caráter do atendimento do pronto-socorro.	2	8	9	10	14	10
Conjunto de arreios.	11	10	4	13	8	13
Pedra para temperar peixes.	11	13	4	1	5	6
Indivíduo muito bonito (fam.).	15	6	4	5	8	6
Causa de mortes na primeira infância.	11	13	8	13	16	6
Gabriela (?), poetisa chilena.	16	5	11	12	8	4
Brinquedo de parques infantis.	3	13	4	13	14	6
Artista como Mestre Vitalino.	13	8	12	10	11	6
"O (?) de Promessas", filme de Anselmo Duarte.	1	13	9	13	7	8

© Revistas COQUETEL

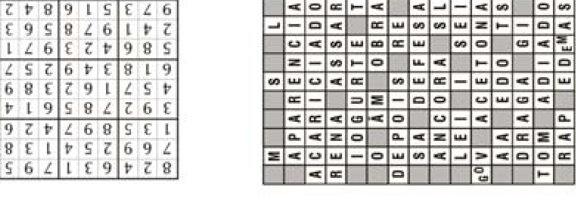
SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/4cUX9lz

Nível Fácil

8		4		3		7		5
			2		4			
1		5				4		6
	9		7		5		1	
4				6				9
	1		3		9		5	
5		6				9		1
			9		8			
9		3		1		8		2

SOLUÇÕES



Retirada de dióxido de carbono da atmosfera começa a ser testada

Por ar puro, poluição agora é enterrada



WASHINGTON

Em um platô islandês varrido pelo vento, uma equipe internacional de engenheiros e executivos está ligando uma máquina inovadora projetada para alterar a própria composição da atmosfera da Terra.

Se tudo correr como planejado, o enorme "aspirador" em breve estará sugando grandes quantidades de ar, retirando o dióxido de carbono e, em seguida, armazenando esses gases de efeito estufa nas profundezas do subsolo.

Há apenas alguns anos, tecnologias como essas, que tentam reprojetar o ambiente natural, estavam à margem da ciência. Elas eram muito caras, impraticáveis, uma ficção científica. No entanto, com o agravamento dos perigos da mudança climática e o fracasso do mundo em atingir suas metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, essas tecnologias estão rapidamente se tornando populares entre cientistas e investidores, apesar das dúvidas sobre sua eficácia e segurança.

Os pesquisadores estão estudando maneiras de bloquear parte da radiação solar. Eles estão testando se a adição de ferro ao oceano pode transportar dióxido de carbono para o fundo do mar. Estão elaborando planos para construir guarda-sóis gigantes no espaço. E com instalações enormes, como a da Islândia, estão tentando reduzir a concentração de dióxido de carbono no ar.

Dúvidas
Críticos afirmam que as novas intervenções poderiam abrir uma caixa de Pandora de novos problemas

Desde o início da era industrial, os seres humanos têm bombeado enormes volumes de gases que retêm o calor em busca de indústria e progresso. À medida que os riscos se tornaram mais claros, os líderes políticos e corporativos se comprometeram a manter as temperaturas médias globais limitada a 1,5ºC. Porém, durante vários meses no ano passado, o mundo ultrapassou brevemente esse limite, mais cedo do que muitos cientistas esperavam.

Espera-se agora que as temperaturas globais aumentem até 4ºC até o fim do século. Isso deu um novo peso ao que algumas pessoas chamam de geoengenharia, embora esse termo tenha se tornado tão controverso que seus proponentes agora preferem o termo "intervenções climáticas". A esperança é que a adoção de medidas como essas possa ganhar algum tempo em um momento em que o consumo de energia está aumentando e o mundo não está abandonando os combustíveis fósseis com rapidez suficiente.

CONTROVÉRSIA. Muitos dos projetos são controversos. Uma usina semelhante à da Islândia, mas muito maior, está sendo construída no Texas pela Occidental Petroleum, a gigantesca empresa petrolífera. A Occidental pretende usar parte do dióxido de carbono capturado para extrair ainda mais petróleo, cuja queima é uma das principais causas da crise climática.

Alguns críticos afirmam que outros tipos de intervenções poderiam abrir uma caixa de Pandora de novos problemas, alterando os padrões climáticos ou ampliando o sofrimento humano por meio de consequências não intencionais.

"Precisamos de mais informações", disse Alan Robock, professor de ciências atmosféricas da Universidade Rutgers. "O que é mais arriscado: fazer ou não fazer?"

Outros argumentam que tecnologias fantasiosas ou caras simplesmente desperdiçarão recursos e tempo, ou iludirão as pessoas com a falsa ideia de que será possível desacelerar o aquecimento global sem eliminar gradualmente os combustíveis fósseis.

O México proibiu o que é conhecido como modificação da radiação solar depois que uma startup da Califórnia liberou dióxido de enxofre na atmosfera sem permissão.

"Há questões muito maiores sobre quem decide como tudo isso será coordenado", disse Marion Hourdequin, professora de filosofia ambiental do Colorado College.

Com um vento congelante vindo dos fiordes, Edda Aradottir caminhou pela neve para inspecionar a usina de captação direta de ar na Islândia. Aradottir é a executiva-chefe da Carbfix, empresa islandesa que está trabalhando com a startup suíça que construiu a usina, a Climeworks.

Conhecido como Mammoth, o projeto é alimentado por energia geotérmica limpa e capaz de capturar até 36 mil toneladas métricas de dióxido de carbono por ano e bombeá-lo para o leito rochoso.

Isso representa apenas um milionésimo das emissões globais anuais. Mas, ao contrário das árvores, que podem ser cortadas ou pegar fogo, a Climeworks promete armazenar esse dióxido de carbono para sempre.

Dentro de uma série de edifícios semelhantes a bunkers, dezenas de grandes ventiladores sugam o ar para caixas que contêm pastilhas químicas que absorvem o dióxido de carbono e, em seguida, liberam o gás quando são aquecidas. O dióxido de carbono é então mis- →

FRANCESCA JONES/THE NEW YORK TIMES



Mammoth, máquina gigante erguida na Islândia, para bombear dióxido de carbono para o leito rochoso

➔ turado com água e bombeado a mais de um quilômetro abaixo da superfície, onde a pressão extrema o transforma em um sólido em questão de anos, um processo conhecido como "mineralização". Assim, o gás se torna parte da rocha.

"Mais de 99% do carbono da Terra já está armazenado em rochas na forma de minerais", disse Aradottir. "Estamos acelerando esse processo."

Quando Mammoth for ligada nas próximas semanas, será a maior instalação desse tipo no mundo, embora a quantidade de carbono que ela possa absorver ainda seja apenas uma gota no oceano. As emissões globais de dióxido de carbono atingiram o recorde histórico de 36 bilhões de toneladas métricas no ano passado.

A usina da Occidental, no Texas, é conhecida como Stratos, e será mais de dez vezes mais potente do que a Mammoth, alimentada por energia solar, e terá o potencial de capturar e sequestrar 500 mil toneladas métricas de dióxido de carbono por ano.

PROFUNDEZAS DO SUBSOLO. A Occidental usa um processo diferente para extrair o dióxido de carbono do ar, embora o objetivo seja o mesmo: a maior parte dele será trancada nas profundezas do subsolo. Pelo menos uma parte do dióxido de carbono será usada para extrair mais petróleo.

Nesse processo, o dióxido de carbono é bombeado para o solo para forçar a saída do petróleo que, de outra forma, seria muito difícil de alcançar.

Foi a dependência mundial da queima de petróleo e de outros combustíveis fósseis que fez com que os níveis de dióxido de carbono aumentassem de forma tão perigosa. Na atmosfera, o dióxido de carbono age como um cobertor, retendo o calor do sol e aquecendo o mundo.

No ano passado, a Occidental pagou US$ 1,1 bilhão por uma startup chamada Carbon Engineering, que havia desenvolvido uma maneira de absorver o dióxido de carbono do ar, e começou a construir o projeto Stratos. Hoje, o que era um terreno árido de terra há menos de 12 meses é um canteiro de obras movimentado.

100 USINAS. Nos próximos anos, a Occidental disse que planeja construir 100 instalações, cada uma capaz de capturar 1 milhão de toneladas métricas de dióxido de carbono por ano. A empresa firmou parceria financeira com a BlackRock, a maior administradora de ativos do mundo, e fez um acordo para desenvolver usinas de captura direta de ar com a Adnoc, a empresa estatal de petróleo dos Emirados Árabes Unidos.

No sul do Texas, ela planeja construir 30 dessas usinas, financiadas em parte por US$ 1,2 bilhão que o governo Biden concedeu a projetos de captura direta de ar.

A Climeworks também tem planos de expansão agressivos. Ela garantiu uma parte dos fundos da Casa Branca para uma usina de captura direta de ar na Louisiana. Está trabalhando também para construir uma grande instalação fora de Nairóbi, no Quênia, e tem planos de construir usinas no Canadá e na Europa.

O que impulsiona o boom da construção é o desejo de muitas empresas de reduzir seu efeito sobre o aquecimento global. Na última década, centenas de empresas multinacionais se comprometeram a se tornar neutras em carbono até 2040. Em vez de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis para atingir essas metas, a maioria das empresas está descobrindo que precisa pagar por créditos de carbono, que podem ser adquiridos por meio da preservação de florestas, do apoio a projetos de energia renovável ou do pagamento pelo sequestro de carbono.

Microsoft, JPMorgan e UBS são algumas das grandes empresas que assinaram acordos de longo prazo para comprar créditos da Climeworks. Amazon, AT&T e Houston Astros estão entre os que assinaram contrato com a Occidental.

Bill Gates, o cofundador da Microsoft, disse no ano passado que era o maior cliente individual da Climeworks, pagando à empresa US$ 10 milhões por ano para compensar sua pegada de carbono.

No entanto, os grandes planos imaginados pelas empresas de captura direta de ar são baseados em um mercado que ainda não existe.

Mesmo que mais empresas decidam começar a compensar suas emissões, há maneiras mais baratas de fazê-lo, inclusive preservando florestas e pagando por energia renovável. Atualmente custa entre US$ 500 e US$ 1 mil para capturar uma tonelada métrica de dióxido de carbono com a captura direta no ar, em comparação com apenas US$ 10 a US$ 30 por tonelada para a maioria dos créditos de carbono atualmente.

Ainda assim, há otimismo. O Boston Consulting Group espera que mais empresas comecem a comprar créditos para pagar pela remoção de dióxido de carbono e que mais governos incentivem essa compra. Nos Estados Unidos e na Europa, os governos começaram a subsidiar a construção das usinas. Até 2040, o BCG prevê que o mercado de tecnologias de remoção de dióxido de carbono poderá crescer de menos de US$ 10 bilhões atualmente para até US$ 135 bilhões.

"As empresas enfrentarão um aumento no preço do carbono e pressões regulatórias que farão com que elas se sintam compelidas a fazer isso", disse Rich Lesser, presidente global do BCG.

'MANOBRA'. No entanto, há quem diga que tudo isso é pouco mais do que uma manobra das empresas de petróleo e gás para prolongar os próprios setores responsáveis pela criação do aquecimento global. Essas preocupações foram ampliadas quando Vicki Hollub, diretora executiva da Occidental, disse no ano passado que a captura direta de ar poderia "preservar nosso setor". Ela acrescentou: "Isso dá ao nosso setor uma licença para continuar operando pelos 60, 70, 80 anos que eu acho que serão muito necessários".

Iniciativa privada
O que impulsiona o boom por tecnologias é o desejo de empresas de reduzir seu efeito sobre o aquecimento global

"Essa é uma nova onda de negação, engano e atraso", disse Lili Fuhr, diretora do programa de economia fóssil do Center for International Environmental Law. "O setor de combustíveis fósseis está tentando dizer que podemos sair dessa sem grandes mudanças nos negócios."

Lili acrescentou que os custos continuam altos, apesar do crescente apoio do governo, incluindo um crédito fiscal nos Estados Unidos no valor de US$ 180 para cada tonelada métrica de dióxido de carbono capturada e armazenada, um subsídio que provavelmente reduzirá significativamente a conta fiscal da Occidental nos próximos anos. "O setor tem sido bem-sucedido na captura de subsídios, mas não de carbono", disse ela.

E ainda há o fato de que, mesmo que a Occidental e a Climeworks concretizem suas ambições de construir centenas de novas usinas nos próximos anos, elas ainda não chegarão perto de capturar nem 1% das emissões globais.

"Ninguém está argumentando que seria possível resolver todas as nossas emissões de carbono com isso", disse Lesser, do BCG. "Mas ela pode ser uma parte significativa da solução." ● NYT

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

ARIANA GOMEZ/THE NEW YORK TIMES



Nova tentativa
Tecnologias que tentam reprojetar o ambiente estavam à margem da ciência, mas fracasso em conter emissões as tornaram mais populares

COLUMBIA PICTURES/SONY



Em 'Ghostbusters', a equipe terá de trabalhar junta para eliminar artefato antigo capaz de deixar Nova York sob um frio mortal

Cinema *Em cartaz*

Caça-fantasmas voltam com 5º longa da franquia, 'Apocalipse de Gelo'

Neste episódio, novos e antigos heróis lutam contra força maligna capaz de congelar toda a humanidade

GABRIELA CAPUTO

Ghostbusters: Apocalipse de Gelo, que está em cartaz nos cinemas brasileiros, é o quinto filme da franquia Caça-Fantasmas, que fez enorme sucesso nos anos 1980 e, desde então, já ultrapassou a marca de US$ 1 bilhão em bilheterias, mundialmente. O novo volume da série é uma continuação direta do último filme, *Ghostbusters: Mais Além*, de 2021.

Na trama, a família Spengler volta à estação de bombeiros em Nova York onde os aventureiros originais desenvolveram um centro de pesquisa paranormal. Quando um artefato antigo libera uma força do mal que congela a cidade em pleno verão, todos terão de trabalhar juntos para impedir que uma segunda Era do Gelo recaia sobre a humanidade.

O lançamento do filme estava previsto para o Natal de 2023, mas a longa greve de roteiristas de Hollywood acabou atrasando a estreia – e a produção começou a chegar aos cinemas apenas no final de março.

O longa é protagonizado pelo ator Paul Rudd e pelas atrizes Emily Lind e Mckenna Grace, mas traz de volta membros do elenco original, como Dan Aykroyd, Bill Murray e Ernie Hudson, reprisando os papéis de Ray Stantz, Peter Venkman e Winston Zeddemore.

A produção estreou bem no mercado americano, faturando US$ 150 milhões nos dois primeiros finais de semana.

Confira um resumo dos acontecimentos da série e saiba onde assistir aos longas no streaming

COLUMBIA PICTURES



1. Os Caça-Fantasmas

O longa original, lançado em 1984, apresenta o trio formado por Peter Venkman, Ray Stantz e Egon Spengler, três cientistas que estudam casos paranormais – e por isso vivem sendo destratados pelos colegas. Quando o programa de pesquisa em que trabalham é encerrado na Universidade Columbia, eles decidem empreender por conta própria: em um edifício desativado do corpo de bombeiros, no coração de Nova York, abrem uma empresa especializada em exterminar fantasmas. Assim nasciam, portanto, os caça-fantasmas, trajados com um marcante uniforme e armados de peculiares equipamentos.

Os negócios demoram para emplacar, até que eles capturam seu primeiro fantasma e ficam famosos na cidade. Para dar conta dos clientes, contratam um quarto caçador, Winston Zeddemore. O caso principal do filme é trazido ao grupo pela violoncelista Dana Barrett (Sigourney Weaver), que relata uma experiência assustadora em seu apartamento com uma figura em forma de cachorro demoníaco. A trama se desenrola com figuras mitológicas, possessões, e o vilão Gozer, um semideus bizarro.

O filme arrecadou quase US$ 300 milhões de bilheteria mundial. Elementos como o humor do roteiro, os efeitos visuais (na época inovadores), a música-tema e até a caracterização dos personagens viraram referências marcantes da cultura pop da década de 1980 e os caça-fantasmas tornaram-se personagens favoritos do público.

Dirigido por Ivan Reitman, o filme foi indicado para dois Oscars: canção original e efeitos visuais. Também recebeu três indicações para o Globo de Ouro: melhor filme de comédia ou musical, ator (Bill Murray) e canção. Nas categorias técnicas, acabou ficando atrás de *Indiana Jones e o Templo da Perdição*, lançado no mesmo ano. Disponível para streaming na Max e, para aluguel ou compra, nas plataformas Claro Video, Google Play, Amazon Prime Video e iTunes.

COLUMBIA PICTURES



2. Os Caça-Fantasmas 2

O segundo longa, de 1989, é ambientado em 1994, cinco anos mais tarde. Salvar Nova York resultou em enorme dano colateral e os caça-fantasmas acabaram sendo processados pela cidade. A empresa foi fechada. A amiga Dana Barrett agora trabalha com restaurações no Museu de Arte de Manhattan e tem um bebê.

Eis que seu chefe, Janosz Poha (Peter MacNicol), é possuído pela figura de um quadro, um tirano genocida. Ele pede que Janosz lhe arranje um bebê, pois quer retornar à vida.

Nesse meio tempo, os caça-fantasmas praticam um ato heroico ao capturar fantasmas durante o julgamento no tribunal em que são réus, e acabam liberados de todas as acusações. Eles revivem a empresa. Para salvar o bebê da amiga, eles bolam um plano com a ajuda de Louis Tully (Rick Moranis). Disponível para streaming na Max, no Prime Video e no Claro Video e, para aluguel ou compra, em plataformas como Google Play, Amazon, Apple iTunes e Microsoft Store.

HOPPER STONE/SONY PICTURES ENTERTAINMENT



3. Caça-Fantasmas

Quase 30 anos mais tarde, a série ganhou uma versão repaginada com personagens femininas, vividas por humoristas famosas. Assim como os personagens do filme original, as acadêmicas Erin Gilbert (Kristen Wiig), Abby Yates (Melissa McCarthy) e Jillian Holtzmann (Kate McKinnon) resolvem montar um negócio para capturar fantasmas depois de serem demitidas. Elas alugam um espaço em cima de um restaurante chinês e contratam um galã como secretário – Chris Hemsworth.

Um dos primeiros fantasmas detectados pelo grupo de mulheres é encontrado nos túneis do metrô de Nova York. Elas, então, conhecem Patty Tolan (Leslie Jones), funcionária do local que tem grande conhecimento histórico sobre a cidade, e a contratam para a equipe.

O grupo, agora completo, descobre que os níveis de atividade paranormal estão altos na cidade. Logo, deciframque os fantasmas estão sendo atraídos por dispositivos plantados por Rowan North (Neil Casey), um ocultista que objetiva o apocalipse. Mas essa era apenas a ponta do iceberg: ele tinha o plano de se suicidar e retornar ao mundo como um fantasma, pronto para comandar um exército deles.

Apesar de divertido e inovador pelo protagonismo feminino, o filme dividiu opiniões e acabou não ganhando continuação com as mesmas personagens. Disponível na Netflix e, para aluguel ou compra, nas plataformas Claro Video, Google Play, Amazon, Apple iTunes e Microsoft Store.

KIMBERLY FRENCH/SONY/COLUMBIA



4. Ghostbusters: Mais Além

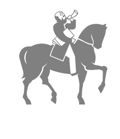
O filme de 2021 surge na franquia ao mesmo tempo como homenagem aos filmes originais e como continuação deles. Apresenta novo elenco, mas também conta com participação dos personagens dos anos 1980. A história é centrada nos descendentes de Egon Spengler (Harold Ramis nos primeiros volumes). Na tentativa de capturar uma entidade em sua fazenda, ele é atacado e morre em decorrência de um ataque cardíaco.

Sua filha Callie (Carrie Coon) é mãe solo de Trevor (Finn Wolfhard) e Phoebe (McKenna Grace) e herda a propriedade, para onde a família muda. Phoebe desvenda sua conexão com os caça-fantasmas ao explorar o local, e sobretudo com a ajuda de seu professor de ciências, Gary Grooberson (Paul Rudd), que é um fã assumido do grupo.

Um fantasma que assombra a fazenda logo revela para Phoebe que é seu falecido avô – e passa a instruí-la na reconstrução do equipamento dos Ghostbusters. A personagem contata um dos antigos parceiros do avô, Ray Stantz (Dan Aykroyd), em busca de ajuda e de atualizações sobre a equipe. Outra homenagem ao primeiro longa é o ressurgimento dos seres mitológicos que assombraram Nova York.

O final mostra os caça-fantasmas originais de volta à cidade, onde revelam quem se tornaram ao longo dos anos e deixam um gancho para a nova produção. Disponível no Prime Video e, para aluguel ou compra, nas plataformas Claro Video, Google Play, Amazon, iTunes e Microsoft Store. ●

JORNAL DO CARRO
QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2024 • ANO 42 • Nº 2120 O ESTADO DE S. PAULO
JC



FOTOS: JEEP/DIVULGAÇÃO







1. Visual externo mudou pouco;
2. Cabine é ampla e bem acabada;
3. Porta-malas tem 476 litros

Avaliação

Jeep Compass Blackhawk é SUV grande que acelera como esportivo

Com motor 2.0 turbo a gasolina de 272 cv e câmbio automático de 9 marchas, nova versão de topo pode acelerar de 0 a 100 km/h em 6,3 segundos e passar dos 220 km/h

JULIO CABRAL
PUNTA DEL ESTE (URUGUAI)
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

O Jeep Compass 2025 pode até não ter mudado muito por fora, mas recebeu novidades em versões, motorização e equipamentos, preços menores e até reforço no pós-venda. O SUV tem descontos que vão de R$ 5 mil a R$ 20 mil, além de duas novas configurações com motor 2.0 turbo de 272 cv, aquele mesmo que equipa a RAM Rampage. Com a nova linha, os valores da tabela ficaram entre R$ 179.990 e R$ 279.990.

Pequenas alterações de estilo foram também aplicadas. Embora seja discreta, a maior delas é a grade com inclinação mais negativa, um toque de estilo advindo do Grand Cherokee. As rodas de aros 18 e 19 também são novidades.

NOVO MOTOR. Seja como for, a nova mecânica é o grande chamariz da linha 2025 do Jeep Compass. Chamado de Hurricane-4 ("furacão", sendo que o quatro faz referência ao número de cilindros), o motor gera ótimos 272 cv de potência e 40,8 mkgf de torque, sempre associado ao câmbio automático de nove marchas e ao sistema de tração integral adaptativo. Na prática, o conjunto permite ao Jeep acelerar de 0 a 100 km/h em 6,3 segundos e chegar a 227 km/h de máxima.

O Hurricane de quatro cilindros está nas versões Overland, a R$ 266.990, e Blackhawk, a R$ 279.990. Elas substituem a antiga Trailhawk a diesel como as mais caras da gama do SUV médio. Sim, o Jeep perdeu sua opção mais voltada ao off-road, que representava menos de 5% das vendas. Podemos dizer aos jipeiros de plantão que foi uma decisão baseada "somente em negócios, ou seja, não foi pessoal."

E por falar em diesel, na linha 2025 do Jeep Compass restou apenas a versão Limited, já que a Longitude também deu adeus. No visual, o destaque são os para-choques e saias pintados na cor da carroceria, assim como as rodas de 19 polegadas calçadas com pneus com líquido capaz de vedar furos pequenos por algum tempo.

Entre os equipamentos, a Jeep acrescentou mais recheio ao pacote de assistência de direção, com o dispositivo de centralização na faixa, que atua em conjunto com o controle de velocidade de cruzeiro adaptativo. Na prática, o Compass 2025 contorna curvas de maneira semiautônoma, mas sem dispensar as mãos do motorista no volante, uma vez que sensores indicam se condutor está atento.

Um ponto crítico é o fato de os sete air bags (há um para os joelhos do motorista) estarem disponíveis apenas a partir da versão Limited. Este continua a ser um ponto negativo do Jeep feito em Goiana (PE).

Por outro lado, a garantia foi ampliada de três para cinco anos – a extensão vale também para carros seminovos a partir do ano/modelo 2022. Assim, um Compass 2021/22 que esteja com a garantia para acabar terá outros dois anos extras, o que amplia o prazo até 2026.

E por falar em garantia, a marca agora oferece blindagem nível 3-A com cobertura de fábrica. A escolhida para realizar o serviço é a Hi-Tech.

IMPRESSÕES. Ao dar a partida no motor do Compass Blackhawk, surge um ronco contido. Mas basta acelerar para o ciclone mostrar a que veio.

As arrancadas mostram que há muito vigor para tirar da inércia o SUV de 1.720 kg. A força do 2.0 turbo faz o corpo grudar no banco de uma maneira nada sutil. Contribui com isso o câmbio de nove marchas, com trocas suaves e precisas.

Na hora de encarar curvas, o Compass Blackhawk mostra que o acerto dinâmico foi feito pela Jeep de forma muito competente. A despeito do grande deslocamento de peso, o carro não se inclina exageradamente em frenagens, acelerações e mudanças rápidas de direção.

Os amortecedores com alta carga dão conta de manter o equilíbrio do SUV, embora sejam firmes quando lidam com irregularidades do pavimento. Nesse aspecto contribuem os bons pneus 235/45 R19.

A direção elétrica tem peso correto e é leve em manobras. E o sistema de tração integral desacopla a traseira automaticamente quando o 4x4 não é necessário, para não aumentar o consumo de gasolina. ●

O JORNALISTA VIAJOU AO URUGUAI A CONVITE DA JEEP DO BRASIL

Ficha técnica

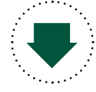
● Jeep Compass Blackhawk

Preço sugerido	R$ 279.990
Motor	2.0, 4 cil., 16V, turbo, gas.
Potência	272 cv a 5.200 rpm
Torque	40,8 mkgf a 3.000 rpm
Câmbio	Automático, 9 m.
Tração	4x4, por demanda
Comprimento	4,40 metros
Largura	1,81 metro
Entre-eixos	2,63 metros

FONTE: JEEP

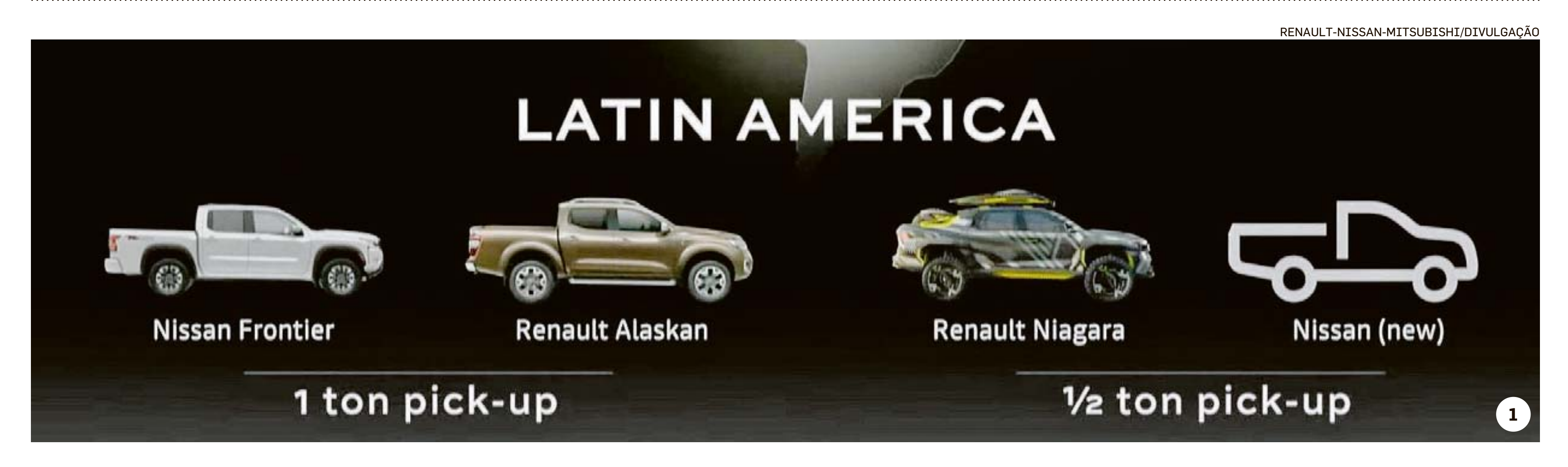
Prós & contras

● Desempenho
SUV tem ótimas respostas e ampla lista de itens de série tanto de conforto quanto de segurança ativa e passiva;



● Preço
Híbrido, Tiggo 8 é R$ 100 mil mais barato e Commander LTD custa R$ 18 mil a menos.

RENAULT-NISSAN-MITSUBISHI/DIVULGAÇÃO



Mercado

Nissan vai fazer picape com a mesma base da Renault Niagara

Modelo intermediário disputará vendas com RAM Rampage, Fiat Toro e a também inédita Volkswagen Tarok, entre outros

VAGNER AQUINO
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

Em outubro de 2023, durante a apresentação do inédito SUV compacto Kardian, a Renault revelou o conceito de uma picape batizado de Niagara. O novo modelo será intermediário, ou seja, maior que compactas, como a Fiat Strada, e menor que médias, como a Ford Ranger, por exemplo.

Assim, a nova picape deverá concorrer com RAM Rampage e Fiat Toro, além da também inédita Volkswagen Tarok (nome provisório) no Brasil. Agora, a Nissan informa que terá um modelo feito a partir da base da Renault Niagara. Vale lembrar que as duas marcas, bem como a Mitsubishi, fazem parte do mesmo grupo.

Portanto, trata-se de um modelo com estrutura monobloco. Porém, o novo produto, que ficará posicionado abaixo da Frontier, ainda não teve o nome revelado, tampouco a previsão de data de estreia.

Informações preliminares indicam que a nova picape da Nissan será feita na planta de Santa Isabel, na Argentina. Além disso, o desenho está a cargo do centro de desenvolvimento da marca no Brasil, com ajuda de inteligência artificial.

KLEBER SILVA/K DESIGN



RENAULT/DIVULGAÇÃO



1. Nova picape chega após a Niagara;

2. Tarok será opção da VW no Brasil;

3. Niagara usa base modular

PLATAFORMA MODULAR. A nova plataforma do Grupo Renault-Nissan-Mitsubishi pode dar origem a vários tipos de produtos, como é o caso do compacto Kardian. Segundo a companhia, é possível desenvolver modelos com comprimento entre 4 e 5 metros.

Além disso, há quatro opções de distância entre os eixos – entre 2,60 m e 3 m. Da mesma forma, há três configurações de módulos da traseira, de comprimentos diferentes.

Embora a Nissan ainda não tenha revelado detalhes técnicos da nova picape, é possível cravar que ela terá dimensões semelhantes às da Toro. A picape da Fiat fabricada em Goiana (PE), onde também é feita a RAM Rampage, tem 4,91 m de comprimento e 2,99 m de distância entre os eixos.

Assim como na Niagara, a picape da Nissan deverá ter diferentes tipos de conjuntos de propulsão. Ou seja, desde motor exclusivamente a combustão, com tecnologia flex, a variantes com solução híbrida. Nesse caso, poderá haver sistema leve e full. Porém, a tração deverá ser só na dianteira. ●

CHEVROLET/DIVULGAÇÃO

Chevrolet Trailblazer 2025 chega ao Brasil em maio

A Chevrolet revelou ontem as primeiras fotos do Trailblazer 2025. O SUV atualizado chega às concessionárias do Brasil no mês que vem e traz várias atualizações vistas na nova S10, picape da qual deriva. Porém, no visual as principais mudanças estão na dianteira – atrás, há apenas um leve retoque nas lanternas. Embora a GM não tenha revelado dados técnicos, haverá versões com motor 2.8 turbodiesel de 207 cv de potência e 52 mkgf de torque e câmbio automático de 8 velocidades. ●

● **FIAT MAIS CAROS.** A Fiat reajustou as tabelas das linhas Mobi, Argo e Cronos em até R$ 1.500. A versão Like 1.0, de entrada do Mobi, por exemplo, ficou R$ 1 mil mais cara e agora parte de R$ 72.990. Mesmo assim, o Fiat continua sendo um dos carros mais baratos do País. No caso do Argo, a opção mais em conta e com motor 1.0, também ficou R$ 1 mil mais cara e o preço começa em R$ 84.990, enquanto o valor da Drive 1.0 subiu R$ 500, para R$ 86.990. Para a linha Cronos, o reajuste de R$ 1 mil elevou a tabela da versão Drive 1.0 de R$ 92.990 para R$ 93.990, enquanto a Drive 1.3 foi de R$ 98.990 para R$ 99.990. Tanto o Argo quanto o Cronos trazem o motor Firefly 1.0 flexível, que gera 71 cv de potência com gasolina e 75 cv com 100% de etanol no tanque.

● **COROLLA CROSS 2025 VEM AÍ.** O novo Corolla Cross já está entre nós. O SUV do Corolla será lançado na próxima semana e tem, como destaque, a grade redesenhada, com elementos texturizados, que parecem moldados à carroceria. O para-choque também é novo, mas mantém a peça de plástico preto na base. O desenho dos faróis foi mantido, embora a disposição das luzes tenha sido alterada. Abaixo deles agora há uma falsa entrada de ar. Na cabine, o quadro de instrumentos passa a ser 100% digital e a tela central cresceu e traz novas funções. O trem de força foi mantido. As versões de entrada trazem motor 1.8 flexível, com potência de até 140 cv e torque de 18 mkgf. A Hybrid combina o 1.8 de ciclo Atkinson, de 98 cv e 14,4 mkgf, ao elétrico de 72 cv e 16,6 mkgf. O câmbio é automático do tipo CVT.

● **NOVO BYD TAN.** Primeiro carro da BYD vendido no Brasil, o Tan foi renovado na China, onde é produzido, em setembro do ano passado. O modelo atualizado chega ao País em poucos dias, de acordo com a Autoesporte. Com visual similar ao do "irmão" Yuan Plus, o novo Tan (*à esq.*) tem baterias de 108,8 kWh, ou 22,4 kWh a mais que as atuais. Assim, a autonomia aumentou dos atuais 309 km para cerca de 400 km, conforme dados do Inmetro. Ou seja, o novo Tan ainda não traz a segunda geração das baterias Blade, que só deve chegar aos carros da BYD em agosto. O SUV traz dois motores elétricos, sendo um em cada eixo, que, combinados, geram o equivalente a 517 cv e 69,3 mkgf. A tração é integral, sob demanda.

BYD/DIVULGAÇÃO

D6 Nova scotter elétrica



Conheça a italiana Fantic Issimo City



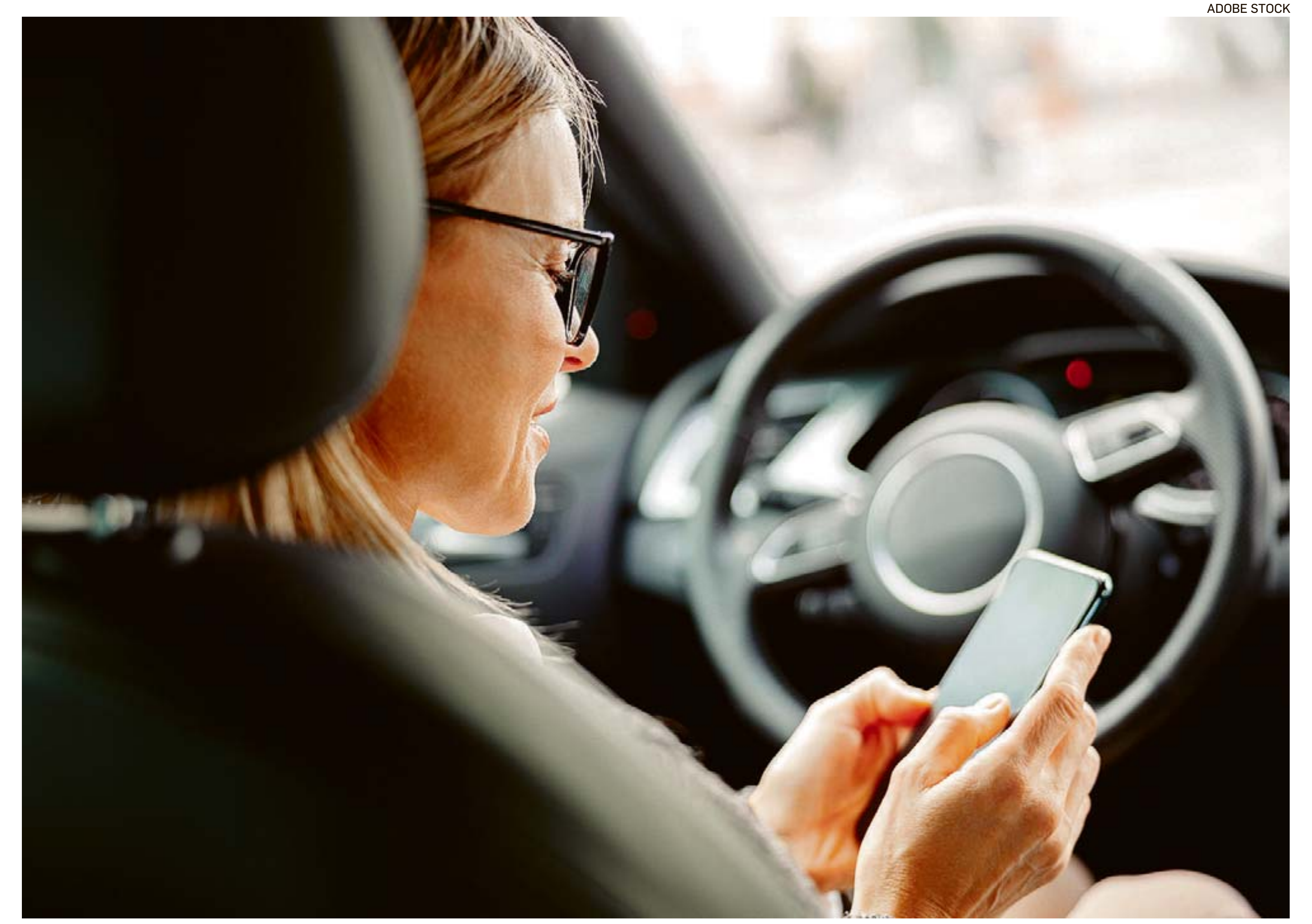


Mercado profissional

Cresce participação de mulheres motoristas em apps de transporte

Em quatro anos, número de profissionais que utilizam veículos como ferramenta de trabalho aumentou 50,3%, cenário que traz muitas oportunidades, e também desafios

ADOBE STOCK



A presença de mais mulheres como condutoras de veículos de app também oferece mais segurança às passageiras que usam o serviço

MARINA OLIVEIRA

O que antes era raro, agora passou a ser mais comum. Quem utiliza carros por aplicativo deve ter notado que a participação do público feminino como motoristas atuando nessa modalidade de transporte no Brasil tem crescido. Entre janeiro de 2019 e janeiro de 2023, o número de profissionais que usa o carro como ferramenta de trabalho aumentou em 50,3%. Os dados foram divulgados pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP).

Neste período, o total de mulheres residentes no Estado de São Paulo que utiliza o carro para trabalhar subiu de 931.608 para 1.400.513. Segundo o Detran-SP, o número teve como base de cálculo pessoas que registraram a observação Exerce Atividade Remunerada (EAR) em suas Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH).

Neste contexto, mulheres enfrentam desafios e buscam oportunidades no setor. Essa mudança de cenário, além de promover equidade de gênero, favorece usuárias passageiras que preferem ser transportadas por outra mulher.

Segundo Tatiana Bonifácio, gerente de marketing da Gaudium, startup focada nos mercados de mobilidade e logística, os obstáculos ainda existem. As mulheres, porém, se adaptam diariamente para trabalhar como motoristas de aplicativo. "Na minha visão, o assédio e, principalmente, a sensação de insegurança que as motoristas podem ter durante sua jornada de trabalho, especialmente no período da noite, são hoje os maiores desafios das motoristas", avalia.

EM BUSCA DE SEGURANÇA. Tatiana aponta que, para fugir da insegurança, uma alternativa que muitas motoristas usam é não trabalhar durante o fim da noite. Há também as plataformas que são exclusivamente para mulheres, ou que possuem categorias para atender somente o público feminino.

"Os aplicativos devem fazer a sua parte para criar um ambiente de segurança e garantir que as motoristas tenham suas críticas e sugestões ouvidas. Além de acionar as autoridades em caso de suspeita de crime", acrescenta Tatiana. "Os donos de apps devem procurar uma tecnologia que permita a criação de categorias exclusivas de transporte feminino, por exemplo, permitindo às motoristas transportarem apenas outras mulheres", avalia.

Outro exemplo que Tatiana menciona é a funcionalidade de botão do pânico, um recurso que pode ser utilizado sempre que a motorista se sentir em uma situação de perigo.

Tolerância zero

Poder Público precisa ser mais incisivo em questões relacionadas a desrespeito e assédio contra mulheres

Ainda como medida para oferecer mais segurança às mulheres motoristas, as empresas podem exigir foto dos passageiros na hora do cadastro no aplicativo. A especialista aponta também ser fundamental ter uma política de tolerância zero em casos de desrespeito a quem está dirigindo, sujeito a exclusão da conta.

Tatiana reforça, ainda, que o Poder Público deve ser mais incisivo nas questões que dizem respeito à punição de crimes contra a mulher. "Não pode haver o mínimo que seja de sensação de impunidade em casos de desrespeito à mulher, para que isso não se reflita nas mais diversas esferas sociais, inclusive dentro dos transportes", pontua. ●

Mulheres motoristas

931.608
Era o total de mulheres que, em 2019, utilizavam o carro para trabalho

1.400.513
Foi o total registrado em 2023

FONTE: DETRAN-SP



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: mobilidade.estadao.com.br

Ciclopassarela __D8
Ponte liga ciclovia do Rio Pinheiros ao Parque Villa-Lobos

Infraestrutura __D10
Kinsol vai investir R$ 150 milhões em mil eletropostos

Turismo rodoviário __D11
Conheça a viagem de ônibus mais longa do mundo



ADOBE STOCK

Gratuidade __12
Domingão Tarifa Zero aumenta uso de ônibus em SP

ESTADÃO BLUE STUDIO



Renault Kardian chega ao Brasil para quebrar paradigmas

SUV compacto global inédito estreia no País com novos motor, câmbio e plataforma, e marca início de nova fase de plano mundial da Renault

O Kardian chega ao Brasil para quebrar paradigmas e redefinir o conceito de SUVs compactos. Além disso, o modelo inédito faz parte do plano estratégico Renaulution, lançado em 2021, e marca o início da fase "Renovation" nos mercados em que a Renault atua fora da Europa. Trata-se do primeiro produto de uma linha completa de veículos que levará a Renault a um novo patamar como marca global de automóveis. Para isso, o desenvolvimento do Kardian teve a participação de times de design e engenharia latino-americanos. Inicialmente, o Kardian será oferecido na América Latina.

O Renault Kardian é um SUV compacto urbano do segmento B, que incorpora o DNA da Renault em termos de estilo e ampla lista de equipamentos. Aliás, a dianteira exibe a nova identidade mundial da Renault, com destaque para o logo "Nouvel R" e nova assinatura luminosa. Da mesma forma, o Renault Kardian traz inovações e recursos eletrônicos de modelos de segmentos superiores. Nesse sentido, chamam a atenção as rodas de liga leve de 17 polegadas com desenho exclusivo e, na cabine, soluções como o console central alto e a alavanca do câmbio automático "e-shifter", bem como o sistema Multi-sense, que permite personalizar as respostas de motor, direção e pedal de acelerador, além do ambiente interno, de acordo com o gosto do motorista.

Na dianteira, o sistema de iluminação do Kardian tem dois módulos de cada lado. O superior tem uma faixa estreita, com faróis de rodagem diurna (DRL) e piscas, todos com luzes de LED. O módulo inferior tem faróis do tipo "full LEDs", que otimizam muito a segurança e criam um visual único e exclusivo. Atrás, o destaque fica por conta da assinatura luminosa característica da Renault, marcada pelas lanternas em formato de "C". Assim como o bonito desenho da tampa do porta-malas e a antena *Shark*.

No quesito segurança, há nada menos que seis airbags, assim como 13 ADAS (Sistemas de Assistência ao Condutor, na sigla em inglês). Além disso, o Kardian estreia uma nova e altamente versátil plataforma modular da Renault. Como resultado, isso permite o desenvolvimento de uma ampla e moderna gama de veículos. Outra novidade é o inédito motor turbo TCe 125 cv e 220 Nm de torque com 1.0L e três cilindros, disponível no Brasil com tecnologia flex, assim como dupla embreagem úmida, ou seja, imersa em óleo. Uma tecnologia comprovada já que o grupo Renault já produziu mais de 1,3 milhão de carros no mundo com esse tipo de câmbio, inclusive o Alpine A110.

Modernidade, tecnologia e inovação

Inicialmente, a produção do Kardian será concentrada na planta da Renault em São José do Pinhais, no Paraná, o que ressalta a presença industrial histórica da Renault em várias regiões do mundo. Com planos ambiciosos de transformar a marca globalmente até 2027, o Kardian é o primeiro de oito lançamentos que vão reforçar ainda mais a presença nos segmentos B, C e D. Com foco em pilares como modernidade, tecnologia e inovação, o Kardian confirma o compromisso da Renault em oferecer produtos de alto valor a seus clientes, bem como visa fortalecer a presença da marca em vários mercados globais.

No visual, o Renault Kardian se destaca pelo estilo robusto e dinâmico. Nesse sentido, o time de engenharia otimizou as proporções para garantir amplo espaço interno, bem como versatilidade em todo tipo de uso. Em dimensões, o SUV tem 4,12 metros de comprimento, 1,75 m de largura e 1,54 m de altura. Além disso, os 2,60 m de distância entre os eixos garantem amplo espaço interno e muito conforto. Da mesma forma, os ângulos de ataque, de 20°, e de saída, de 36°, facilitam o uso em vias com piso irregular e permitem superar sem problemas obstáculos como lombadas e valetas.

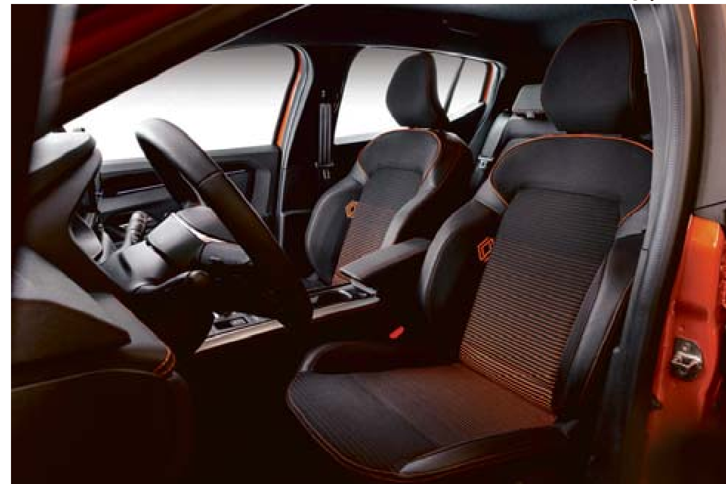
Da mesma forma, o bom espaço no porta-malas, de 410 litros, permite acomodar bagagens de todos os ocupantes tranquilamente. Além disso, as barras de teto contribuem para deixar o estilo do modelo ainda mais contemporâneo e funcional. Também colabora com isso a oferta de cores vibrantes para a carroceria, bem como os revestimentos internos com costuras pespontadas e a faixa decorativa na cabine. O resultado é um interior sofisticado e moderno.

Aliás, a cabine do Renault Kardian alia soluções inovadoras não só no que diz respeito ao ambiente para motorista e passageiros, mas também em relação aos equipamentos e recursos eletrônicos. É o caso, entre vários outros itens, do freio de estacionamento eletrônico, painel de instrumentos digital de 7 polegadas, bem como da

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da Renault.



Fotos: Divulgação/Renault



Kardian possui amplo espaço interno



Câmbio automático EDC de dupla embreagem úmida



Bom espaço no porta-malas, de 410 litros

Renault Kardian é um SUV compacto urbano do segmento B

Inovação é prioridade no Kardian: do design robusto e dinâmico até os recursos avançados de segurança e tecnologia embarcada, cada elemento foi cuidadosamente projetado para elevar a experiência tanto do condutor quanto dos passageiros



Modelo possui motor 1.0 turbo de três cilindros



Rodas de liga leve de 17 polegadas com desenho exclusivo



Painel de instrumentos digital e tela multimídia

rigidez da direção e do tipo de luminosidade da cabine.

Entre as tecnologias inteligentes de segurança, o Renault Kardian traz recursos avançados como controle de velocidade adaptativo, frenagem automática de emergência e câmera multiview, e alerta de ponto cego. Além disso, há alerta de distância segura.

Eficiente e econômico

O conjunto é formado pelo novo motor turbo TCe 1.0 de três cilindros, que rende 125 cv de potência e 220 Nm (22,4 kgfm) de torque máximo. E também pelo câmbio automático EDC de dupla embreagem úmida. Ambos garantem ótimas respostas, sem abrir mão da eficiência. Assim, conforme dados divulgados pelo programa de etiquetagem veicular, do Inmetro, o Renault Kardian tem o melhor consumo urbano entre os SUVs compactos da categoria. Ou seja, com gasolina, o modelo roda até 13,1 km/l na cidade e 13,9 km/l na estrada. Com etanol, os números são de, respectivamente, 9 km/l e 9,7 km/l.

O Kardian é um marco significativo para a Renault, não apenas por sua entrada ousada no mercado brasileiro, mas também por seu papel no plano estratégico global da empresa. Ao incorporar elementos de design icônicos da marca, como a nova identidade visual e a assinatura luminosa distinta, o Renault Kardian personifica a visão da Renault de modernidade e inovação.

A inovação é uma pedra angular do Kardian. Desde o seu design robusto e dinâmico até os recursos avançados de segurança e tecnologia embarcada, cada elemento foi cuidadosamente projetado para elevar a experiência tanto do condutor quanto dos passageiros.

Lançamento

Nova scooter elétrica italiana promete autonomia de até 200 km

Equipada com duas baterias e um motor elétrico central, Fantic Issimo City chega a 70 km/h; custa a partir de R$ 39.900

ARTHUR CALDEIRA
MOTOMOTOR

Tradicional fabricante italiana de motocicletas, a Fantic aposta cada vez mais na mobilidade elétrica. Depois de criar bicicletas, a marca tem investido também em scooters movidos a bateria. Lançada na Itália em 2023, a Issimo City chega agora ao Brasil. Podendo vir com duas baterias, a scooter elétrica promete autonomia estimada de quase 200 km.

A Fantic Issimo City tem como proposta ser uma opção de mobilidade sustentável para deslocamentos urbanos. Além de boa autonomia, a Issimo City se destaca pelo seu baixo peso (79 kg sem as baterias) e bom conjunto ciclístico. Diferentemente de outras scooters elétricas urbanas, o lançamento tem rodas de 16 polegadas, mais adequadas para encarar pisos irregulares.

Diferenciada
Motor da scooter de 3 kW (ou 4 cv) é central, o que faz com que a transmissão final seja por corrente

Importada da Itália, a scooter elétrica é vendida no Brasil em duas cores e versões: está disponível nas opções branca e vermelha. O modelo com uma bateria custa R$ 39.900, e, com duas baterias, seu preço sobe para R$ 49.900.

TRANSMISSÃO POR CORRENTE. Com design inusitado, ela também traz soluções técnicas não muito comuns em scooters elétricas. Em vez de montado diretamente na roda traseira, seu motor de 3 kW, o equivalente a 4 cv, é central. Assim, a scooter tem transmissão final por corrente, como nas motos convencionais.

No entanto, como outras motos elétricas, o modelo da Fantic não tem marchas, basta acelerar e frear.

A vantagem é reduzir o peso na roda traseira, o que melhora a maneabilidade da scooter elétrica. Dessa forma, não há muito peso na roda traseira, não sobrecarregando a suspensão. Por outro lado, uma desvantagem do modelo é que ele precisa de lubrificação.

Dotada de dois modos de pilotagem – Eco e Sport –, a scooter elétrica da Fantic tem bom desempenho para o uso urbano. O modo econômico limita a velocidade a 45 km/h e projeta uma autonomia de 200 km no painel digital da Issimo City. Enquanto no modo Sport a velocidade chega a 70 km/h no velocímetro, porém a duração da bateria cai pela metade.

De acordo com a Fantic, cada bateria pode rodar quase 100 km sem recarregar. Por isso, na versão com duas baterias a duração chega até 200 km, mas apenas no modo Eco.

A bateria (ou as baterias) pode ser recarregada em uma tomada comum diretamente da scooter. Também há um carregador que fica engenhosamente guardado sob o banco, que permite retirar a bateria para recarregar em casa ou no escritório, por exemplo.

RODAS MAIORES. Bastante leve, 103 kg na versão avaliada com duas baterias, a Issimo City tem um bom comportamento dinâmico. Com rodas de 16 polegadas, maior do que na maioria das scooters elétricas, o modelo da Fantic demonstra agilidade no trânsito, transmitindo segurança a quem a conduz.

O conjunto de suspensões, fixado ao quadro de alumínio em treliça, usa garfo telescópico na dianteira, e sistema bichoque na traseira. Apesar do pouco curso (85 mm em ambas) absorvem bem as imperfeições do malcuidado asfalto paulistano trabalhando com as rodas maiores.

Destaque também para os freios. A disco em ambas as rodas, conta com sistema combinado integral, ou seja, ao acionar qualquer um dos manetes, os dois freios entram em funcionamento. Confesso que, durante a avaliação, achei o sistema até "superdimensionado" para o desempenho e peso da Issimo City. Nas primeiras frenagens, até assustei, pois o conjunto "estanca" a scooter com segurança.

RENATO DURÃES/2W MOTORS



Com quadro em alumínio, scooter pesa apenas 79 kg e tem rodas grandes, de 16 polegadas



Modelo tem design inusitado e um bom conjunto ciclístico

BOM COMPORTAMENTO. Projetada por uma fabricante que já tem tradição com motocicletas, a Fantic Issimo City comporta-se quase como uma motoneta, porém elétrica. Afinal, Issimo dava nome a um ciclomotor, como a Caloi Mobilette, que fez muito sucesso na Itália nos anos de 1970.

Com bom comportamento dinâmico, o modelo pode ser uma opção de mobilidade interessante. Afinal, a scooter elétrica tem boa autonomia e baterias duráveis. Embora não tenha a praticidade das scooters a gasolina, pois o espaço sob o assento acaba sendo ocupado pelas baterias, ela tem equipamentos interessantes, como chave de presença e entrada USB. Vem ainda com um pequeno bagageiro para amarrar bagagem ou mesmo para instalação de um baú.

Entretanto, por ser importada da Itália, a novidade chega com preço muito elevado ao Brasil, o que faz dela uma scooter de nicho. Assim como os primeiros carros elétricos, em função do pequeno volume, o preço ainda é alto.

Ficha técnica

● Fantic Issimo City

Preço sugerido	R$ 39.900 (1 bateria) R$ 49.900 (2 baterias)
Motor	elétrico, central
Potência	3 kW (4 cv)
Bateria	2,2 kW/h
Peso seco	79 kg

FONTE: FANTIC

EXIGE CNH CATEGORIA A. O modelo é uma demonstração clara de que as motos elétricas estão melhorando. Uma scooter elétrica com tanta autonomia é uma novidade. Aliás, vale ressaltar que a Issimo City é emplacada e exige CNH categoria "A" para poder circular por aqui em vias públicas.

Comercializada no Brasil pelo grupo 2W Motors, a nova scooter elétrica italiana tem garantia de um ano, mas as baterias possuem garantia de dois anos. A empresa, sediada em São Paulo, também representa outras marcas do setor de duas rodas, como a Husqvarna, os triciclos Piaggio Ape e os pneus para motos Ceat. ●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: mobilidade.estadao.com.br

Mobilidade ativa

Nova ciclopassarela conecta ciclovia do Rio Pinheiros ao Parque Villa-Lobos

Estrutura oferece caminho seguro para ciclistas que antes pedalavam até 6 km para acessar a ciclovia

ERICK DE SOUZA

VIAMOBILIDADE/DIVULGAÇÃO



Novo acesso tem 70 metros de comprimento, 6 de altura e oferece uma visão diferente da cidade

Na última sexta-feira (12) foi inaugurada uma nova ciclopassarela unindo a ciclovia do Rio Pinheiros ao Parque Villa-Lobos, na Zona Oeste da capital. O novo acesso substitui um antigo trajeto realizado por ciclistas da região, que precisavam fazer um contorno de até 6 km para acessar ciclovia, indo até a Ponte Cidade Universitária.

A passarela fica próxima à Estação Villa-Lobos/Jaguaré da Linha 9-Esmeralda, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Com 70 metros de comprimento, a ponte está a 6 metros de altura em relação ao nível da pista da Marginal Pinheiros e dos trilhos da Linha 9-Esmeralda.

Além da conexão com o Parque Villa Lobos, uma outra passarela saindo da Estação Villa Lobos/Jaguaré também está ligada à nova ponte. Desta forma, os passageiros da Linha 9-Esmeralda também poderão utilizar o trajeto para ir direto ao parque ou, ainda, acessar a ciclovia.

De acordo com a ViaMobilidade, concessionária responsável pela operação e manutenção das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, cerca de R$ 3 milhões foram investidos na construção da estrutura. O valor faz parte do pacote de investimentos de R$ 4,1 bilhões direcionados para os três primeiros anos de concessão.

Ao longo dos dois primeiros anos, a empresa afirma já ter investido R$ 2,9 bilhões em manutenção, obras e aquisição de veículos auxiliares, por exemplo. Além disso, mais 36 novos trens foram comprados para as Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda.

BERNARDO GOLDFARB. Em dezembro de 2023, também foram iniciadas as obras da ciclopassarela Bernardo Goldfarb. A ponte conectará os distritos de Pinheiros e Butantã, também na Zona Oeste da capital, com uma estrutura de 685 metros. De acordo com a Prefeitura de São Paulo, a ciclovia será bidirecional, ou seja, funcionará nos dois sentidos, e terá passeio e alças de acesso em forma de rampas.

A ciclopassarela ficará localizada no eixo formado pelas Pontes Eusébio Matoso e Bernardo Goldfarb. De acordo com a SPObras, a conexão estará nas proximidades da Praça Oliveira Penteado, na margem oeste, e na Rua Eugênio de Medeiros, na margem leste. O prazo previsto para execução é de 12 meses. Segundo a prefeitura, a obra tem investimento de R$ 41,9 milhões, com recursos advindos da Operação Urbana Faria Lima. ●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse:
mobilidade.estadao.com.br

Transporte público

Nacional Atlético Clube quer 'batizar' Estação Água Branca, da CPTM

Time centenário, com sede social na Zona Oeste de São Paulo, iniciou campanha pela mudança por meio das redes sociais

MARINA OLIVEIRA

O Nacional Atlético Clube, tradicional clube de futebol localizado da Zona Oeste de São Paulo, iniciou uma campanha pedindo a mudança do nome da Estação Água Branca, da Linha 7-Rubi, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

O time centenário de São Paulo quer ter vínculo com a nomenclatura do local, pois a estação, por onde futuramente também passará a Linha 6-Laranja do Metrô, fica a apenas 1 km da sede do clube, situada na Avenida Marquês de São Vicente, 2477.

"Desde 1909, a história do Nacional e da Estação Água Branca estão entrelaçadas pela ferrovia. Junto ao dr. Ayrton Franco, presidente do clube, demos início a uma campanha para mudar o nome da estação para Nacional-Água Branca", postou Caio Luz, diretor do Nacional, nas redes sociais.

Diante da campanha, o time divulgou um abaixo-assinado com o objetivo de buscar mais apoio para a causa. O clube afirma que tem como objetivo "fazer justiça com quem disputou a primeira partida de futebol de que se tem registro no Brasil, o time ferroviário, o Nacional".

"Em São Paulo, desde o início dos anos 2000, as estações de trem e metrô prestam homenagem aos times de futebol mais próximos a elas, como são os casos das estações Juventus-Mooca e Corinthians-Itaquera. A homenagem, no entanto, ainda não foi prestada ao Nacional, clube que está diretamente ligado à chegada do futebol ao nosso País, pelos pés do ferroviário Charles Miller, assim como ao bairro da Água Branca", argumenta o clube .●

NACIONAL AC/DIVULGAÇÃO



Entrada da sede do Nacional Atlético Clube, localizado na Avenida Marquês de São Vicente



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: mobilidade.estadao.com.br

Saiba mais

Várias estações de metrô têm nomes de clubes

● Outras estações de trem e metrô têm relação estreita com nomes de times de futebol na Grande São Paulo. Por exemplo, Corinthians-Itaquera, Palmeiras-Barra Funda, Portuguesa-Tietê, Santos-Imigrantes, São Paulo-Morumbi e Juventus-Mooca.

● Em 2016, um Projeto de Lei sobre o tema tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). O objetivo era inserir o nome do clube na estação. Contudo, na ocasião, a matéria não avançou, pois o último andamento do tema foi em 2017, com a publicação de um ofício. Atualmente, não há tramitações sobre o pedido do Nacional.

Infraestrutura

Kinsol vai investir R$ 150 milhões para instalar mil novos eletropostos no País

Futuros pontos de recarga de veículos serão inaugurados em São Paulo e cidades ao redor da capital paulista

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Um investimento de R$ 150 milhões em infraestrutura de recarga está prestes a ser injetado na capital paulista e nas principais cidades do entorno. É o que promete a Kinsol – empresa de soluções renováveis que atua nos setores de energia solar e mobilidade elétrica. Até o fim de 2025, ela pretende inaugurar mil eletropostos rápidos, de 60 kW de potência.

A estratégia de restringir as instalações dos equipamentos apenas nos municípios ao redor de São Paulo tem os objetivos de impulsionar o ecossistema no local onde mais se vende veículos elétricos no País, ganhar mercado e, em seguida, seguir com os investimentos nos demais Estados. Com 350 franqueados espalhados pelo Brasil, a companhia acredita na capilaridade para alavancar a infraestrutura nacional.

"Queremos imprimir uma velocidade que o mercado de veículos elétricos está exigindo", diz Mauricio Crivelin, CEO da Kinsol. "Se me perguntassem dois anos atrás, eu diria que a virada de chave da eletromobilidade brasileira aconteceria em cinco anos. Mas ela já chegou", afirma.

Ele conta que os mil eletropostos serão divididos por lotes. Cada um terá cerca de 100 unidades, com a captação de investidores interessados em participar do modelo de negócio. Atualmente, a Kinsol está finalizando o quarto lote e o primeiro começa a ser implantado ainda em abril.

UM MILHÃO EM 2035. Os locais de instalação já estão mapeados e aprovados. "Antes de escolher as áreas, fazemos um mapa de calor para detectar onde está o maior fluxo de automóveis elétricos", explica. O valor da recarga para os usuários será de R$ 2,50 o quilowatt/hora (kWh).

Os equipamentos são produzidos na fábrica da Kinsol em Vacaria (RS), com capacidade para fazer mil pontos de carga lenta (AC) e 150 de carga rápida (DC) por mês.

Na opinião de Crivelin, a infraestrutura está apenas engatinhando no Brasil. "Ter aproximadamente 4 mil pontos de recarga é ridículo, considerando o crescimento do mercado", afirma o executivo.

Ele aponta um estudo realizado por Audi, Porsche e Raízen sobre a necessidade do número de eletropostos até 2035. "De acordo com o ritmo de expansão da mobilidade elétrica, em 2030, o ideal é contar com 250 mil unidades, saltando para um milhão em 2035", destaca.

FOTOS: ADOBE STOCK



Objetivo da empresa é aumentar a infraestrutura de recarga para atender à crescente demanda

BATERIA MAIS BARATA. O aumento nas vendas tende a crescer na medida em que os preços dos automóveis caírem. "A bateria representa 70% do custo de um modelo e ela recebe 35% de lítio em sua composição. A boa notícia é que o preço do lítio se encontra em queda livre, favorecendo também a redução do valor do carro", salienta.

O executivo se apoia no balanço da BloombergNF, agência de dados e tecnologia para o mercado financeiro. De acordo com a empresa, o preço do lítio caiu 89% desde 2010.

Naquele ano, ele custava US$ 1.183/kWh. Em 2020, era de US$ 135/kWh e, no ano passado, chegou a US$ 30/kWh. A previsão de 2024 é US$ 16 kWh, podendo atingir US$ 7 no próximo ano. "Mesmo assim, ainda não é viável produzir bateria no Brasil", atesta.

Para Crivelin, o Brasil vive uma posição privilegiada na transição energética devido à sua energia limpa e renovável. "Quando conseguirmos ganhar escala nas vendas, os preços dos veículos serão mais acessíveis e o mercado crescerá", acredita.

Ele observa que a rede de infraestrutura de recarga é vital para o avanço da eletromobilidade. "A Noruega, por exemplo, tem 87% de sua frota de veículos elétricos, mas o país é menor que o Rio de Janeiro. Aqui, precisamos de muitos eletropostos para atender à demanda", conclui. ●

Pontos de recarga domésticos

Instalação em condomínios causa polêmica

Colocar infraestrutura de recarga de carros elétricos em garagens de edifícios, principalmente os mais antigos, continua gerando discussão entre órgãos e empresas envolvidos na eletromobilidade e também com os moradores.

Afinal, a instalação deve ser feita com total segurança para anular qualquer risco de incêndio provocado pela bateria dos veículos. Para balizar essa discussão, o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo enviou um parecer técnico para consulta pública que aborda regras de instalação de carregadores, seja qual for a potência.

O documento estabelece, por exemplo, que a vaga do veículo elétrico deve guardar distância de 5 metros de cada lado, para garantir segurança em relação aos demais.

Há outras ressalvas nas instalações feitas atualmente, que nem sempre seguem os rígidos padrões de segurança. "Quando um ou dois moradores instalam o carregador, muitos outros acabam optando pelo elétrico", ressalta Pedro Schaan, CEO da Zletric. "Como o assunto é recente, os síndicos não têm todas as informações corretas sobre a limitação de energia. Depois, descobrem que o edifício não suporta tantas instalações individuais. É preciso pensar em uma infraestrutura para suprir a demanda, sem ações paliativas", explica o executivo.



Instalação de pontos de recarga em garagens residenciais requer atenção em relação à segurança

RESISTÊNCIA. De olho nesse nicho, a Zletric criou a Zletric Home, que oferece a tecnologia e o serviço para o segmento residencial, com aparelhos e equipe técnica especializada que trabalham a gestão da carga disponível no condomínio, evitando a sobrecarga da rede. Entre as vantagens estão a individualização do consumo e a valorização do imóvel. Há planos de assinaturas para pessoas físicas e moradores, além de opções de aluguel ou compra de equipamentos.

Deve-se tomar cuidado, porém, com a resistência que alguns condomínios apresentam diante dos pedidos de instalação dos pontos de recarga. Em muitos casos, essa discussão vai parar na Justiça. Para Schaan, o assunto ainda é embrionário, mas avançará na mesma velocidade das vendas de elétricos no País. "Advogados consultados pela Zletric afirmam que, por ora, não é possível falar em jurisprudência. O melhor caminho é tentar negociar com os outros condôminos e com o síndico e preparar a infraestrutura de recarga para todo o prédio." ● M. S. V



NA WEB
Para saber mais sobre eletrificação no setor de transporte, acesse: **mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico**

Transporte de passageiro

Do Rio a Lima: conheça a viagem de ônibus mais longa do mundo

Em um trajeto de 120 horas, ou cerca de cinco dias a bordo do ônibus, é possível ir do Rio de Janeiro à capital do Peru

MARINA OLIVEIRA

Já imaginou embarcar em um ônibus no Rio de Janeiro que tem como parada final Lima, a capital do Peru? Esse trajeto existe e dura cerca de 120 horas. Por isso, a jornada é considerada a viagem de ônibus mais longa do mundo.

O itinerário tem início no Rio de Janeiro e, em seguida, passa por São Paulo. Ainda no Brasil, o ônibus circula pelos Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Depois, passa por Rondônia e pelo Acre, até, finalmente, chegar à região que faz fronteira com o Peru.

Em seguida, a rota inclui a Amazônia Peruana e a Cordilheira dos Andes. O caminho passa pela famosa Rodovia Transoceânica e, por fim, chega à capital do Peru, Lima. Antes, o trajeto era realizado pela companhia Expreso Internacional Ormeño, mas a empresa encerrou as atividades durante a pandemia de covid-19.

Hoje, a Trans Acreana assumiu a operação da maior rota de ônibus do mundo, e os interessados devem comprar a passagem no site da empresa ou na Rodoviária do Rio.

SAÍDAS QUINZENAIS. Segundo o site da Trans Acreana, para viajar em poltrona semi-leito, o valor é de R$ 1.300. Os embarques acontecem a cada 15 dias, sempre à quintas-feiras.

Além de partir do Rio de Janeiro, é possível embarcar em outras cidades, como São Paulo, Campo Grande, Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco.

Ao todo, a viagem dura cinco dias. Neste período, haverá muito tempo para o viajante contemplar paisagens brasileiras e peruanas, explorando a cultura local e a natureza.

TRANS ACREANA/DIVULGAÇÃO



Todos os veículos da rota têm dois andares, wifi e entrada USB

A viagem nos ônibus da Trans Acreana sempre é realizada em um veículo de dois andares. Todos equipados com Wi-Fi, tomadas USB, além de travesseiro, manta e cortina de privacidade, na modalidade leito.

O trajeto de 6 mil quilômetros entre Rio de Janeiro e Lima inclui diversas paradas. Assim, é possível embarcar e desembarcar nos mais variados locais ao longo da travessia.

Há várias pausas para refeições e para que os passageiros possam utilizar o banheiro, embora haja sanitário disponível no interior dos veículos.

HAJA PACIÊNCIA. Para quem não tem certeza se vai aguentar a aventura ou se vai sentir muito cansaço, a dica é comprar passagem de ida de ônibus e a volta de avião. Caso o trajeto seja muito cansativo, a ideia é voltar de forma mais rápida para a cidade de origem.

Já para os aventureiros de plantão, é uma boa oportunidade para explorar tanto o Brasil quanto diversas regiões do Peru. A ida e a volta são experiências diferentes, pois, embora a rota seja semelhante, os períodos de viagem podem ser distintos, proporcionando ao viajante variadas experiências ao longo do caminho.●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse:
mobilidade.estadao.com.br

Gratuidade

Domingão Tarifa Zero em São Paulo subiu utilização de ônibus em 33%

Operação da Prefeitura já transportou mais de 47 milhões de passageiros desde o início do programa

MARINA OLIVEIRA

O Domingão Tarifa Zero de São Paulo fez o uso de ônibus na capital paulista aumentar em 33% nesse dia. De acordo com a SPTrans, a operação da Prefeitura já resultou no transporte de mais de 47 milhões de passageiros gratuitamente.

A gratuidade aos domingos começou em dezembro de 2023. Desde então, a operação registrou crescimento expressivo da demanda especificamente no sistema municipal de transporte. O chamado Domingão Tarifa Zero é válido todos os domingos, em todos os ônibus municipais da cidade de São Paulo, entre 0h e 23h59.

AUMENTO NO CARNAVAL. Em 11 de fevereiro de 2024, domingo de carnaval, os ônibus transportaram 2,9 milhões de pessoas gratuitamente. Ou seja, 60% a mais que o domingo de carnaval de 2023, quando foram 1,84 milhões de passageiros.

Nos demais feriados, a Prefeitura também registrou aumento na demanda por conta da gratuidade. Por exemplo, no Natal, o crescimento foi de 24%, passando de 1,2 para 1,5 milhão de pessoas.

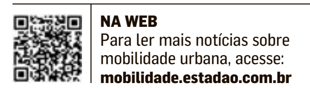
Já no feriado do Reveillon, o crescimento registrado foi de 30% com o Domingão Tarifa Zero, passando de 1,1 para 1,4 milhão de passageiros. Neste caso, a comparação foi do dia 1º de janeiro de 2023 com a mesma data de 2024.

De acordo com a SPTrans, dez linhas apresentaram maior crescimento no número de passageiros em fevereiro deste ano, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. A mais buscada entre elas foi a linha 4310/10 Estação de Transferência Itaquera até o Terminal Parque Dom II (*confira no quadro todas as dez mais usadas pela população*). ●

ADOBE STOCK



Tarifa grátis aos domingos começou em dezembro de 2023



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse:
mobilidade.estadao.com.br

TOP 10

Conheças as linhas mais buscadas aos domingos

- **1.** 4310/10 E.T. Itaquera – Term. Parque D. Pedro II
- **2.** 8700/10 Term. Campo Limpo – Pça. Ramos de Azevedo
- **3.** 5031/10 Vl. Arapuá – Term. Sacomã
- **4.** 5110/10 Term. São Mateus – Term. Mercado
- **5.** 6000/10 Term. Parelheiros – Term. Santo Amaro
- **6.** 6820/10 Jd. das Rosas – Term. Capelinha
- **7.** 407P/10 Term. Cid. Tiradentes – Metrô Tatuapé
- **8.** 3539/10 Cid. Tiradentes – Metrô Bresser
- **9.** 675K/10 Term. Jd. Ângela – Metrô Santa Cruz
- **10.** 4210/10 Term. Cid. Tiradentes – Term. Parque D. Pedro II









